



IMAGINÁRIOS DISTÓPICOS METÁFORAS E FICÇÕES

JOÃO CARLOS CORREIA
ANABELA GRADIM
RICARDO MORAIS
(EDS.)



LABCOM.IFP

Comunicação, Filosofia e Humanidades
Unidade de Investigação
Universidade da Beira Interior

IMAGINÁRIOS DISTÓPICOS METÁFORAS E FICÇÕES

JOÃO CARLOS CORREIA
ANABELA GRADIM
RICARDO MORAIS
(EDS.)



LABCOM.IFP
Comunicação, Filosofia e Humanidades
Unidade de Investigação
Universidade da Beira Interior

Ficha Técnica

Título

Imaginários distópicos: metáforas e ficções

Editores

João Carlos Correia, Anabela Gradim e Ricardo Morais

Editora LabCom.IFP

www.labcom-ifp.ubi.pt

Coleção

Livros de Comunicação

Direção

Gisela Gonçalves

Design Gráfico

Cristina Lopes (paginação)

ISBN

978-989-654-639-7 (papel)

989-654-641-0 (pdf)

978-989-654-640-3 (epub)

Depósito Legal

465232/19

Tiragem

Print-on-demand

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama.
6201-001 Covilhã. Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, 2019

© 2019, João Carlos Correia, Anabela Gradim e Ricardo Morais.

© 2019, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.



Índice

Prefácio	10
João Carlos Correia	
Aquarização: transparência, automatização e antecipação na sociedade dos <i>Big Data</i>	13
Fabiana Lopes Coelho	
O silêncio das casas de vidro – o recuo das opiniões minoritárias	47
José Carlos Alexandre e Nuno Amaral Jerónimo	
Atwood, Houellebecq e a sociedade pós-liberal	65
Patrícia Fernandes	
Verdade sem profundidade, esperança sem horizonte – A distopia do discurso em “Without Sky”	81
Jorge Palinhos	
Fahrenheit 451: A temperatura a que a democracia arde	97
Bruno D. de Brito Serra	
A teia de contra-frames na desconstrução da utopia socialista soviética, na obra de Svetlana Alexievich	113
Nisia Alejandra Rizzo de Azevedo	
Sublime desolação: distopia na banda desenhada dos anos 80	137
Luís Nogueira	
A encenação cinematográfica da distopia nas teorias da conspiração (Francis Ford Coppola, John Carpenter e Richard Donner)	153
Eduardo J. M. Camilo	
Populismos: A “clownização” da política	177
João Carlos Correia	

Prefácio

O livro “Imaginários Distópicos: metáforas e ficções” responde à revisitação das previsões distópicas do século XX. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América, os fenómenos do populismo, da vigilância, da contrainformação e das denominadas “*fake news*” chamaram a atenção para retratos distópicos formulados no século XX, que alguns autores consideraram adequados à reflexão sobre as novas patologias da democracia e da comunicação política.

O conhecido jornal *Huffington Post* publica um blog do teórico marxista da Comunicação Christian Fuchs, onde se analisa o estilo de liderança de Donald Trump a partir da obra de Theodore Adorno. O *The Guardian* recorreu à Escola de Frankfurt para analisar a agora famosa “*alt right*” associada ao nome de Steve Bannon. Os ensaios de Neil Postman foram frequentemente referidos a propósito da vigilância e do info-entretenimento. Alguns dos títulos prestigiados do jornalismo literário e ensaísmo como a *New York Review of Books* incluíram ensaios nos quais se especulava sobre qual seria o livro que melhor antecipava as formas de intervenção política no contexto mediático, a propósito de fenómenos como as “*fake news*” e a famosa pós-verdade: *1984* de George Orwell ou *Brave New World* de Aldous Huxley?

As tabelas de vendas registaram um acréscimo substancial no sucesso destas duas obras. Os ensaios sobre a linguagem de George Orwell foram invocados, na imprensa tradicional, a propósito dos fenómenos de manipulação mediática.

Finalmente, a ficção televisiva inaugurou ela própria um filão de séries de qualidade que apontavam para um

retrato distópico da comunicação política contemporânea, tendo em “*Mr. Robot*” e “*Black Mirror*” os casos mais evidentes.

Assim, solicitou-se aos participantes que recorressem a fontes contemporâneas ou clássicas que configurem visões distópicas associadas aos processos de mediação social e que hoje revelem ainda alguma forma de atualidade em relação aos fenômenos contemporâneos

Como exemplos dessas fontes e referências podem citar-se: metáforas de natureza distópica como o panótico; literatura ficcional distópica, desde “*Frankenstein*” de Mary Shelley ou “*Dr. Jeckyll e Mr Hyde*” de Robert L. Stevenson, paradigmáticos das primeiras reações à investigação científica e ao progresso tecnológico, a obras como “*Animal Farm*” ou “*1984*” (George Orwell), “*Brave New World*” (Aldous Huxley), “*We*” (Yevgeny Zamyatin), “*Fahrenheit 451*” (Ray Bradbury), até às novelas mais recentes como “*The Handmaid’s Tale*” (Margaret Atwood); artes visuais nas suas mais diversas formas ficcionais incluindo séries, filmes e BD.

Pretendeu-se, assim, mobilizar contributos clássicos e contemporâneos que, a partir dos olhares das Ciências da Comunicação, da Teoria Crítica, dos Estudos Fílmicos, das Artes e dos Estudos Literários, permitam abordar elementos da nova paisagem política contemporânea marcada, entre outros fenômenos sociais, pela presença dos *media* digitais.

João Carlos Correia

Relevo do livro

Os editores destacam a enorme importância que a relação entre a Comunicação e as Artes têm vindo a adquirir no seio das instituições de ensino e nas organizações institucionais que representam os investigadores da Comunicação. Considera-se que esta relação resulta de um olhar sobre os novos processos de mediatização em que a presença de novas artes constitui um elemento de estudo, pesquisa e ensino.

Neste sentido, este livro assume a importância que o entretenimento e o imaginário ganharam na compreensão de fenómenos associados à comunicação política, ao jornalismo e à configuração da esfera pública. Por outro lado, é um esforço de produzir inovação pedagógica no sentido de captar estudantes e pesquisadores, que vejam no entretenimento ou na fruição artística mais do que um entretenimento em si, mas uma forma de interpelar a realidade, segundo “o espírito do tempo”. Assim, a emergência de democracias “iliberais”, o ambiente conspiratório dos bastidores da política, a vigilância, a datificação, o uso securitário da tecnologia, a violência de género e a discussão sobre o politicamente correto são alguns dos temas destes retratos distópicos.

AQUARIZAÇÃO: TRANSPARÊNCIA, AUTOMATIZAÇÃO E ANTECIPAÇÃO NA SOCIEDADE DOS *BIG DATA*

Fabiana Lopes Coelho¹

Resumo: Os mecanismos e as estratégias de recolha, análise e utilização dos dados dos indivíduos, em grande escala e extraídos de diversas fontes pelo setor privado e pelo setor público, convergem numa nova arquitetura do poder que se pode figurar num Aquário. A difusão desses maquinismos a todo o corpo social poder-se-á chamar aquarização.

A estrutura é universalmente conhecida: uma redoma de vidro transparente onde são colocados e alimentados peixes para visualização ou rentabilização humana. Na sociedade dos *Big Data*, os aquários são plataformas, redes ou aplicações digitais, pelo que podemos chamá-los de aquários digitais. Da mesma forma que a vida do peixe se torna visível no momento em que entra no aquário, o mesmo acontece ao indivíduo que entra no espaço digital. Os construtores dos aquários digitais são os detentores dos capitais material, financeiro ou intelectual. Os peixes são substituídos pelos humanos.

A aquarização é o processo de criação de estruturas digitais que medeiam as atividades humanas, tornando-as visíveis e rentabilizáveis. A aquarização é consequência da digitalização do mundo, que universaliza a mediação e, consequentemente, a disseminação da vigilância e do controlo. A tendência é clara, cada vez mais serviços públicos e privados estão a ser aquarizados.

1. Universidade do Porto. f.lopescoelho.uni@gmail.com

Se o Panótico de Bentham é a figura arquitetônica da sociedade disciplinar, descrita por Foucault, e o Rizoma a figura que se reclama a nossa modernidade, na sociedade do controle, apresentada por Deleuze, o Aquário é a configuração da sociedade dos *Big Data*, que contrai características análogas e disruptivas daquelas, mas sobretudo de sofisticação tecnológica. Este artigo descreve sumariamente as três principais características do dispositivo do poder aquariano: transparência, automatização e antecipação.

Palavras-chave: *Big Data*; Transparência; Automatização; Antecipação; Aquarização.

Introdução

O aumento do poder de processamento computacional e a vertiginosa redução dos custos de gerar, armazenar e analisar diferentes tipos de dados, provenientes de várias fontes, bem como o crescente número de tecnologias com sensores incorporados que têm a capacidade de comunicar entre si em tempo real, deram origem aos *Big Data*, uma enorme quantidade de dados, criados a alta velocidade – em ou próximo do tempo real; diversificados em variedade; exaustivos no seu alcance – que se esforçam para capturar populações inteiras ou sistemas ($n=all$); refinados na resolução e indiciais na identificação; relacionais por natureza – contendo campos comuns que permitem a ligação de diferentes conjuntos de dados; e flexíveis – mantendo as características de extensionalidade (pode adicionar-se novos campos facilmente) e escalabilidade (podem expandir-se em tamanho rapidamente), (Kitchin, 2013).

Os mecanismos e as estratégias de extração, análise e utilização destes dados pelo setor privado e pelo setor público convergem numa nova arquitetura do poder que se pode figurar num Aquário. À difusão desses maquinismos a todo o corpo social chamar-se-á aquarização.

A estrutura é universalmente conhecida: uma redoma de vidro transparente onde são colocados e alimentados peixes para visualização ou rentabilização humana. Na sociedade dos *Big Data*, os aquários são plataformas, redes

ou aplicações digitais, pelo que podemos chamá-los de aquários digitais. Da mesma forma que a vida do peixe se torna visível no momento em que entra no aquário, o mesmo acontece ao indivíduo que entra no espaço digital. Os construtores dos aquários digitais são os detentores dos capitais material, financeiro ou intelectual. Os peixes são substituídos pelos humanos.

A aquarização é o processo de criação de estruturas digitais que medeiam as atividades humanas, tornando-as visíveis e rentabilizáveis. A aquarização é consequência da digitalização do mundo, que universaliza a mediação e, consequentemente, a disseminação da vigilância e do controlo. A tendência é clara, cada vez mais serviços públicos e privados estão a ser aquarizados.

Se o Panótico de Bentham é a figura arquetónica da sociedade disciplinar, descrita por Foucault, e o Rizoma a figura que se reclama a nossa modernidade, na sociedade do controlo, apresentada por Deleuze, o Aquário é a configuração da sociedade dos *Big Data*, que contrai características análogas e disruptivas daquelas, mas sobretudo de sofisticação tecnológica. Este artigo descreve sumariamente as três principais características do dispositivo do poder aquariano: transparência, automatização e antecipação.

Transparência

O Aquário é um edifício transparente que produz um efeito duplo de visibilidade e invisibilidade. Por um lado, é uma arquitetura panótica feita para obter um “controlo interior, articulado e pormenorizado – para tornar visíveis os que nele se encontram”. Ao permitir o rastreamento da diária economia dos dados no qual os hábitos, rotinas, ritmos e fluxos são digitalizados, codificados e diagnosticados, a aquarização corresponde à observação total, à tomada integral da vida de um indivíduo. O Aquário, tal como o panótico, é um observatório da multiplicidade humana que engendra pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; através de técnicas de submissão e processos de utilização, é uma arte obscura da luz e do visível, que preparou em surdina um novo saber sobre o homem (Foucault, 2013).

Da mesma forma que o acampamento militar é o modelo quase ideal da vigilância hierárquica disciplinar, o Aquário “é a cidade artificial, que se constrói e se remodela quase à vontade; é o vértice de um poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também discrição, eficácia e valor preventivo”. No acampamento militar e no Aquário, todo o poder é exercido “apenas graças a uma vigilância exata; e cada olhar é uma peça no funcionamento global do poder.” O Aquário é o “diagrama de um poder que se exerce pelo efeito de uma visibilidade geral”, mas, inversamente ao panótico, os efeitos homogêneos de poder não são produzidos pela disciplina mas pela modulação e o que permite ver não é o encerramento dos indivíduos mas a hipercomunicação mediada pela tecnologia. Quanto mais comunica, mais visível o indivíduo se torna, e mais passível é de intervenções de rentabilização e controlo. Daqui decorre um princípio importante: é a comunicação que assegura o funcionamento do Aquário.

O Aquário incorpora simultaneamente formas de vigilância panóticas e rizomáticas, em tempo real. Como podemos saber pelas revelações de Edward Snowden (Greenwald & MacAskill, 2013) e de casos como o da Cambridge Analytica (Cadwalladr & Graham-Harrison, 2018), a vigilância vertical não só existe como aumentou, e, através da democratização dos dispositivos de vigilância, como os telemóveis e a Internet das Coisas, surgiu a vigilância generalizada, mais ou menos horizontal, de acordo com os recursos que a empresa ou o indivíduo dispõe. Ainda que o papel dos indivíduos envolvidos neste processo seja difícil de definir: coação, manipulação, autoexploração, conveniência?; independentemente de ser voluntária ou involuntária, a novidade estipula a participação dos indivíduos no projeto da vigilância.

Pelo nascimento da vigilância generalizada, o indivíduo não só deixou de ser visível apenas nos espaços encerrados – na fábrica, na escola, no hospital, na prisão – como “dá a cada instante a posição de um elemento em meio aberto” (Deleuze, 2003). Desta forma, como disse Deleuze, o uso crescente de tecnologias em rede que permitem a vigilância de populações móveis, deu origem a uma mudança da disciplina para o controlo.

Além de servir a vigilância pública, a transparência é um dispositivo neoliberal que extrai, grava e transforma os dados dos indivíduos em mercadoria, com o objetivo de estabelecer novas vias para rentabilização e lucro. O que releva para as empresas que utilizam estratégias de *Big Data* é o valor económico que a mercantilização dos dados pode gerar. Para maximizar a eficiência, os indivíduos são datificados e nivelados até se tornarem operacionais. A transparência é um imperativo económico que explora e uniformiza. Os aquarianos são indivíduos reduzidos a elementos funcionais, cujas diferenças e complexidades foram aplanadas pelo capital. A coação da transparência reside no facto de só a eficiência contar. Todos diferentes, desde que produtivos e lucrativos.

Se o poder aquariano impõe àqueles que alberga o princípio da visibilidade; em contrapartida, exerce-se tornando-se invisível. Os construtores do Aquário, ou das tecnologias que informam, sejam plataformas, programas, aplicações digitais, objetos com sensores incorporados, conseguem ver os seus utilizadores, mas as organizações envolvidas na vigilância são cada vez mais invisíveis para aqueles cujos dados são armazenados e usados. O poder, a extração e exploração de dados dos indivíduos, exerce-se de forma que ninguém consegue identificar os seus executores. Ainda que seja uma arquitetura forte, engenhosa e complexa, é impercetível. Assim, enquanto os habitantes do panótico têm consciência da presença constante do vigilante, os habitantes do aquário creem estar em liberdade. Pode haver um momento em que conheçam as barreiras, num choque, num esbarramento contra as paredes. Quando, por exemplo, o indivíduo transgredir e é coagido fisicamente pelas forças de segurança. Mas esse é o último episódio. O objetivo não é punir, mas impedir. A punição acontece após a transgressão, o impedimento acontece antes do indivíduo transgredir. O mecanismo do poder aquariano não é disciplinar, mas modulatório. Deve funcionar não sobre o corpo, mas sobretudo sobre a psique e as interações humanas. O indivíduo deve não *poder* ou não *querer* cometer a transgressão. Apesar das oportunidades e escolhas serem arquitetadas, e da estruturação dos con-

tros e incentivos que são exercidos sobre ele, ainda que repouse numa manipulação refletida do indivíduo, ele deve acreditar que a *escolha* foi sua.

O Aquário é um edifício construído no âmbito de uma parceria público privada na qual governos e empresas cooperam extensivamente. Os *Big Data* representam uma confluência de interesses comerciais e governamentais. A segurança nacional é um negócio, tal como o é a política, e existe uma porta giratória entre os dois no mundo das práticas de vigilância (Ball & Snider, 2013).

A transparência produz relações assimétricas de poder entre o Estado, as empresas, e os indivíduos. “Os *Big Data* podem ser uma ferramenta que expande substancialmente o poder governamental sobre os cidadãos” e “estas capacidades, a maioria das quais não estão visíveis ou disponíveis para o indivíduo médio, também criam assimetrias de poder entre aqueles que guardam e analisam os dados e aqueles que, intencional ou inadvertidamente, os fornecem. Se, por um lado, “há um aumento exponencial de informação sensível disponível sobre os indivíduos que provêm de fontes comerciais” e, “as fontes de dados que fluem nestes produtos não são publicamente divulgados ou podem mesmo ser escudados como sendo informação de negócios”; por outro, “a junção de “extensas bases de dados para ajudar a apanhar criminosos, também pode servir para obter informação pessoal detalhada sobre pessoas que não estão sob investigação”. Uma vez compilada para um determinado propósito, a tentação para usar a informação para outros propósitos pode ser considerável” (White House, 2014).

Automatização

Além de ser um sistema de luz – que ilumina os indivíduos, tornando-os visíveis – o Aquário é um sistema de linguagem que se baseia – e é reforçado por – no armazenamento, análise e distribuição de informação. Antes dos *Big Data*, estas tarefas envolviam trabalho intensivo. O surgimento da Internet das Coisas e a democratização de programas de análise de dados altamente sofisticados automatizaram-nas. Em grande parte, o poder do Aquário repousa nas suas reivindicações de continuidade e automatização,

isto é, na sua capacidade de funcionar sem necessidade direta de supervisão e intervenção. Enquanto dispositivo que automatiza o poder, tem uma capacidade de amplificação, ocorre como um procedimento rotineiro e surge dos esforços do setor público e do setor privado para obter eficiência, na redução de custos, e aumento dos lucros.

A análise dos dados é feita por algoritmos. Em termos simples, um algoritmo é definido por uma sequência de instruções que indica a um computador o que fazer. Os algoritmos geram categorias por filtrarem informação, operam sobre os dados, procuram por padrões e correlações ou assistem na análise de informação. “Filtros de spam, detecção de fraude de cartões de crédito, motores de busca, organização de notícias, segmentação de mercado e publicidade, qualificação para seguros ou pontuação para obtenção de créditos, são apenas alguns exemplos destes mecanismos de classificação que os dados pessoais e de rastreamento que geramos estão sujeitos todos os dias nas sociedades avançadas ligadas à rede” (Burrell, 2016). Para fazer o trabalho, estes mecanismos apoiam-se frequentemente em algoritmos computacionais – usando os dados como *input*, produzem um *output*, especificamente, uma classificação – e, mais tarde, em algoritmos de aprendizagem automática – nos quais o *input* são os dados e o resultado final, e o *output* é o algoritmo que transforma os primeiros nos segundos.

Misturando várias fontes de dados, os algoritmos criam perfis de indivíduos com pouca ou nenhuma intervenção humana. A integração e cruzamento de dados pode levar àquilo que alguns investigadores chamam de “efeito mosaico”, que permite às instituições públicas um controlo refinado e em tempo real dos cidadãos. Por exemplo, “o sistema de classificação e hierarquização social, que foi anunciado pelo Partido Comunista Chinês em 2014, será, em breve, um facto para muitos chineses. Até 2020, se o plano do Partido se mantiver, cada passo, clique, gosto, não gosto, publicação e contactos das redes sociais, rastreados pelo Estado, afetarão a classificação social de cada indivíduo. Segundo um plano divulgado em 2018, serão usados pontos pessoais de “credibilidade” ou “confiabilidade” para recompensar ou punir os indivíduos e as empresas, aos quais, de acordo com a sua pon-

tuação, serão concedidos ou negados serviços públicos de saúde, viagens e emprego. Os indivíduos com pontuações altas encontrar-se-ão num “canal verde”, onde poderão aceder mais facilmente às oportunidades sociais. Aqueles que adotarem ações desaprovadas pelo Estado serão “incapazes de dar um passo” (Samuels, 2019).

No Aquário, os fluxos, atividades, conexões, desempenhos e movimentos dos indivíduos são datificados, separados e classificados por algoritmos, cujos processos dão origem a perfis ou indivíduos – os duplos datificados que habitam uma infinidade de programas e bases de dados.

Enquanto tentativa de reprodução do *eu* em dados, o processo de datificação transporta vários problemas. Em primeiro lugar, o indivíduo desconhece, não consente e não participa na construção do seu duplo datificado. Como confirma o supracitado relatório da Casa Branca norte-americana, estes perfis representam a capacidade do setor privado de recolher informação e usá-la para traçar o perfil de um indivíduo algorítmicamente, possivelmente sem o seu conhecimento e sem o seu consentimento” (White House, 2014) Por outro lado, os processos de extração, armazenamento e referenciamento cruzado de multidões de dados de indivíduos ocorrem tipicamente na ausência de diálogo ou acordo.

Em segundo lugar, o duplo datificado é descontextualizado. As subjetividades das vidas dos indivíduos percorrem um caminho escondido de agregação e descontextualização, apesar de serem produzidas como íntimas e imediatas, ligadas a projetos e contextos individuais. De fato, esses dados são tão valiosos para os anunciantes precisamente por serem sinais de subjetividades. Para a Google e outros agregadores de *Big Data*, no entanto, os dados são apenas pedaços. As subjetividades são convertidas em objetos que adaptam o subjetivo para mercantilização. Os significados individuais não são do interesse da Google ou outras empresas nesta cadeia. Desta maneira, os métodos de produção dos *Big Data* refletem a indiferença formal que caracteriza a relação das empresas para com as suas populações de utilizadores.

As populações são a fonte a partir da qual a extração de dados é feita e os alvos finais das utilidades que estes dados produzem” (Zuboff, 2015).

À medida que os dados são extraídos, descontextualizados, analisados e filtrados, aumenta o hiato entre o indivíduo e o seu duplo datificado. Estes perfis, construídos à mercê dos indivíduos, e não passíveis de serem controlados por eles, retroagem “sobre aqueles com os quais os dados estão associados, informando-os sobre quem nós somos, o que devemos desejar ou esperar, incluindo quem nós deveremos vir a ser” (Elmer, 2003). Os algoritmos aderem-se-nos à medida que nos acompanham, produzindo ainda mais informação, para tentar fazer com que os dados dos utilizadores sejam mais efetivos. Os utilizadores descobrem que o preço da sua liberdade, tanto no contexto político, como no contexto do consumo, é formado e condicionado por algoritmos. A composição de manchas e pedaços de dados num perfil de um suspeito terrorista, a religação de dados abstratos no segmento de uma vida atual terá o efeito de produzir essa vida, esse corpo, enquanto suspeito terrorista (Lyon, 2014). Os dados têm efeitos; eles são performativos (Raley, 2013).

Os detalhes sobre que tipos de dados estão incluídos nestas classificações e que algoritmos são usados para dar atributos aos indivíduos, são largamente invisíveis. Os algoritmos são opacos no sentido em que se uma pessoa é destinatária do *output* do algoritmo (a decisão da classificação), raramente essa pessoa tem uma compreensão concreta sobre como e porquê uma classificação resultou desses *inputs*” (Burrell, 2016). Esta opacidade pode estar na origem de variados fenómenos e resultar em formas distintas. Pode ser intencional, quando o objetivo é as empresas ou os Estados protegerem as suas instituições, o “segredo de Estado” e o “segredo de negócio”; pode ser consequência do atual estado de coisas, onde compreender a linguagem científica e tecnológica dos *Big Data* só é possível através da aquisição de conhecimento especializado; ou resultar dos espectros ideológicos e das atuais relações de poder. Independentemente da sua origem, a opacidade ou invisibilidade dos processos algorítmicos aumenta o potencial de codificação de discriminação nas decisões automáticas. E, devido a esta opacidade

– por não conhecerem ou compreenderem os processos classificatórios de que são alvo – os indivíduos deixam de ter a possibilidade de contestar a informação gerada sobre eles. Ao não poderem defender-se das classificações de que são alvo e não tendo a possibilidade de retificar os dados gerados sobre eles, os indivíduos podem ver a sua vida profundamente afetada por omissões ou identificações erróneas.

A definição das variáveis dos algoritmos e os resultados das suas análises dão origem a classificações e discriminações porque os passos tomados por um algoritmo tomam a forma do conhecimento do autor, das suas motivações, tendências, enviesamentos e resultados desejados. O *output* de um algoritmo pode não revelar nenhum destes elementos e pode nem revelar a probabilidade do resultado ter erros, escolhas arbitrárias, ou grau de incerteza no julgamento que ele produz. Os chamados algoritmos inteligentes ou de aprendizagem automática, colocam diferentes pesos em cada variável. O produto ou decisão final gerados pelo computador – usados para tudo, desde prever comportamentos a negar uma oportunidade – pode mascarar preconceitos enquanto mantém uma aura de objetividade científica. Os dados são sempre um produto de processos cognitivos, culturais e institucionais que determinam o que e como recolher e analisar. A forma como são gerados tem sempre efeitos decisivos nas análises e resultados finais. Como salienta Lisa Gitelman, os dados nunca são “crus”, mas sempre “cozinhados” (Gitelman, 2013). Um algoritmo é uma opinião formalizada em código (Ó’neil, 2017).

Antecipação

O objetivo central da análise de dados é a criação de modelos preditivos. Para fazer previsões, os analistas de *Big Data* procuram – nas grandes quantidades de dados estruturados e destrutturados – padrões e correlações, que, devido ao aumento das capacidades computacionais, são cada vez mais não lineares. Na aprendizagem automática, segue-se o processo científico de gerar, testar e rejeitar ou refinar hipóteses, cujos algoritmos, ao contrário dos humanos, conseguem fazê-los numa fração de segundo. A aprendizagem

automática é um método de análise de dados e um ramo da inteligência artificial que explora o estudo e construção de algoritmos que criam modelos matemáticos a partir de amostras de dados, para fazer previsões e tomar decisões, sem terem sido explicitamente programados para desempenhar aquela tarefa. Diz-se que uma máquina é inteligente quando é capaz de mimetizar as capacidades humanas, e, no mundo dos dados, aprender é a mais importantes delas.

A construção de modelos preditivos envolve três fatores-chave. Em primeiro lugar, é necessário haver grandes quantidades de dados. A chave para o funcionamento destes sistemas é alimentá-los com muitos dados nos quais se baseiam as suas previsões. Em segundo lugar, é necessário possuir os recursos materiais para o processamento dos dados. Este modelo de negócio, partilhado com o Google, Facebook, Twitter, etc., é de hiperescala e requer milhões de servidores virtuais que aumentem exponencialmente as capacidades dos computadores sem precisarem de uma expansão substancial do espaço físico, arrefecimento, ou necessidades especiais e energia elétrica. Por último, é necessário garantir os recursos intelectuais para a análise dos dados. Há muitas organizações que têm muitos dados mas não o conhecimento interno especializado para analisá-los.

Com base nos prognósticos resultantes da aplicação dos modelos preditivos, que permitem antecipar hábitos, desejos, comportamentos, estados físicos e emocionais dos indivíduos, as empresas disponibilizam produtos, serviços e anúncios customizados e personalizados, em tempo real, e mesmo antes do indivíduo perceber que está ou vai sentir-se, ansiar, ou agir da forma prevista. Além das empresas, estas ferramentas preditivas também são utilizadas pelas entidades públicas nos setores da saúde, educação, agricultura, ambiente, finanças, segurança, em campanhas eleitorais, entre outros.

Por exemplo, os modelos preditivos foram decisivos nas eleições presidenciais norte-americanas de 2012. Ao contrário da campanha de Mitt Romney, que agrupou os eleitores em categorias largas, a equipa de Obama fundiu, numa única base de dados, todas as informações que conseguiu obter sobre

os indivíduos; e com base nela previram-se quatro coisas a respeito de cada eleitor: a probabilidade de apoiar Obama, de comparecer nas assembleias de voto, de reagir aos apelos da campanha para o fazer e de mudar de ideias a respeito da eleição com base numa conversa sobre um tema específico. Recorrendo a estes modelos de eleitores, a campanha fazia todas as noites 66 mil simulações da eleição e usava os resultados para direcionar o seu exército de voluntários: a quem telefonar, a quais portas bater, o que dizer (Domingos, 2017). No entanto, para Alexander Nix, diretor-geral da Cambridge Analytica – uma consultora de recolha e análise de dados que encerrou após um ex-trabalhador revelar que a empresa extraiu dados pessoais de milhões de perfis do Facebook entre 2014 e 2015 para efeitos de propaganda política (Cadwalladr, 2018) – as eleições estado-unidenses de 2016, que levaram Donald Trump ao poder, “foram as primeiras verdadeiramente orientadas pelos dados. Foram as primeiras eleições em que o poder da análise e de previsão dos Big Data foram usados para tomar decisões, enviar mensagens e alcançar recursos de uma forma que nunca tínhamos visto antes” (Pimentel, 2018). De acordo com Nix, a Cambridge Analytica “elaborou um modelo com cerca de quatro ou cinco mil pontos de dados com que puderam prever a personalidade de cada adulto nos Estados Unidos.” (Amer & Noujaim, 2019)

“A maior parte das agências de comunicação atuais, expõe Nix, continua a segmentar as suas audiências demográfica e geograficamente. Mas, quando paramos para pensar, isto é uma ideia ridícula. A ideia que todas as mulheres devem receber a mesma mensagem devido ao género, ou todos os afro-americanos, por causa da sua raça, ou todas as pessoas idosas, ou todas as pessoas ricas ou jovens receberem a mesma mensagem devido à sua demografia, não faz qualquer sentido. Claro que a demografia, a geografia e a economia influenciam a forma como vemos o mundo. Mas igualmente importante, ou, provavelmente mais importante, é a psicologia, que é a compreensão da sua personalidade, porque é a personalidade que dá origem aos comportamentos e o comportamento influencia a forma como vota. A comunicação está a mudar radicalmente. Atualmente, podemos utilizar

centenas ou milhares de dados individuais das nossas audiências-alvo para saber exatamente que mensagens serão apelativas para cada tipo de audiência, antes do processo criativo começar. Portanto, os *Big Data* podem incluir fatores demográficos e geográficos, idade, gênero, etnia, religião, ou fatores psicológicos, como que produtos compra, que revistas lê, a que clubes pertence, ou que igreja frequenta. E, claro, dados de personalidade ou comportamentais – como vê o mundo, o que é que o move. Depois, é necessária tecnologia de anúncios personalizados. Isto é, a capacidade de aproveitar todos estes dados *offline* e combiná-los para endereçar comunicações. Hoje em dia, a comunicação tem-se tornado cada vez mais segmentada. Tem sido individualizada, para cada pessoa em particular. Portanto, vocês receberão anúncios de produtos e serviços, ou, no caso das eleições, assuntos, com os quais se importam mais. Esses anúncios também serão modificados de forma a refletirem a forma como vêm o mundo. Nós podemos combinar dados *offline* com cookies para criar anúncios digitais, *banners* nas redes sociais e outros. Podemos, obviamente, utilizar estes dados para enviar *e-mails*. Assim, um marido pode receber um determinado *e-mail*, mas a sua esposa receberá um diferente, possivelmente sobre o mesmo assunto” (Nix, 2016).

Outro exemplo aconteceu quando a Target, uma rede de lojas de retalho norte-americana, descobriu que uma adolescente estava grávida antes mesmo do seu pai saber.

“Cerca de um ano após a criação do modelo preditivo de gravidez, elaborado por um analista de dados da empresa, um homem entrou numa loja do Minnesota e pediu para falar com o gerente. Trazia um anúncio na mão e estava muito irritado ‘A minha filha recebeu isto pelo correio!’, disse ele. ‘Ainda anda no liceu e vocês já lhes estão a enviar cupões para roupas de bebé e berços!?’ Dias depois, teve uma conversa com a filha e descobriu que estava grávida. Como é que a Target descobriu antes? Analisando dados: “À medida que o seu programa informático ia peneirando todos os dados, Pole (o cientista de dados) foi identificando cerca de 25 produtos que, quando tomados em conjunto, lhe permitiam, por assim dizer, espreitar a barriga de uma grávida. Mais, conseguia adivinhar em que trimestre estava – e

calcular a data do parto – o que possibilitava à Target enviar-lhe cupões em vésperas de ela fazer novas compras. Quando concluído, o programa de Pole conseguia atribuir a qualquer cliente uma pontuação na lista de ‘previsão de gravidez’ (Duhigg, 2013).

O Now, um assistente de Inteligência Artificial desenvolvido pela Google, também utiliza modelos preditivos. Segundo Varian, “Larry Page (atual diretor-geral da Alphabet Inc, um conglomerado que possui a Google) costumava dizer que o problema da Google era teres de fazer questões. Ele pensava que a Google deveria saber o que tu queres e dizer-to antes mesmo de fazeres a questão. Nós todos pensamos que Larry estava a brincar mas a visão dele tem sido concretizada através do Google Now, uma aplicação que corre nos telefones Android. Um dia, o meu telefone tocou e eu olhei para uma mensagem do Google Now que dizia: “A tua reunião em Standford começa daqui a 45 minutos e o trânsito está complicado, pelo que é melhor saíres agora.” A questão é que eu nunca disse ao Google Now que tinha uma reunião. Ele apenas olhou para o meu calendário do Google, viu onde eu ia, enviou a minha localização atual e o destino para o Google Maps, e descobriu quanto tempo levaria a chegar ao meu destino tendo em conta as condições de tráfego. Algumas pessoas pensam que isto é a coisa mais fixe do mundo, e outros estão completamente apavorados. A questão é que o Google Now tem de saber muito sobre ti e sobre o teu ambiente para proporcionar estes serviços” (Varian, 2014).

Assim, dentro do Aquário, depois de passarem pela máquina de aprendizagem automática, os duplos datificados podem tornar-se inteligentes. Tendo acesso a todos os dados, aplicações, ficheiros e e-mails do indivíduo, e a algoritmos suficientemente desenvolvidos, as empresas de Inteligência Artificial criarão duplos datificados inteligentes – ou assistentes virtuais, como, por agora, se apresentam –, que conhecerão o indivíduo melhor do que ele a si mesmo – nós esquecemo-nos frequentemente do que fizemos, mas as empresas de *Big Data* têm todos os nossos movimentos registados, para a eternidade.

À medida que os duplos se tornam mais inteligentes do que os indivíduos, desejaremos que trabalhem e tomem decisões por nós. Se o meu duplo tem acesso a informação que eu não tenho, e se consegue analisar tanta informação num segundo quanta eu demoraria a analisar num ano, vou pedir-lhe que me substitua nessa tarefa e decisão. Com base na análise dos meus comportamentos, preferências e reações passados, bem como de tudo o que está disponível no ciberespaço, o meu duplo datificado inteligente será capaz de me aconselhar livros, seleccionar músicas, escolher roupas adequadas, indicar-me os dispositivos eletrónicos que satisfaçam as minhas necessidades, avisar-me que a minha tensão arterial está muito baixa, pelo que deverei comer; lembrar-me que este mês há reunião de condomínio, na qual será discutido o contrato das obras, e que deverei contestar a cláusula cinco.

No mundo aquarizado, estes duplos poderão comunicar entre si, em representação dos indivíduos. O nosso duplo contactará o duplo do médico para marcar uma consulta, acordará as condições do crédito com o meu banco ou discutirá com o construtor da minha casa o melhor sistema de isolamento térmico, depois de analisar tudo o que todos no mundo disseram sobre as alternativas existentes. Aprenderão continuamente com as experiências e com as interações com outros, saberão como nos sentimos, e muitas outras coisas que não conseguiremos saber.

Também à medida que a Internet das Coisas se desenvolve, e os corpos dos indivíduos estejam cada vez mais apetrechados de dispositivos biométricos, órgãos biónicos e nano-robôs, os duplos datificados inteligentes poderão saber não só o que vemos e o que fazemos, como aceder ao interior dos nossos corpos.

No Aquário, conviverão indivíduos humanos, ciborgues e robôs, constantemente monitorizados e ligados em rede, que atualizará constantemente os dispositivos, sendo simultaneamente o bártro – se se desligar, os aquarianos

poderão morrer atacados por um vírus informático, por exemplo – e a salvação – será essa mesma rede que permitirá entrar no corpo para matar o vírus.

Os duplos datificados inteligentes conquistarão os indivíduos que já não pescam, caçam, cozinham, costuram ou comunicam cara-a-cara, e estão sempre ávidos de conveniência. E será precisamente no momento da externalização do trabalho e das decisões que perderemos a autonomia e começaremos a ser controlado por eles.

Convém relembrar que o duplo – ou assistente – é um serviço oferecido por uma empresa. Se funcionar mal, o fabricante é o responsável. Se tomar a decisão errada, os responsáveis são os seus programadores. E que interesses prosseguirá primeiro, os do indivíduo ou os da empresa que os fabrica? E se um governo utilizar indevidamente os duplos? Tendo acesso a todos os movimentos do indivíduo, o duplo poderá ser um vigilante 24 horas, 7 dias por semana. Ao mesmo tempo que torna a vida aparentemente mais confortável – e necessariamente mais poluída – a Aquarização traduz-se num controlo cada vez mais aperfeiçoado dos indivíduos e inaugura um novo sistema de dominação.

Modulação

Dados extraídos e analisados algoritmicamente, conseguindo antecipar os estados físicos e emocionais dos indivíduos, e podendo monitorizá-los 24/7, o passo seguinte é a modulação do ambiente físico ou virtual no qual eles se inserem, com vista à modificação dos seus comportamentos futuros.

O interior do Aquário é um labirinto modular e modelável. Por ser constituído por módulos, é possível construir e reconstruir os seus caminhos – o ambiente real ou virtual pode ser modificado em tempo real. As paredes e o chão, modeláveis como plasticina, ora – através dos controlos – dificultam o caminho, estreitando-o ou tornando-o íngreme, ora – através dos incentivos – aceleram o percurso, alargando-o ou aumentando o declive. Na sociedade

aquarizada, o mecanismo do poder disciplinar é progressivamente substituído pelo poder modular, que varia em frequência e amplitude.

Como a recolha e análise de dados está a ser conduzida a uma velocidade que se aproxima cada vez mais do tempo real, elas podem ter um efeito imediato no ambiente em redor da pessoa e nas decisões que são feitas sobre a vida dele ou dela. A modulação implica uma mudança da análise *a posteriori* para observações, comunicações, análises e modificações *a priori*.

A modulação do ambiente pode assumir variadas formas. No ambiente físico, as modulações poderão ser pontes impossíveis de transpor, comunidades fechadas, que impedem a entrada a determinados indivíduos, utilizando câmaras de vídeo, portões inteligentes, e formas avançadas de identificação biométrica, carros autónomos que não arrancam porque o proprietário não pagou o seguro ou porque o sensor deteta que os níveis de alcoolémia do condutor estão altos; e outros eventos que acontecem *offline* mas que foram criados ou adaptados de acordo com os resultados dos algoritmos. No espaço virtual, a modulação consiste na apresentação de anúncios, recomendações, gratificações, notícias apresentadas em sites e blogues, vídeos, jogos virtuais, e outros formatos digitais. O objetivo é controlar todos os fluxos de informação em torno do indivíduo, influenciando a forma como ele percebe a realidade onde se insere, e, assim, o que pensa e como se comporta.

Por exemplo, em 2014, acedendo aos cerca de 87 milhões de perfis de Facebook (Solon, 2018), a Cambridge Analytica construiu um modelo preditivo psicográfico dos cidadãos americanos que lhe permitiu saber “que tipo de mensagens cada cidadão estaria suscetível, os tópicos, conteúdos, tom, se eram assustadoras ou não. Portanto, ao que era suscetível, onde ia consumir isso e, depois, quantas vezes precisaria de ser atingido com isso de forma a mudar o que pensava sobre determinada coisa. Além de ter cientistas de dados, psicólogos e estrategas, também tinham uma equipa inteira de criativos, designers, videógrafos, fotógrafos. Eles criavam esses conteúdos, que eram enviados para a equipa de segmentação que, depois,

os injetava na internet. Sites serão criados. Blogues serão criados. Criavam conteúdos de tudo o que pensavam que estes perfis estariam receptivos, para que os encontrassem na internet. E os indivíduos vêm-no, clicam nele, seguem todo este percurso, até que começam a pensar de forma diferente. Em vez de dizerem o que pensam em praça pública e deixarem que as pessoas venham ter com eles e os oiçam, sussurram ao ouvido de cada eleitor e, provavelmente, sussurram uma coisa diferente a este eleitor e outra ao outro”, revelou Christopher Wylie, ex cientista de dados da Cambridge Analytica (The Guardian, 2018). Segundo Mark Turbull, da mesma empresa, “não adianta disputar uma eleição com factos, porque na verdade trata-se de emoções. O grande erro dos partidos políticos é tentarem vencer pelo argumento em vez de localizarem o centro emocional do assunto, a preocupação, e falar diretamente para ela. Isto tem de acontecer sem parecer que é publicidade. No momento em que as pessoas pensarem que é publicidade, a pergunta seguinte é “Quem publicou isto?”, pelo que precisamos de ser subtis” (Channel 4 News, 2018).

A exploração dos instintos básicos, outra técnica utilizada pelas empresas de *Big Data*, é uma forma das empresas se meterem na consciência dos indivíduos antes de eles agirem, sendo o objetivo estimulá-los a níveis pré-reflexivos, para que adotem decisões semi-inconscientes, maximizando os objetivos delas (Lopes Coelho & Portela da Gama, 2017).

Numa apresentação em Nova Iorque, Alexander Nix explicou que, “acendendo a centenas e centenas de milhares de dados de americanos, a Cambridge Analytica foi capaz de criar um modelo para prever a personalidade de cada adulto dos EUA. Se conhecer a personalidade das pessoas que pretende atingir, poderá adaptar as mensagens para que ressoem mais efetivamente nestes grupos-chave da audiência. Assim, para uma audiência altamente neurótica e consciente, precisaremos de uma mensagem racional, baseada na justiça ou nas emoções. Neste caso (da segunda emenda à constituição norte-americana, relativa ao direito dos cidadãos portarem armas), uma imagem com a ameaça de um assalto e uma arma como proteção é muito persuasiva. Por outro lado, para uma audiência fechada e conforme – pes-

soas que se importam com a tradição, hábitos, família, comunidade – o anúncio poderia ser o avô que ensina o neto a disparar, e o pai que ensinará o seu filho” (Nix, 2016).

Mark Turnbull, diretor de política global, descreve a exploração dos instintos básicos como estratégia: “As pessoas processam a informação através de dois impulsos: a esperança e o medo. Muitos deles são tácitos e mesmo inconscientes – tu não sabes que tinhas medo de algo até veres algo que te suscitasse essa reação. E o nosso trabalho é ir até ao fundo do poço para descobrir quais são esses medos implícitos e realmente profundos. Localizar o centro emocional do assunto, a preocupação, e comunicar-lhe diretamente” (Channel 4, 2018).

“Se recolhes dados das pessoas e constróis perfis delas, relata Alex Tayler, diretor do departamento de dados, isso dá-te mais conhecimento para enviar-lhes mensagens sobre assuntos com que se importam, em linguagens e com imagens que os atraiam. Nós utilizamos essa estratégia na América, África., México, Malásia, e agora estamos a movermo-nos para o Brasil. É o que fazemos enquanto empresa” (Channel 4, 2018). Alex acrescenta, “Donald Trump perdeu o voto popular por três milhões de votos, mas ganhou no colégio eleitoral devido aos dados que tínhamos e à investigação que fizemos. Ganhou porque a campanha fez os comícios nos locais certos e mudou o sentido de voto de mais pessoas-chave no dia das eleições.” E devido à campanha contra Hillary Clinton. “A campanha foi “Defeat Crooked Hillary” e os zeros, o OO, de *crooked*, eram um par de algemas. Era tudo sobre “ela pertence atrás das grades”. E depois fizemos centenas de diferentes tipos de peças criativas e colocámo-las online. Às vezes podes utilizar organizações que já existem e alimentá-las. São organizações da sociedade civil, como grupos de caridade ou de ativistas, e usámo-los, alimentámo-los com material, e eles fazem o trabalho. Colocamos a informação na corrente sanguínea da internet e depois vemo-la crescer, dando um empurrãozinho de vez em quando, ao longo do tempo. Isto infiltra-se na comunidade online e expande-se, mas sem marcas, sem que seja atribuído a alguém” (Channel 4, 2018).

Depois das modulações, para avaliar se os esforços estão a traduzir-se numa efetiva alteração dos comportamentos, os detentores do Aquário fazem experiências contínuas no labirinto. Se os indivíduos não estão a comprar, a clicar ou a comportar-se de acordo com o pretendido, é preciso remodelar o labirinto as vezes suficientes até que os percursos possíveis – ou opções disponíveis – os encaminhem na direção desejada. O dispositivo aquariano também é uma máquina de fazer experiências.

Como assevera Hal Varian, economista chefe da Google, “Qual é a solução? Experiências”. Assim, criados e modificados os ambientes web, conteúdos, anúncios, recomendações, gratificações, e os mais diversos produtos e serviços, segue-se a avaliação, percebendo se o esforço de personalização e customização resultou numa efetiva alteração dos comportamentos dos indivíduos ou se é necessário promover novas alterações naqueles para atingir este objetivo. As experiências devem ser realizadas em grupos controlados, – baseadas no tráfego, cookies, nomes de utilizadores, áreas geográficas, entre outros – atribuídas aleatoriamente e, idealmente, realizadas continuamente, com vista ao aperfeiçoamento constante do sistema.

“Como todos os economistas estão cientes, correlação não é o mesmo que causa. Os dados observáveis – independentemente do quão grandes são – habitualmente, apenas medem correlações, não causalidade. A Google faz cerca de 10.000 experiências por ano em pesquisas e anúncios. Há cerca de 1000 a qualquer momento, e quando acedes ao Google, estás a ser alvo de dezenas de experiências. Que tipos de experiências? Há muitas: experiências na interface do utilizador, nos algoritmos para pesquisas e anúncios, experiências no aspeto e nas funcionalidades, design de produto, ajuste de experiências. Todas podem ser experiências em curso ou experiências com um propósito específico. Portanto, *Big Data* são apenas uma parte da história. Se querem compreender realmente a causalidade, têm que fazer experiências. E se fizerem experiências continuamente, podem aperfeiçoar o vosso sistema. Em 1910, Henry Ford e os seus colegas estavam no rés-do-chão da fábrica todos os dias, aperfeiçoando a linha de montagem – um método de produção que revolucionou o processo produtivo. Nos anos

70, o burburinho no processo produtivo foi o *kaizen* – o termo japonês para um aperfeiçoamento contínuo. Atualmente, temos um “*kaizen* computacional”, onde a experimentação pode ser inteiramente automatizada” (Varian, 2014).

Além da Google e do Facebook, outras empresas também têm feito incursões consistentes nesta área, na realização de experiências para modificar o comportamento dos utilizadores, com o objetivo de rentabilizar o seu conhecimento, capacidade de previsão e controlo (O’neil, 2017).

Prevenção

Para fazer previsões e antecipar o crime, ou outros eventos e comportamentos, o Estado, ramificado nas suas mais variadas instituições, e em cooperação com entidades privadas, extrai dados antigos e atuais, que assumem diferente formas e provêm de diversas fontes. Depois, recorrendo a algoritmos, agrega-os, funde-os, investiga-os, encontra padrões e correlações, cria perfis de indivíduos ou de grupos de indivíduos e categoriza-os. Com base nos dados recolhidos e analisados, determina a probabilidade de um determinado evento ocorrer numa zona geográfica circunscrita, ou a probabilidade de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, adotarem um determinado comportamento.

Nas décadas mais recentes, o custo e o tamanho dos equipamentos de vigilância desceram vertiginosamente. Dada a rapidez de acesso e o decrescente custo de armazenamento de dados, tornou-se prático para as forças de segurança nacional ou locais recolherem e catalogarem ativamente dados, em tempo real e os guardarem para utilizações futuras.

Os EUA têm sido um dos pioneiros nesta área. Em resposta a uma epidemia de homicídios relacionados com um “gang”, a cidade de Chicago conduziu um teste piloto que se focou no policiamento preditivo com identificação de fatores geográficos. Baseado nos dados da polícia e outros, como a aplicação da análise de redes sociais, a polícia de Chicago listou cerca de 400 indivíduos, identificados por certos fatores que poderiam indiciar o envol-

vimento em crimes violentos. Como resultado, a polícia começou a vigiar esses indivíduos.

As análises preditivas também têm sido utilizadas noutras áreas da justiça criminal. Em Philadelphia, a polícia está a usar um software desenhado para prever que reclusos libertados são mais propensos a voltar a cometer um crime, depois de saírem da prisão e, por isso, necessitam de mais vigilância. O software usa cerca de 12 variáveis, incluindo idade, história criminal e localização geográfica.

As tecnologias preditivas oferecem um potencial para as forças de segurança estarem preparadas para antecipar, intervir e prevenir determinados crimes. Como observa a RAND, uma organização que elabora investigações e desenvolve soluções para o Departamento de Defesa dos EUA, “estes métodos não devem ser mutuamente exclusivos; de facto, várias técnicas podem ser utilizadas concertadamente para somar mais do que as suas partes. A utilização de técnicas de regressão e de *data mining* para explorar os conjuntos de dados disponíveis, podem oferecer conhecimento sobre padrões de crime que são exclusivos de uma determinada região. As tendências identificadas nestas análises exploratórias podem posteriormente fazer parte do método de identificação dos “hotspots”. Por exemplo, estas técnicas podem dizer-nos como voltar a procurar padrões de crimes ou se há tendências sazonais ou semanais que devem ser incluídas na análise” (RAND, 2013).

Algum software analítico, como o PredPol, utilizado pelo Los Angeles Police Department (LAPD), analisa anos de estatísticas, previamente publicadas, sobre roubos de propriedade, como de casas e automóveis, parte o mapa de patrulha em zonas de 500 metros quadrados, calcula a distribuição histórica e a frequência de crimes atuais à volta deles, e depois informa quais as zonas a serem policiadas vigorosamente. Este software poder ir além do policiamento baseado em hotspots, permitindo não só mapear crimes passados como ajudar as entidades policiais a prever e prevenir crimes (PredPol, 2018).

Outro exemplo é o sistema ShotSpotter, uma rede de vigilância para tiros, que alerta a polícia para os sons dos tiros e triangula a sua localização, em tempo real. Ao verificar que os barulhos são tiros, um operador humano informa a polícia. Este sistema é utilizado desde 2010 em Oakland, na Califórnia (The Oakland Police Department, 2017) e tem-se alargado a outras cidades, como a de Nova Iorque, por exemplo, que começou a utilizá-lo em 2015 (Schlossberg, 2015).

Este trabalho de extração, vigilância pública e análises preditivas tem sido executado em estreita cooperação com o setor privado. No que concerne ao policiamento preditivo, as empresas entram em cena para vender ou disponibilizar dados às forças de segurança, quando criam interfaces para as autoridades policiais, ou quando auxiliam a polícia na identificação de indivíduos, no caso das redes sociais, por exemplo.

“A polícia tem encontrado poderosos aliados em Silicon Valley. Empresas como o Facebook começaram a utilizar algoritmos e dados históricos para prever quais dos seus utilizadores podem cometer crimes a usar os seus serviços. Eis como funciona: ao estudar determinadas pistas comportamentais, os próprios sistemas de previsão do Facebook podem sinalizar determinados utilizadores como suspeitos: o utilizador só escreve mensagens para outras pessoas com menos de dezoito anos, a maioria dos contactos do utilizador é do sexo feminino, o utilizador está a digitar palavras como “sexo” ou “data”. Os funcionários podem, então, examinar cada caso e denunciar os utilizadores à polícia.

Em 2011, o Facebook começou a usar o PhotoDNA, um serviço da Microsoft que permite digitalizar cada imagem carregada e compará-la com imagens de pornografia infantil do National Crime Information Center do FBI. Desde então, também expandiu a sua análise às imagens. Em meados de 2012, a Reuters relatou como o Facebook, armado com os seus algoritmos preditivos, apreendeu um homem de meia-idade que estava a conversar sobre sexo. Aqui, o Facebook está na vanguarda da vigilância algorítmica; assim como os departamentos policiais se baseiam em estatísticas criminais anteriores,

o Facebook baseia-se em arquivos de conversas reais que precederam os ataques sexuais reais” (Morozov, 2013).

A ECM Universe, um parceiro de negócio da IBM, disponibiliza soluções de vigilância contínua, automatizada e jurisdicional das redes sociais, tornando as ferramentas analíticas acessíveis a organizações policiais de todos os tamanhos. Elas permitem a monitorização, em tempo real, do Twitter, Facebook, Google, sites de classificados e muitas outras comunidades online onde os utilizadores se expressam livremente – com vigilância automatizada 24 horas por dia, 7 dias por semana, o que é análogo às câmaras de videovigilância de rua. “A solução”, nota a brochura da ECM, “emprega análises de texto para correlacionar linguagem ameaçadora e sujeitos vigiados, e avisar investigadores. E também disponibiliza recursos de *data mining* para dados forenses digitais, que permitem fazer um roteiro ao longo de *terabytes* de documentos. Uma vez identificadas as comunidades online que devem ser monitorizadas (como as páginas de Facebook, Twitter, blogs, Google groups, fóruns, grupos de notícias, wikis, e grupos de ódio e de ativistas), a solução rastreia estas páginas para recolher publicações e documentos. Após a recolha de dezenas de milhares de publicações relevantes, as soluções de análise de texto, usando a IBM Content Analytics como plataforma de análise linguística, são postas em ação, para minerar linguagem ameaçadora relevante de um indivíduo ou grupo sob vigilância. Quando uma mensagem ameaçadora ou suspeita é publicada, serão enviadas mensagens de alerta para notificar os investigadores (IBM, 2017).

Outra empresa que auxilia as forças de segurança no policiamento preditivo é a Accenture. “Fazendo das redes sociais parte do uniforme”, “Usa o Poder das Redes Sociais para Impulsionar Melhores Resultados de Policiamento”, apela a empresa na sua página de internet.

Ao utilizar informação pública disponível para investigar potenciais crimes ou sinais de agitação, a Accenture “permite à polícia melhorar os resultados, reduzir custos e trabalhar de forma mais eficiente e eficaz”.

Para “começar rapidamente a usufruir dos benefícios das redes sociais”, expede a Accenture, as organizações públicas de segurança devem, em primeiro lugar desenvolver uma estratégia, identificando o meio – Twitter, Facebook?; depois, que práticas devem ser estabelecidas para cada propósito, por exemplo, fazer uma captura de imagem de uma página onde um comentário criminal é feito”. Em segundo lugar devem construir uma infraestrutura e, por último, “maximizar os dados”. “A infraestrutura correta e as ferramentas analíticas adequadas fornecerão informações à velocidade da luz. A chave é extrair dados destrutturados e, com essa informação, olhar para as tendências e padrões. A informação e conhecimento obtidos das redes sociais devem ser integrados nos sistemas operacionais, de investigação e inteligência para que, em última instância, haja uma única visão do cliente” (Accenture, 2018). Além disso, “As redes sociais ultrapassam as barreiras tradicionais, como a localização geográfica, que dificultava o acesso às fontes. Sendo flexíveis e facilmente geridas, as redes sociais podem proporcionar benefícios adicionais às operações policiais em todas as fases de implementação, desde estágios de informação e auscultação, até à análise e prevenção do crime” (Accenture, 2011).

Mas porque, segundo a RAND, “mesmo as melhores análises não afetarão de todo as taxas do crime se não influenciarem as práticas criminais”, após a identificação da localização, população ou pessoa passíveis de cometer ou sofrer um crime, reconhecidas as arquiteturas ambientais, bem como os processos emocionais e fisiológicos dos indivíduos-alvo, após a previsão, segue-se a intervenção policial. No policiamento preditivo, há várias formas de intervenção a destacar: a alocação de um maior número de recursos aos locais identificados como tendo maior probabilidade de ocorrer crimes, a atribuição de recursos adaptados aos crimes esperados, a correção da população ou pessoa que possam constituir riscos criminais, o aumento da vigilância sobre os prováveis infratores e no apoio às possíveis vítimas.

Nas estratégias de prevenção, da qual a Prevenção Situacional do Crime (PSC) é um exemplo, a lógica é que, ao projetar eficientemente o meio ambiente, e ao estruturar corretamente os controlos e incentivos que são

exercidos sobre os indivíduos, será possível modelar os seus comportamentos futuros. Em termos gerais, a PSC tem cinco alavancas: aumentar o esforço, aumentar os riscos, diminuir as recompensas, diminuir as aliações, e diminuir as desculpas – e uma ou várias delas costumam ser traduzidas no ambiente material.

Ao longo do tempo, os elementos da PSC foram expandidos, modificados e refinados, mas, essencialmente, o seu conteúdo continua focado na prevenção do crime através da identificação e na intervenção no contexto situacional dos crimes, em vez de compreender as principais causas das predisposições criminais. Ao contrário do que acontece com as estratégias clássicas, que se focam na punição e na reabilitação do indivíduo, após ter cometido o crime, a nova estratégia da prevenção visa influir ou trabalhar sobre o meio que o rodeia, de modo a que ele seja impedido ou decida “voluntariamente” não o cometer ou adotá-lo. De acordo com David Garland, jurista, sociólogo criminal e professor na Universidade de Nova Iorque, o novo conselho da polícia é para se concentrar mais em substituir o tratamento pela prevenção.” Nesta, “o foco muda das evidências visuais, retiradas diretamente dos indivíduos, para as projeções algorítmicas de crimes que ainda não aconteceram, baseadas em fluxos de dados em tempo real, e metadados criminais arquivados daquilo que outros fizeram no passado. Em vez de tiros, as impressões digitais ou filamentos de ADN, os modelos de risco, as listas segmentadas, e os mapas de hotspots codificados por cores, tornam-se a moeda básica da prática forense do pré-crime e da verdade precognitiva. É importante salientar que a precisão preditiva de tais tecnologias depende de utilizar os vastos fluxos de dados de vigilância e canalizá-los para um sistema centralizado que aprenda e desenvolva a sua perspicácia preditiva através de cada vez maiores conjuntos de dados que reconheçam padrões, relações de correlações e anomalias” (Garland, 2002).

A prevenção tornou-se uma estratégia dominante nas sociedades atuais para lidar com vários tipos de risco, sendo o crime apenas um deles. Ela é a força silenciosa detrás de várias transformações na nossa compreensão do Estado, indo de domínios de saúde pública e bem-estar a guerras

e terrorismo (Peeters, 2015). Portanto, as análises preditivas também são aproveitadas para fins de governação antecipatória.

Punição

Os *Big Data* transportam uma metamorfose dos métodos punitivos, pelo que o Aquário é uma nova tecnologia de poder que pune de modo diferente. Em finais do século XVIII, escreveu Foucault, “estávamos perante três maneiras de organizar o poder de punir: a baseada no velho Direito Monárquico, o projeto dos juristas reformadores, e o projeto de instituição prisional, que acabou por se impor no século XX. A punição da primeira era um cerimonial de soberania, que utilizava as marcas rituais da vingança, que eram aplicadas sobre o corpo do condenado, e, aos olhos dos espectadores exercia um efeito de terror tanto mais intenso porquanto descontínuo, irregular e, sempre acima das suas próprias leis, a presença física do soberano e do seu poder. No projeto dos juristas reformadores, a punição é um processo para requalificar os indivíduos enquanto sujeitos de direito, utilizando não marcas, mas signos, conjuntos codificados de representações, cuja circulação rápida e a aceitação mais universal possível deviam ser asseguradas pelo castigo.” Por último, no projeto de instituição prisional, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos, que utiliza processos de adestramento do corpo – não dos signos – com os traços que deixa, na forma de hábitos, no comportamento; e pressupõe a aplicação de um poder específico de gestão da pena” (Foucault, 2013).

O século XX foi simultaneamente o apogeu do modelo prisional, descrito pormenorizadamente por Foucault, e o berço do projeto preventivo. Se o método dos reformadores assentava nas representações para controlar o indivíduo, cujos emparelhamentos só podiam funcionar no elemento da publicidade; e se no aparelho da penalidade corretiva, o ponto da aplicação da pena não era a representação, mas o corpo, o tempo, os gestos e as atividades de todos os dias – a alma também na medida em que é sede de hábitos, que assenta numa manipulação do indivíduo através de exercícios, não sinais – o método preventivo não se deve centrar apenas nos indivíduos

mas nas rotinas de interação, na projeção do ambiente e na estruturação de controlos e incentivos que são exercidos sobre eles.

Atualizando: “O soberano e a sua força, o corpo social, o aparelho administrativo”, os algoritmos. “A cerimónia, a representação, o exercício”, a modulação. “O inimigo vencido, o sujeito de direito em vias de requalificação”, os comportamentos modificados *a priori*. “O corpo que se suplicia, a alma cujas representações são manipuladas, o corpo adestrado”, a psique modelada a níveis pré-reflexivos.

A prevenção é uma nova semiotécnica do poder cujo castigo não é, como no suplício, uma arte das sanções insuportáveis, mas uma economia de direitos suspensos, e o exército de técnicos, que substituiu o carrasco, opera, agora, não em espaços fechados delimitados, mas está disseminado em todos os algoritmos.

A necessidade de dissuadir comportamentos transgressores através de recompensas e punições é um requisito dos sistemas diagramáticos em tempo real, onde as mudanças num aspeto do comportamento do indivíduo podem afetar todo o sistema. Daí que, como disse Deleuze, a modulação também seja “uma moldagem auto deformante que muda continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudem de um ponto a outro” (Deleuze, 2007).

Enquanto mecanismo modulatório e preventivo, o Aquário invoca um passado agregado para limitar o acesso a diferentes futuros. Os algoritmos e a modulação do ambiente, que pode ser terrestre ou virtual, dão lugar a uma arquitetura das escolhas. Na prevenção, há uma intenção deliberada para reduzir a variedade de opções, levantando-se questões fundamentais quanto às liberdades e autonomia individuais.

“O policiamento inteligente, eficaz e proactivo” é muitas vezes apresentado “como “claramente preferível à simples reação aos atos criminosos” porque permite “desenvolver estratégias eficientes que previnam o crime ou aumentar a eficiência dos esforços de investigação” (RAND, 2013). Assim,

o verdadeiro objetivo da reforma preventiva, como foi o da reforma disciplinar, “não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais equitativos, antes estabelecer uma nova economia do poder de castigar, assegurar a sua distribuição; um poder capaz de funcionar em toda a parte, de forma contínua e até ao grão mais fino do corpo social. A reforma do direito criminal deve ser lida como uma estratégia para a reorganização do poder de punir, segundo modalidades que o tornam mais regular, mais eficaz, mais constante, e mais rigoroso nos seus efeitos; em suma, que aumentem os seus efeitos diminuindo o seu custo económico e o seu custo político”. A passagem da criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude e do processo disciplinar para o preventivo “faz parte de todo um mecanismo complexo”, com “métodos mais rigorosos de vigilância, um policiamento mais apertado da população, técnicas mais ajustadas de identificação e de captura de informação”. Da mesma forma, o deslocamento das práticas legalistas e preventivas “é correlativo da extensão e da afinação das práticas punitivas”. “Aquilo que se esboça não é, sem dúvida, tanto um novo respeito pela humanidade dos condenados, mas a tendência para uma justiça mais perspicaz e mais afinada, para um controlo penal mais apertado do corpo social. As intervenções penais são cada vez mais precoces e mais numerosas.”

A prevenção é um modo diferente de punir que, para diminuir as resistências, se pretende invisível; um maquinismo complexo que pretende punir mais e melhor. É uma tecnologia do poder que funciona através de disposições meramente tecnocratas e presume o consenso social – tanto dos fins como dos meios – onde ele pode não existir. O fato de a dissidência desaparecer repousa mais na invisibilidade e na intensidade do poder preventivo do que na existência de um consenso genuíno. Da mesma forma que em finais do século XVIII e inícios do século XIX, os suplícios começam a desaparecer e a punição deixa de ser um espetáculo porque “a execução pública passa a ser vista como uma fogueira onde se reacende a violência” (Foucault, 2013), o projeto prisional e disciplinar é progressivamente substituído pelo projeto preventivo e modular para fazer desaparecer a punição aos olhos dos indiví-

duos. O indivíduo modulado a níveis pré-reflexivos, através da plasticização do espaço físico ou virtual onde se insere e do encurtamento das escolhas, circula no meio de uma arquitetura impercetível. Desconhecendo as modulações de que é alvo, pela invisibilidade do exercício do poder, é insciente para resistir-lhe.

Por outro lado, mesmo nos casos nos quais é possível identificar a dominação, o que desvia o indivíduo do crime não é já o teatro abominável do suplício, não é a certeza de ser punido, nem a ortopedia moral, mas a impossibilidade de o cometer. O Aquário, o ambiente no qual o indivíduo se insere, foi modulado e a destruição das paredes ou se tornou impossível ou implicaria detenção. A mediação tecnológica não só permite o registo e análise dos dados, registos esses que podem ser usados de forma abusiva e para efeitos que não sejam do interesse dos indivíduos, como permite modificar comportamentos, com ou sem o conhecimento e consentimento dos alvos da modulação, de acordo com os fins que mais convierem ao mediador. Daqui decorre outro princípio importante do aquário: quanto mais mediada é a atividade, mais suscetível o indivíduo é de modulação. Quem possui os dados e os algoritmos detém o poder. A mediação traduz-se em menos autonomia. A aquarização é uma punição massiva, intensiva e por antecipação.

Referências bibliográficas

- Accenture. (2018). Making Social Media Part of The Uniform. Acesso em Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.accenture.com/us-en/insight-making-social-media-part-uniform>
- Accenture. (2011). Tap the Power of Social Media to Drive Better Policing Outcomes. Acesso em Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.accenture.com/us-en/insight-tap-power-social-media-drive-better-policing-outcomes>
- Amer, Karim. & Noujaim, Jehane. (2019) The Great Hack. United States: Netflix.

- Aradau, Claudia.; Blanke Tobias. (2016). Politics of prediction: Security and the time/space of governmentality in the age of Big Data. *European Journal of Social Theory*.
- Ball, Kirstie & Snider, Lauren. (2013). *The Surveillance-Industrial Complex: A Political Economy of Surveillance*. Routledge, London.37 *Ibid.*, 1
- Burrell, Jenna. (2016). How the machine “thinks”: Understanding opacity in machine learning algorithms. *Big Data & Society*, January-June 2016: 1-12.
- Cadwalladr, Carole. (2018). “I made Steve Bannon’s psychological warfare tool”: meet the data war whistleblower. *The Guardian*. 18 de Março. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wylie-faceook-nix-bannon-trump>
- Cadwalladr, Carole & Graham-Harrison, Emma (2018). Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. *The Guardian*. 17 de Março. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>
- Channel 4 News. (2018). Cambridge Analytica Uncovered: Secret filming reveals election tricks. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mpbeOCKZfQ&index=22&list=WL>
- Duhigg, Charles. (2013). *A Força do Hábito*. Dom Quixote, Lisboa.
- Deleuze, Gilles. (2003). *Conversações. Fim de Século*, Lisboa.
- Deleuze, Gilles. & Guattari, Félix. (2007). *Mil Planaltos; Capitalismo e Esquizofrenia 2*. Assírio & Alvim, Lisboa.
- Domingos, Pedro. (2017). *A Revolução do Algoritmo Mestre, Como a aprendizagem automática está a mudar o mundo*. Manuscrito Editora. Lisboa.
- Elmer, Greg. (2003). A diagram of panoptic Surveillance. *New media & Society*, Vol 5 (2) :231–247.
- Foucault, Michel. (2013). *Vigiar e Punir; Nascimento da Prisão*. Edições 70, Lisboa.

- Garland, David. (2002). *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. University of Chicago Press, Chicago.
- Gitelman, Lisa. (2013). "Raw Data" Is an Oxymoron. MIT Press, Cambridge.
- Greenwald, Gleen., MacAskill, Ewen. & Poitras, Laura. (2013). Edward Snowden: The whistleblower behind the NSA surveillance revelations. *The Guardian*. 10 de Junho. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance>
- Greenwald, Gleen. & MacAskill, Ewen. (2013). NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others. 7 de Junho. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>
- IBM. (2012). *Becoming an Agile Digital Detective*. IBM Corporation, USA. Disponível em: ftp://ftp.software.ibm.com/software/data/sw-library/ECM_Universe_RCA_Law_FINAL_2-12.pdf
- IBM. (2017). *Social Media Surveillance Solution; Continuous, Automated, and Jurisdictional Surveillance of Social Media*. Acesso em Abril de 2017. Disponível em: https://www-01.ibm.com/software/info/channel-solution-profiles/ECMU_SOCIAL_MEDIA_SURVEILLANCE.html
- Kerr, I. & Earl, J. (2013). Prediction, preemption, presumption: How Big Data threatens big picture privacy. *Stanford Law Review*. Disponível em: <https://www.stanfordlawreview.org/online/privacy-and-big-data-prediction-preemption-presumption/>
- Kitchin, Rob. (2014). Big Data, new epistemologies and paradigm shifts. *Big Data & Society*, April-June 2014: 1-12.
- Lee, Daniel, R. (2010). Understanding and Applying Situational Crime Prevention Strategies. *Criminal Justice Policy Review*, 21 (3) 263 – 268.
- Lyon, David. (2014). Surveillance, Snowden, and Big Data: Capacities, consequences, critique. *Big Data & Society*, July-December 2014: 1-13.7

- Lopes Coelho, Fabiana & Portela da Gama, João (2017), “Aquarização, perspético sobre a Sociedade dos Big Data”, Revista de Ciências da Computação, 12.
- L. Perry, Walter; McInnis, Brian; C. Price, Carter; C. Smith, Susan; S. Hollywood, John. (2013) Predictive Policing; The Role of Crime Forecasting in Law Enforcement Operations. Research sponsored by the U.S. National Institute of Justice and conducted in the Safety and Justice Program within RAND Justice, Infrastructure, and Environment. RAND Corporation. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR200/RR233/RAND_RR233.pdf
- Mantello, Peter. (2016). The machine that ate bad people: The ontopolitics of the precrime assemblage. *Big Data & Society*, July-December 2016: 1-11
- Meyer-Schönberger, V. & Cukier, K. (2013). *Big Data: A Revolution that will Transform How we Work Think and Live*. John Murray, UK.
- Morozov, Evgeny (2013). To Save Everything, click here. *The Folly of Technological Solutionism*. PublicAffairs, New York.
- Nix, Alexander. (2016). Cambridge Analytica – The Power of Big Data and Psychographics. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=n8Dd5aVXLCc&list=WL&index=21>
- O’neil, Cathy. (2017). *Weapons of Math Destruction. How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. Penguin Random House UK.
- Peeters, Rik. (2015). The price of prevention: The preventive turn in crime policy and its consequences for the role of the state. *Punishment & Society*, Vol. 17(2) 163-183
- Pimentel, Ana. (2018). Sexo, dados & Facebook. O que o líder da Cambridge Analytica disse (e escondeu) em Lisboa. *Observador*. 21 de Março. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/sexo-dados-facebook-o-que-o-lider-da-cambridge-analytica-disse-e-escondeu-em-lisboa/>
- PredPol. (2018). Hot Spot Policing Gets Predictive. Acesso em Novembro de 2018. Disponível em: <http://www.predpol.com/hot-spot-policing/>

- Raley, Rita. (2013). *Dataveillance and Countervailance*. Em Gitelman, L. (ed.) "Raw Data" Is an Oxymoron. MIT Press, Cambridge.
- Samuels, David. (2019). Is Big Tech merging with Big Brother? Kinda looks like it. *Wired*. 23 de Janeiro. Disponível em: <https://www.wired.com/story/is-big-tech-merging-with-big-brother-kinda-looks-like-it/>
- Schlossberg, Atiana. (2015). New York Police Begin Using ShotSpotter System to Detect Gunshots. *The New York Times*. 16 de Março. https://www.nytimes.com/2015/03/17/nyregion/shotspotter-detection-system-pinpoints-gunshot-locations-and-sends-data-to-the-police.html?_r=1
- Solon, Olivia (2018). Facebook says Cambridge Analytica may have gained 37m more users' data. 4 de Abril. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/apr/04/facebook-cambridge-analytica-user-data-latest-more-than-thought>
- The Guardian. (2018). Cambridge Analytica whistleblower: "We spent \$1m harvesting millions of Facebook profiles". Entrevista a Christopher Wylie. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FXdYSQ6nu-M&list=WL&index=13>
- The Oakland Police Department. (acedido em Abril de 2017). ShotSpotter. Disponível em: <http://www2.oaklandnet.com/government/o/OPD/a/data/shotspotter/index.htm>
- Varian, H.R. (2014). Beyond Big Data, *Business Economics*, 49 (1): 27–31.
- White House. (2014). Big Data: seizing opportunities, preserving values (Relatório para o presidente), Washington D.C., USA: Executive Office of the President.
- Zuboff, S. (2015). Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology: IT Palgrave Macmillan*, 30, 75-89.

O SILÊNCIO DAS CASAS DE VIDRO – O RECUO DAS OPINIÕES MINORITÁRIAS

José Carlos Alexandre¹

Nuno Amaral Jerónimo²

Resumo: Para cada texto a celebrar as maravilhas das redes sociais, há outro a avisar sobre os perigos para a democracia e a civilização. A expressão da opinião em assuntos públicos é importante para a democracia e para estimular o envolvimento político. A internet e as redes sociais em particular vieram colocar novas questões. Atendendo à emergência de novas culturas de discussão nas redes sociais, é importante questionar se, nestes espaços virtuais, há alterações do comportamento dos indivíduos. Por outro lado, hoje, mais de 90% dos americanos têm consciência de que as suas *ações online* podem ser interceptadas pelo Estado. As revelações de Edward Snowden em 2013 vieram aprofundar essa consciência. As redes sociais estimulam ou reduzem o conformismo? As opiniões minoritárias tornam-se mais audíveis ou mais silenciosas? As opiniões dos indivíduos tendem a extremar-se na «câmara de eco» dos preconceitos partilhados? De que forma os mecanismos de vigilância *online* podem abalar as bases da democracia? Para responder a estas questões, partimos da teoria da espiral do silêncio de Elisabeth Noelle-Neumann e de autores de pendor distópico como Evgueni Zamiatine, George Orwell ou Aldous Huxley.

Palavras-chave: Redes sociais; Espiral do silêncio; Polarização; Vigilância.

1. Doutor em Ciências da Comunicação, Instituto Politécnico da Guarda e LabCom.IFP – UBI. jcalexandrexx@gmail.com

2. Doutor em Sociologia, Departamento de Sociologia – FCSH-UBI e LabCom.IFP – UBI. nunoaj@ubi.pt

Casas de vidro vigiadas

Para Harari (2018), a ficção científica é talvez o gênero artístico mais importante neste início de século. Atendendo a que os indivíduos não têm tempo ou interesse para se manterem a par das últimas descobertas científicas, as obras de ficção científica podem desempenhar um papel relevante na compreensão dos desenvolvimentos tecnológicos, sociais e económicos mais importantes. De acordo com o historiador israelita, a forma como a tecnologia pode ser usada para manipular e controlar os seres humanos é, provavelmente, o tema em que os autores de ficção científica se têm revelado mais perspicazes.

O título deste artigo “O silêncio das casas de vidro – o recuo das opiniões minoritárias” foi inspirado no livro *Nós* do russo Evgueni Zamiatine, publicado em 1924. Os paralelismos entre *Nós* e *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* de George Orwell são óbvios (Steiner, 2017). O “Estado único” converte-se na Oceania de 1984. O benfeitor é transformado no *Big Brother*. Os guardiões passam a ser a polícia do pensamento. A eficácia das casas de vidro é conseguida pelos telecrãs de Orwell.

A transparência das casas de vidro é imposta por um Estado agressivo e opressivo, à semelhança, aliás, do Estado de 1984 de Orwell.

Normalmente, vivemos cada instante à vista de todos, sempre banhados em luz e cercados de paredes de vidro que parecem feitas de ar refulgente. Nada temos a esconder uns dos outros. Esta forma de viver, assim às claras, facilita a difícil e nobre missão dos guardas. Se assim não fosse, sabe-se lá o que podia acontecer. (Zamiatine, 1924, p. 33)

Porém, o *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, publicado em 1932, acabaria por se revelar o mais profético dos livros de ficção científica do século XX. O autor pretendia descrever, com cinco ou seis séculos de antecedência, a sua visão da evolução da sociedade, ciência e economia. Todavia, no prefácio da 2.^a edição em 1946, considerava que a realidade se tinha aproximado

com incrível rapidez da ficção, estimando que bastariam mais três ou quatro gerações para que coincidissem.

No *Admirável Mundo Novo*, não há campos de concentração, nem polícias secretas. O mundo é pacífico e próspero. As pessoas vivem numa satisfação constante e, em caso de desânimo, receita-se um tranquilizante infalível: o “soma”. E, provavelmente, é essa aparente satisfação permanente dos indivíduos que torna o livro tão inquietante. Huxley intuiu que era muito mais fácil controlar e manipular as pessoas através do “amor” e do prazer do que com o medo e a violência (Harari, 2018).

Hoje, a transparência das redes sociais *online não é* imposta. As pessoas aderem voluntariamente (Harcourt, 2015). Ao contrário do panóptico de Bentham, em que o vigilante observa todos sem ser visto, no panóptico digital os indivíduos conectam-se e comunicam intensamente uns com os outros. A hipercomunicação permite a transparência, diz-nos Byung-Chul Han na sua *Sociedade da Transparência*. A transparência recíproca implica a vigilância permanente e a consequente perda de autonomia enquanto cidadãos (Simões & Jerónimo, 2018). É esta “a lógica da sociedade da vigilância” (Han, 2014, p. 70).

Uma analogia histórica

Embora o Facebook tenha criado a maior das redes sociais, as redes não nasceram com a internet. Existem desde que existe o *Homo sapiens*. Olhemos, por isso, para o passado.

Winston Churchill afirmou: “Quanto mais olharmos para o passado, mais longe poderemos ver para a frente” (Ferguson, 2018, p. 418). Olhando para o passado, o historiador Niall Ferguson, no seu recente *A praça e a torre*, diz que o impacto da internet tem poucas analogias melhores na história do que o impacto da invenção da prensa tipográfica por Gutenberg em meados do século XV³.

3. Johannes Gutenberg (1400-1468) criou a sua primeira prensa tipográfica entre 1446 e 1450 em Mainz.

Algumas décadas depois, em 1517, Lutero publicou as suas noventa e cinco teses originais, que circularam rapidamente por toda a Europa de língua alemã. À época, os panfletos e livros de Lutero criaram e deram força às redes. As tipografias do século XVI abalaram primeiro a hierarquia católica e depois causaram outras disrupções, nomeadamente económicas e políticas. Há, todavia, diferenças importantes relativamente à actual revolução em rede. Esta é muito mais rápida. A internet não abalou as religiões – talvez só o Islão. Em contrapartida, abalou imenso o comércio. Mais recentemente, a internet começou também a perturbar a política.

Como sublinha, Ferguson (2018), há outra semelhança fundamental entre as duas revoluções: a transformação da esfera pública. Há 500 anos, Lutero sonhava com um “sacerdócio de todos os crentes”. Hoje, alguns sonham com “netcidadãos” (*netizens*), num mundo *online* onde todos seriam iguais. Ferguson ***não tem dúvidas: esta ideia ou*** pretensão nunca passou de uma fantasia. A transformação em curso da esfera pública é, antes de mais, uma absoluta invasão da esfera privada (Ferguson, 2018; Innerarity, 2010).

De qualquer maneira, prosseguindo na sua analogia, o historiador britânico conclui que devemos esperar uma disrupção das “hierarquias caducas”, uma disrupção liderada pelas redes. Poderão as redes gerar uma nova ordem? Dificilmente, ***à luz da experiência histórica***. O mais provável é algum tipo de restauração da ordem hierárquica. Na verdade, é muito difícil imaginar o que o futuro nos trará. A capacidade de resistência das antigas hierarquias, agora ameaçadas, pode ser maior do que alguns julgam. Talvez haja vulnerabilidades nas redes ainda não descortinadas. Ou, no pior dos cenários, as redes podem gerar novas estruturas de poder, “com capacidades potencialmente maiores do que até as dos Estados totalitários do século passado” (Ferguson, 2018, p. 53).

A espiral do silêncio em linha

O fenómeno dos indivíduos se tornarem silenciosos quando defendem opiniões minoritárias é descrita por uma das mais reconhecidas teorias da comunicação: a espiral do silêncio (TES), apresentada pela alemã Elisabeth

Noelle-Neumann em 1974. O interesse desta teoria tem a ver com as suas implicações para a democracia, uma vez que prevê que os indivíduos, em determinadas circunstâncias, se recusam a usar a sua liberdade de expressão, liberdade esta que é uma característica fundamental das sociedades democráticas.

Segundo a espiral do silêncio, as pessoas estão mais predispostas a exprimir publicamente as suas opiniões quando pressentem que a maioria está, e estará, do seu lado. Por outro lado, tendem a silenciar-se e a ser cautelosas quando pressentem que estão, e estarão, do lado de uma minoria. A tendência para uns falarem e outros preferirem o silêncio vai engendrando um processo de espiral. Com o tempo, acabará por se instalar na sociedade uma posição dominante sobre uma questão polémica, com forte carga moral – é este tipo de questões que desencadeia a espiral do silêncio. A opinião pública é, por conseguinte, a opinião dominante, aquela que pode ser expressa publicamente por um indivíduo sem que este corra o risco de sofrer sanções sociais (Noelle-Neumann, 1993).

A espiral do silêncio assenta em dois princípios psissociológicos: o controlo social e o medo do isolamento. Para criar uma sociedade coesa, a ameaça de isolamento, exercida pela sociedade, e o medo do isolamento, sentido pelos indivíduos, têm de funcionar em conjunto, influenciando, entre outras coisas, a expressão pública da opinião. É o medo do isolamento que leva os indivíduos a observar e monitorizar o seu meio social. Para obter pistas sobre a posição da maioria dos indivíduos, os indivíduos recorrem à observação directa, à discussão interpessoal dos temas e, sobretudo, aos *media*.

A capacidade dos *media* em condicionar as percepções dos indivíduos sobre o clima de opinião (a distribuição agregada das opiniões sobre um determinado assunto) é um aspecto central na teoria da espiral do silêncio. Porém, hoje, a realidade é muito diferente da dos anos 70 do século passado, quando Noelle-Neumann (1973) proclamou “o regresso ao conceito dos poderosos meios de comunicação de massa”.

De acordo com a teoria, a espiral do silêncio é desencadeada quando as posições dos *media* são claras, unívocas, inequívocas, consensuais. Esta consonância dos *media* limita as possibilidades de os indivíduos formarem opiniões alternativas (Alexandre, 2018). Além disso, inviabiliza o processo de percepção selectiva. Nos anos 70 e 80, o argumento de que os diferentes *media* apresentam os assuntos controversos de uma forma consonante ou homogénea era mais credível (Pang *et al.* 2016; Tsafati, Stroud, & Chotiner, 2014). Hoje, a maior diversidade de canais de comunicação, tornada possível, nomeadamente, com internet⁴, dissipou ou, pelo menos, atenuou significativamente o efeito de consonância dos *media*. Ao mesmo tempo, a fragmentação dos *media* reforçou a exposição selectiva dos indivíduos, ou seja, a possibilidade de estes seleccionarem e se exporem apenas às mensagens dos *media* coerentes com as suas opiniões. E é provável que o aumento da exposição selectiva altere as avaliações dos indivíduos sobre o clima de opinião – por exemplo, nos EUA, isto significaria que tanto os liberais como os conservadores tenderiam a sobrestimar a força dos respectivos campos ideológicos e políticos, e a subestimar o do adversário. O resultado final seria, assim, um aumento da polarização na sociedade⁵.

A transformação da paisagem mediática nos últimos 40 anos abalou, em parte, alguns pressupostos da TES. Primeiro, apesar de os *media* parecem continuar a ter um papel nas percepções dos indivíduos sobre o clima de opinião, a sua fragmentação dissipou o efeito de consonância. Hoje, os indivíduos podem mais facilmente expor-se apenas aos *media* que corroboram as suas opiniões e preconceitos. Segundo, o poder dos *media* em induzir silêncio junto dos que percebem pertencer a uma minoria pode estar a diminuir. Em vez de uma minoria submissa, que se retira silenciosamente do campo de luta, é possível que ambos os lados se estejam a tornar mais

4. Por exemplo, um estudo do Pew Research Center (2016) mostra que, em 2016, 62% dos americanos obtiveram notícias através do Facebook.

5. Tsafati *et al.* (2014) admitem relações de causalidade em sentido contrário. Ou seja, as pessoas podem expor-se a *media* mais ideológicos devido às suas percepções do clima de opinião – talvez porque queiram obter notícias a partir da perspectiva da maioria. Ou talvez seja antes a polarização a afectar a opinião percebida e a levar os indivíduos a exporem-se preferencialmente a *media* coerentes com as suas opiniões. Todavia, os autores consideram estas relações de causalidade menos consistentes do ponto de vista conceptual e teórico.

confiantes. Em suma, o conformismo das minorias previsto pela TES pode estar a dar lugar a uma maior polarização, com as opiniões dos indivíduos “a extremarem-se na «câmara de eco» dos preconceitos partilhados” (Ferguson, 2018, p. 382).

A TES prevê a existência de núcleos duros (resistem à mudança) e de vanguardas (preconizam a mudança). Trata-se de pessoas que exprimem as suas opiniões mesmo sabendo que pertencem a uma minoria. Noelle-Neumann dizia tratar-se de minorias que faziam frente a um clima de opinião hostil.

Para fazer frente a um clima de opinião hostil, os núcleos duros e as vanguardas podem encontrar força e coragem nas suas crenças ideológicas e abrigo nos grupos de referência em que estão inseridos (Scheufele, 2018). E, para Matthes, Morrison e Schemer (2010), os núcleos duros, por vezes, podem corresponder à maioria da população, dependendo dessa possibilidade da “convicção da atitude” (*attitude certainty*) dos indivíduos. Ou talvez haja, neste momento, duas dialéticas opostas em termos da expressão da opinião nas redes sociais *online* (Liu, Rui, & Cui, 2017). Se, por um lado, como referimos acima, as redes sociais podem estar a reforçar a polarização, por outro, podem estar a aumentar os níveis de conformismo. Ou seja, pode haver uma polarização na sociedade e conformismo dentro dos grupos de referência em que os indivíduos estão inseridos (Alexandre, 2018)⁶.

Homofilia e polarização

Segundo Ferguson (2018), a homofilia é a primeira regra das redes sociais – a tendência inexorável para nos associarmos com pessoas semelhantes. Essa tendência pode dever-se a vários motivos, nomeadamente, a partilha de estatuto⁷ e a partilha de valores.

6. Noelle-Neumann (1977) admite que, em situações de grande polarização na sociedade, os partidários de pontos de vista opostos tendem a ignorar-se mutuamente. Nestas situações, os indivíduos não formam as suas perceções sobre o clima de opinião com base nas notícias fornecidas pelos *mass media*, mas sim baseando-se nas impressões recolhidas nos seus círculos sociais mais próximos (Alexandre, 2018).

7. De acordo com Ferguson (2018), a partilha de estatuto inclui características imanentes como raça, etnia, sexo ou idade, ou adquiridos, como religião, educação, ocupação profissional ou padrões de comportamento.

A homofilia *online* pode criar câmaras de eco, em que os utilizadores ouvem apenas aqueles que reflectem os seus pontos de vista sobre questões controversas (Kwon, Oh, & Kim, 2017). O uso de redes sociais como o Facebook leva a que os utilizadores semelhantes tendam a ficar cada vez mais interligados (Weng & Lento, 2014). Numa palavra, a homofilia nas redes sociais parece levar a uma maior polarização na sociedade, em especial quando a política é o tema dos debates (Ferguson, 2018).

Uma aceleração da polarização, provocada pela internet, foi um resultado previsto por alguns autores. Por exemplo, em 2008, o académico norte-americano Cass Sunstein publicou um artigo intitulado: “Neither Hayek nor Habermas”. O tema central era a blogosfera. Sunstein considera que a blogosfera estimula a formação de grupos homogéneos e polarizados em termos ideológicos. Os *bloggers* e os seus leitores vivem em casulos ou bolhas de informação.

Ao contrário de Habermas, Sunstein *não acredita que, nas discussões na esfera pública, possa vencer o melhor argumento. A chamada polarização de grupo (group polarization) torna, a seu ver, essa esperança irrealista. Sunstein avança com três possíveis explicações para a polarização, ou seja, para a concentração nos extremos. Primeira, em qualquer grupo com uma determinada inclinação, a maioria dos seus membros tende a deslizar nessa direcção. Felizmente, a maioria das pessoas ouve as outras. Porém, se dentro do grupo a maioria considera, por exemplo, que o governo é péssimo, então a tendência é para prestar atenção a toda a informação que confirma essa posição e ignorar ou desvalorizar a que aponta em sentido contrário.*

Em segundo lugar, queremos ser bem vistos pelos outros. Por conseguinte, a partir do momento em que percebemos qual é posição maioritária dentro do grupo em que estamos inseridos, tendemos a ajustar as nossas posições, pelo menos ligeiramente, na direcção dessa posição dominante.

O ajustamento dos indivíduos à opinião maioritária do grupo é um exemplo de como a polarização e o conformismo também podem andar de mãos

dadas. Dito de outro modo, e como referimos antes, os indivíduos tendem a ser conformistas dentro dos grupos em que estão inseridos e, muitas vezes, concomitantemente, movem-se para posições mais extremas.

Por fim, há uma relação entre confiança, extremismo e o apoio dos outros. À medida que ganham confiança, os indivíduos tendem a tornar-se mais extremistas. E os aplausos dos outros reforçam a autoconfiança.

A polarização de grupo foi estudada em pequenos grupos. Todavia, Sunstein considerava que se podia aplicar à blogosfera. E, por extensão, também se pode aplicar às redes sociais *online*. Além da propensão natural dos indivíduos para o extremismo, as redes sociais permitem que cada um escolha a informação que recebe, desamigue, bloqueie, siga ou deixe de seguir, etc. Por outro lado, os algoritmos informáticos só deixam entrar a informação que confirma as nossas opiniões e preconceitos. Em suma, aparentemente, as redes sociais alimentam e ampliam o extremista que há dentro de nós.

Silêncio e conformismo virtuais

As redes sociais *online*, ao permitirem que se estabeleçam contactos com conhecidos mais distantes geográfica e politicamente (apesar de serem “laços fracos” – *weak ties*), aumentam a heterogeneidade nas redes sociais de cada indivíduo (Schulz & Roessler, 2012). Quanto mais larga, extensa e diversa for a rede social, maior seria a probabilidade da percepção dos indivíduos sobre o clima de opinião se aproximar da realidade. Nesse sentido, as redes sociais *online* permitiriam uma percepção mais exacta do verdadeiro clima de opinião do que as redes sociais *offline*, constituídas apenas por familiares e amigos mais próximos⁸ (Alexandre, 2018). Todavia, a maioria dos estudos empíricos não parece apontar para a possibilidade de os contextos *online*

8. Nos estudos sobre a espiral do silêncio em redes sociais, costuma ser avaliada a percepção dos utilizadores sobre o clima de opinião nacional (Gearhart & Zhang, 2014; Stoycheff, 2016), ou sobre clima de opinião *offline*, como familiares e amigos (Gearhart & Zhang, 2014), ou sobre o clima de opinião das conexões do utilizador na rede social em análise (Hampton *et al.*, 2016). Liu *et al.* (2017) sugerem que “Future research could compare whether opinion climate in the nation or on SNSs has a greater impact on the spiral of silence” (p. 298).

libertarem ou incentivarem a expressão de opiniões minoritárias ou de reduzirem os comportamentos conformistas.

Alguns estudos recentes alertam para o perigo de um recuo maior e mais acelerado das opiniões minoritárias nas redes sociais⁹. Tem sido observada uma relação negativa entre o clima de opinião percebido e a disposição dos indivíduos para expressar a opinião numa grande variedade de plataformas *online*, incluindo fóruns *online* (Kim *et al.*, 2014; Yun & Park, 2011); *chat rooms* (Ho & McLeod, 2008); o Facebook (Fox & Warber, 2015; Gearhart & Zhang, 2014; Jang *et al.*, 2014); o Twitter (Miyata, Yamamoto & Ogawa, 2015). Este tipo de comportamento está aparentemente em linha com a TES.

Até ao momento, a evidência empírica sobre se as pessoas estão mais ou menos inclinadas a expressar opiniões impopulares na internet do que em situações de comunicação *face-to-face* é inconclusiva. Todavia, a maioria dos estudos parece indicar que os indivíduos mostram menor propensão para exprimir opiniões percebidas como minoritárias em ambientes *online*. De acordo com alguns estudos, nem o anonimato, próprio de muitos ambientes *online*, reduz os níveis de conformismo. Mesmo nesses casos, os indivíduos tendem a não a exprimir a sua opinião quando sentem que estão do lado de uma minoria (Yun & Park, 2011).

Jang, Lee e Park (2014) sugerem que aqueles que usam redes sociais mais amplas têm menos vontade de publicitar as suas opiniões. Talvez porque as pessoas sintam um medo maior em serem pessoalmente atacadas na internet do que em situações de comunicação interpessoal. Isto leva os uti-

9. A mudança para ambientes *online* levou a que os investigadores reformulassem a operacionalização da principal variável dependente da TES: a vontade para exprimir publicamente uma opinião. Em vez das situações hipotéticas de conversar com os outros ou da disponibilidade para exprimir uma opinião ante um público, os respondentes são agora questionados, por exemplo, sobre a probabilidade de “postarem” sobre um determinado assunto, fazerem comentários, colocarem um “gosto” ou partilharem (com ou sem comentário) um post (Gearhart & Zang, 2014; Jang *et al.*, 2014; Stoycheff, 2016). Alguns autores designam esta forma de expressão como “click speech” (Pang *et al.*, 2016). De acordo com resultados de Neubaum e Krämer (2017), o número de “gostos” não tem influência em vários níveis de clima de opinião (população nacional, utilizadores do Facebook, grupos de referência); por outro lado, os comentários têm influência sobre as percepções da opinião, mas apenas em termos da população nacional e dos utilizadores do Facebook, mas não nos grupos de referência.

lizadores a preferirem, muitas vezes, o silêncio, mais do que em situações *offline* (Neubaum & Krämer, 2016)¹⁰.

Os indivíduos parecem sentir uma maior capacidade de controlo sobre a impressão que causam nos outros numa situação *face-to-face* do que em redes sociais *online*. Isto vai ao encontro do que defendia Noelle-Neumann: o medo do isolamento aumenta à medida que aumenta o público. O estigma resultante de uma situação embaraçosa ante conhecidos não é definitivo: há sempre a possibilidade de rectificar a impressão produzida. Ao invés, quando se trata de um público anónimo, não há recurso possível. Não se pode explicar ou pedir desculpas pelas acções realizadas. O estigma é indelével, considerava Noelle-Neumann (1993)¹¹.

No Facebook¹², a audiência é maior. Existe uma audiência invisível que pode ter acesso à discussão, incluindo, por exemplo, amigos próximos, conhecidos, colegas, mas também pessoas desconhecidas. Os utilizadores podem não conhecer o clima de opinião dentro deste grupo mais extenso e não saber quem pode, em última análise, ver as suas opiniões. Hoje, muitas pessoas estão conscientes de que no Facebook os seus comentários são registados, pesquisáveis e visíveis, a longo prazo, por um público potencialmente maior. Esta consciência pode levá-las a antecipar futuras sanções ou penalizações referentes, por exemplo, à sua vida profissional. Este último ponto leva-nos ao nosso próximo tópico, a vigilância *online* (Neubaum & Krämer, 2016).

10. De acordo com o estudo de Neubaum e Krämer (2016), a forma como as pessoas respondem quando se encontram numa situação de minoria depende do canal de comunicação (*online* e *offline*) e do tipo de audiência que enfrentam. Os participantes revelam uma probabilidade mais baixa em expressar a sua opinião ante uma audiência *online* mais alargada – e.g., a probabilidade de expressarem a sua opinião quando pressentem estar numa minoria é mais baixa no Facebook do que em fóruns *online*; o mesmo ocorre nas audiências *offline* – e.g., a probabilidade é mais baixa numa viagem de autocarro do que numa festa.

11. Este argumento de Noelle-Neumann deu origem a infindáveis discussões e investigações sobre se era dentro dos grupos de referências ou perante o pelourinho do público anónimo que os indivíduos sentiam mais o medo de exclusão social.

12. Apesar de não haver ainda muitos estudos a testar a TES em redes sociais *online*, alguns autores têm sublinhado as diferenças entre as diferentes redes. Por exemplo, Liu *et al.* (2017) consideram que a expressão de opiniões políticas no Twitter permite um maior anonimato do que no Facebook. A maioria dos utilizadores do Twitter não se conhecem pessoalmente; ao invés, no Facebook há uma maior sobreposição entre os conhecimentos pessoais e os conhecimentos *online*.

Os efeitos da vigilância *online*¹³

Um homem inocente não tem motivos para esconder os seus pensamentos.

Dick (2018, p. 114)

Que segredos temos o direito de guardar? Este é o tema principal do conto “O fabricante de capuzes” de Philip K. Dick. Alguém tem o direito de ler os pensamentos dos outros se acreditar que isso é do interesse nacional? Os indivíduos têm o direito de esconder os seus pensamentos mesmo quando estes são perigosos e sinistros? Na “União Livre”, imaginada por Philip K. Dick, os governantes não têm dúvidas sobre as respostas a estas questões. Os agentes da “Certificação” devem perscrutar as mentes, detectar e punir a deslealdade dos cidadãos. Nos últimos tempos, a realidade aproximou-se deste cenário distópico.

Stoycheff (2016) analisou de que forma a percepção dos americanos sobre a existência de uma vigilância *online* por parte do Estado pode influenciar a relação entre o clima de opinião (nacional) percebido e a disposição para expressar pontos de vista minoritários.

A maioria dos americanos tem hoje consciência de que tudo o que faz na internet deixa impressões digitais. As “ciberpegadas” não se apagam; é sempre possível recuperá-las. As mensagens ficam para sempre armazenadas nas profundezas do ciberespaço. Em 2013, o caso Edward Snowden¹⁴ alargou e aprofundou essa consciência. Foi neste contexto que Stoycheff (2016) testou a espiral do silêncio, tentando detectar o potencial efeito silenciador da vigilância *online* do Estado.

13. Este tópico resume uma parte de outro trabalho publicado de um dos autores: Alexandre (2018).

14. Em 2013, Edward Snowden tornou públicos documentos classificados da NSA (National Security Agency), descrevendo – entre outras atividades classificadas – um programa *top-secret* conhecido como PRISM. O PRISM foi originariamente concebido para monitorizar e colher comunicações *online* de estrangeiros suspeitos de envolvimento terrorista. Mas posteriores investigações do *Washington Post* e do *Guardian* sugeriram que o programa é muito mais invasivo e intrusivo. Permite às *intelligence agencies* ter acesso aos servidores de companhias bastante populares como a Google, Microsoft, Apple, Facebook, Yahoo, Youtube, Skype, entre outras. As *intelligence agencies* podem vigiar os cidadãos americanos sem necessidade de um mandado, monitorizando e arquivando *emails*, *chats*, transferências de ficheiros, etc.

Os opositores à vigilância *online* do Estado parecem menos sensíveis às opiniões dos outros e, por consequência, mais disponíveis para darem o seu verdadeiro ponto de vista, independentemente de o percepcionarem como pertencendo ao campo maioritário ou ao campo minoritário. Por seu turno, os apoiantes desse tipo de programas estatais são mais propensos a comportamentos conformistas. Expressam a sua opinião quando sentem que estão do lado da maioria, suprimem-na quando pressentem que estão do lado da minoria.

Segundo Elizabeth Stoycheff, este é o primeiro estudo que fornece evidência empírica sobre o potencial efeito silenciador dos programas estatais de vigilância *online* sobre opiniões minoritárias; ao mesmo tempo, esses programas parecem contribuir para o reforço das opiniões maioritárias.

Segundo a autora, ao reforçar o silêncio das minorias, o Estado pode estar a abalar as bases da própria democracia. Aventa ainda que talvez o maior medo dos indivíduos não seja o medo do isolamento ou da ostracização social como defendia Noelle-Neumann, mas sim o medo das possíveis retaliações do Estado, como perder o emprego ou consequências a nível legal.

Reflexão final

As redes existem desde que existe o *Homo sapiens*. Todavia, as redes *online* são as maiores de sempre. A revolução em rede está a abalar as estruturas do poder. Não é fácil prever o futuro. Nunca foi. À luz da experiência histórica, não é provável que as redes gerem ordem. O impacto das tipografias na Europa no século XV talvez seja a melhor analogia histórica. É provável que as disrupções económicas e políticas prossigam até que seja restaurada alguma ordem hierárquica.

As obras de ficção científica também nos podem ajudar a perceber os desenvolvimentos tecnológicos, económicos e políticos. Talvez o uso da tecnologia para manipular e controlar os indivíduos seja o tema em que os autores de ficção de científica se revelaram mais perspicazes. A transparência das “casas de vidro”, afinal, não é imposta por um Estado opressivo como o Estado

de *Nós* de Zamiatine ou o de *1984* de Orwell. No panóptico digital, os indivíduos aderem voluntariamente. É um *Admirável mundo novo* em que todos se vêem a todos, o que significa que todos se vigiam a todos. Todavia, isto não significa que o Estado esteja ausente desta história. As revelações em 2013 de Edward Snowden, um fornecedor de serviços da Agência Nacional de Segurança dos EUA, são um aviso de que o Estado dificilmente resistirá à tentação de usar as tecnologias para vigiar os seus cidadãos, mesmo que a pretexto de boas intenções, como o combate ao terrorismo. E os EUA são uma democracia. Os perigos serão, como é evidente, ainda maiores em regimes ditatoriais.

A liberdade de expressão é importante para a democracia e para o envolvimento político dos cidadãos. A internet alterou a paisagem da discussão política porque os utilizadores são agora consumidores e criadores de conteúdos. A internet permite aos seus utilizadores um acesso mais alargado à informação e, à primeira vista, encoraja os indivíduos a exprimirem as suas opiniões. É uma oportunidade para ouvirmos diferentes vozes, que antes não tinham acesso aos *media* tradicionais. Todavia, uma vez mais recorrendo aos ensinamentos da história, não parece muito prudente contar com a sabedoria da multidão “digital”. Os mais optimistas podem ter um despertar amargo. Em termos de futurologia, tanto os optimistas como pessimistas parecem estar de acordo num ponto: as actuais estruturas de poder – hierarquias políticas ou grandes empresas há muito estabelecidas – não têm grande futuro.

Neste momento, há duas dialécticas aparentemente opostas em termos da expressão da opinião nas redes sociais *online*. Por um lado, a homofilia *online* parece estar a reforçar a polarização na sociedade. Esta polarização pode aumentar a liberdade de expressão, no sentido em que as pessoas podem sentir-se mais protegidas dentro das bolhas em que selectivamente se acantonam. Por outro lado, de acordo com os testes da espiral do silêncio em ambientes *online*, as opiniões minoritárias parecem estar a recuar mais depressa e a “abandonar a luta”. O silêncio das minorias pode estar a ser reforçado com os mecanismos de vigilância do Estado e das empresas, vigi-

lância que os indivíduos têm, cada vez mais, consciência. Na verdade, como referimos antes, a polarização e o conformismo não se auto-excluem necessariamente. De qualquer maneira, nem a polarização, nem o conformismo correspondem aos ideais de uma sociedade democrática e livre.

Referências bibliográficas:

- Alexandre, J. C. (2018). *Uma genealogia da espiral do silêncio: a expressão da opinião sobre as praxes académicas*. Covilhã: LabCom IFP, Universidade da Beira Interior.
- Dick, P. K. (2018). *Sonhos elétricos – Volume Um* (H. B. Nogueira & P. Faria, Trad.). Lisboa: Relógio D' Água.
- Ferguson, N. (2018). *A praça e a torre: redes, hierarquias e a luta pelo poder global* (P. G. Rosado, Trad.). Lisboa: Temas e Debates.
- Fox, J., & Warber, K. M. (2015). Queer identity management and political self-expression on social networking sites: A co-cultural approach to the spiral of silence. *Journal of Communication*, 65, 79-100.
- Gearhart, S., & Zhang, W. (2014). Gay bullying and online opinion expression: Testing spiral of silence in the social media environment. *Social Science Computer Review*, 32, 18-36.
- Hampton, K. N., Shin, I., & Lu, W. (2016). Social media and political discussion: When online presence silences offline conversation. *Information, Communication & Society*, 1e18. <http://dx.doi.org/10.1080/1369118X.2016.1218526>.
- Han, B.-C. (2014). *A sociedade da transparência*. Lisboa: Relógio D' Água.
- Harari, Y. N. (2018). *21 lições para o século XXI* (R. C. Mendes, Trad.). Amadora: Elsinore.
- Harcourt, B. E. (2015). *Exposed - desire and disobedience in the digital age*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ho, S. S., & McLeod, D. M. (2008). Social-psychological influences on opinion expression in face-to-face and computer-mediated communication. *Communication Research*, 35, 190–207.

- Huxley, A. (2003). *Admirável Mundo Novo* (M. H. Leiria, Trad.). Lisboa: Público Comunicação Social SA – Coleccção Mil Folhas. (Obra original publicada em 1932)
- Innerarity, D. (2010). *O novo espaço público* (M. Ruas, Trad.). Lisboa: Teorema.
- Jang, S. M., Lee, H., & Jin, P. Y. (2014). The more friends, the less political talk? Predictors of Facebook discussions among college students. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 17, 271-275.
- Kim, S.-H., Kim, H., & Oh, S.-H. (2014). Talking about Genetically Modified (GM) foods in South Korea: The role of the Internet in the spiral of silence process. *Mass Communication and Society*, 17, 713-732.
- Kwon, H. E., Oh, W., & Kim, T. (2017). Platform structures, homing preferences, and homophilous propensities in online social networks. *Journal of Management Information Systems*, 34(3), 768–802.
- Liu, X. & Fahmy, S. (2011). Exploring the spiral of silence in the virtual world: Individuals' willingness to express personal opinions in online versus offline settings. *Journal of Media and Communication Studies*, 3(2), 45-57.
- Liu, Y., Rui, J. R., & Cui, X. (2017). Are people willing to share their political opinions on Facebook? Exploring roles of self-presentational concern in spiral of silence. *Computers in Human Behavior*, 76(2017), 294-302.
- Matthes, J., Morrison, K. & Schemer, C. (2010). A spiral of silence for some: attitude certainty and the expression of political minority opinions. *Communication Research*, 37(6), 774-800.
- Miyata, K., Yamamoto, H., & Ogawa, Y. (2015). What affects the spiral of silence and the hard core on Twitter? An analysis of the nuclear power issue in Japan. *American Behavioral Scientist*, 59, 1129-1141.
- Neubaum, G., & Krämer, N. C. (2016). What do we fear? Expected sanctions for expressing minority opinions in offline and online communication. *Communication Research*. Advance online publication. doi:10.1177/009365021562383
- Neubaum, G & Krämer, N. C. (2017). Monitoring the opinion of the crowd: psychological mechanisms underlying public opinion perceptions on social media. *Media Psychology*, 20(3), 502-531.

- Noelle-Neumann, E. (1973). Return to the concept of powerful mass media. *Studies in Broadcasting*, 9, 67-112.
- Noelle-Neumann, E. (1974). The spiral of silence: A theory of public opinion. *Journal of Communication*, 24, 43-51.
- Noelle-Neumann, E. (1977). Turbulences in the climate of opinion: Methodological applications of the spiral of silence theory. *Public Opinion Quarterly*, 41, 143-158.
- Noelle-Neumann, E. (1993). *The spiral of silence: Public opinion, our social skin* (2.^a ed.). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Orwell, George (1999). *Mil novecentos e oitenta e quarto* (A. L. Faria, Trad.). Lisboa: Antígona. (Obra original publicada em 1948)
- Pang, N., Ho, S. S., Zhang, A. M., Ko, J. S., Low, W. X., & Tan, K. S. (2016). Can spiral of silence and civility predict click speech on Facebook? *Computers in Human Behavior*, 64, 898-905.
- Pew Research Center (2016). *News use across social media platforms 2016*. Obtido em 20 outubro, 2018, em <http://www.journalism.org/2016/05/26/news-use-across-social-media-platforms-2016/>.
- Scheufele, D. A (2008). Spiral of silence theory. In W. Donsbach & M. W. Traugott (Eds.), *The sage handbook of Public Opinion Research* (pp. 175-183). Londres: Sage Publications.
- Schulz, A., & Roessler, P. (2012). The spiral of silence and the internet. Selection of online content and the perception of the public opinion climate in computer-mediated communication environments. *International Journals for Public Opinion Research*, 24(3), 346-367.
- Simões, M. J., & Jerónimo, N. A. (2018). Rear window – transparent citizen versus political participation. In A. Rudinow-Sætnan, I. Schneider & N. Green (eds.), *The Politics of Big Data – Big Data, Big Brother?* (pp. 176-196). Milton Park & Nova Iorque, NY: Routledge.
- Steiner, G. (2017). *George Steiner em The New Yorker* (J. P. Correia & M. S. Pereira, Trad.). Lisboa: Relógio D' Água.
- Stoycheff, E. (2016). Under surveillance: examining Facebook's spiral of silence effects in the Wake of NSA Internet Monitoring. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 1-16.

- Sunstein, C. R. (2008). Neither Hayek nor Habermas. *Public Choice*, 134, 87–95.
- Tsafati, Y, Stroud, N. J., & Chotiner, A. (2014). Exposure to ideological news and perceived opinion climate: testing the media effects component of spiral of silence in a fragmented media landscape. *The International Journal of Press/Politics*, 19(1), 3–23.
- Weng, L. & Lento, T. (2014). Topic-based clusters in egocentric networks on Facebook. Obtido em 7 de novembro, 2018, em https://lilianweng.github.io/papers/icwsm_cluster.pdf
- Yun, G. W. & Park, S.-Y. (2011). Selective posting: willingness to post a message online. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 16, 201-227.
- Zamiatine, A. (2004). *Nós* (M. J. Gomes, Trad.) (4.^a ed.). Lisboa: Antígona. (Obra original publicada em 1924)

ATWOOD, HOUELLEBECQ E A SOCIEDADE PÓS-LIBERAL

Patrícia Fernandes¹

Resumo: A partir de *The Handmaid's Tale*, de Margaret Atwood, publicado em 1985, e *Soumission*, de Michel Houellebecq, publicado em 2015, o nosso texto procurará apresentar a seguinte proposta: os acontecimentos políticos mais recentes devem ser interpretados como a falência do paradigma liberal. Para fundamentar este argumento, recorreremos àquelas duas obras para destacar as dinâmicas de reação e de contradição que estão presentes em qualquer narrativa política. A partir dessas dinâmicas e considerando a erosão dos pilares do Liberalismo e o crescimento de países que têm vindo a ser classificados como democracias iliberais, defenderemos a ideia de que estamos a vivenciar o fim deste paradigma e que devemos, por isso, falar em tempos pós-liberais.

Palavras-chave: Liberalismo; Democracias iliberais; Pós-liberalismo

1. Introdução

Considerando o desafio de refletir sobre o imaginário distópico no século XXI, o presente texto partirá de duas obras literárias que distam precisamente trinta anos de diferença, convocando os contributos de dois autores que marcam o espaço literário atual. A primeira dessas obras é *The Handmaid's Tale*,² da autora canadiana Margaret Atwood, publicada em 1985; a se-

1. PhD, UBI. patriciafernandes@protonmail.com

2. Tradução para português em 2013, por R. Amorim: *A História de uma serva* (Bertrand Editora).

gunda é *Soumission*,³ do francês Michel Houellebecq, publicada em 2015. O meu objetivo passa por usar estas narrativas distópicas para concretizar mecanismos de análise e percepção que ampliam a nossa compreensão da sociedade liberal, das ameaças que a circundam e de como, avaliando os acontecimentos sociais e políticos mais recentes, podemos antever um pós-liberalismo ou uma sociedade pós-liberal. Será esta a hipótese de trabalho que desenvolverei na última parte deste texto: a de que podemos, e talvez devamos, interpretar os acontecimentos que marcam os nossos dias como o fim do paradigma liberal e a sociedade de hoje como uma sociedade de transição pós-liberal.

O primeiro passo, contudo, passará naturalmente por uma breve descrição das duas narrativas. Considerarei primeiramente a obra de Atwood, desenhada a partir do contexto político e social americano da segunda metade do século XX e projetada para um futuro de médio prazo.

É tendo em conta esse universo temporal que as referências que vamos acumulando ao longo de *A História de uma Serva* nos permitem reconstruir um cenário de profunda instabilidade, resultado das alterações sociais que dominaram a sociedade norte-americana (e o mundo ocidental) na segunda metade do século XX. A nossa contingência reconhece essas alterações como passos civilizacionais de forte carga moral e ligados à liberalização de costumes da segunda metade do século XX e ao processo de emancipação feminina – e são elas que dão o contexto ao golpe militar e político que surge como reação. Importa, contudo, destacar que o principal motivador da revolta política resulta de algo que Atwood conjectura com bastante precisão: uma situação de calamidade ambiental que reduz drasticamente a possibilidade de gerar crianças. Estes são os termos que dão forma ao golpe político e ao regime autoritário que daí resulta: eles fundamentam-se numa narrativa religiosa, que procura recuperar os valores tradicionais ligados à família e ao papel do homem e da mulher numa sociedade profundamente hierarquizada. Atwood reconhece ter-se inspirado nos movimentos religio-

3. Tradução para português em 2015, por C. da Silva: *Submissão* (Alfaguara).

sos radicais dos Estados Unidos; e é, por isso, que a sociedade passa a ser organizada de acordo com os ditames dos textos bíblicos, em particular a questão da procriação: as mulheres que anteriormente revelaram capacidades reprodutivas são recrutadas pelo regime para funcionarem como servas de gestação, da mesma forma que Sara usou da sua serva Agar para gerar descendência de Abraão. *A História de uma Serva* é, então, contada por uma serva nesse sentido, e corresponde, como disse Atwood na recente visita a Portugal,⁴ ao seu tipo de personagem preferido: a pessoa normal que vive tempos extraordinários. A narrativa de resistência ganha forma através de um registo diário mental, e o talento de Atwood faz-nos vivenciar no corpo e na mente a sensação de clausura e aprisionamento da personagem:

Sei porque é que não há vidro na aguarela de lírios azuis e por que razão a janela só abre até certo ponto e porque é inquebrável o seu vidro. Não é a fuga que eles temem. Não iríamos muito longe. São aquelas outras fugas, essas que podemos abrir em nós mesmas, com uma ponta afiada. (Atwood, 2013: 16)

Avancemos agora para *Submissão*. Com Michel Houellebecq invertemos a perspetiva narrativa: o livro centra a sua ação num futuro de curto prazo e o registo quotidiano é, desta vez, protagonizado por um homem, professor universitário. Não encontramos aqui enclaustramento; a França do século XXI é, de acordo com a propaganda oficial, uma sociedade de liberdade, em que os seus cidadãos são livres de gerirem a sua vida de acordo com a sua vontade individual e independente. Ora, é precisamente aqui que está o problema. A escrita de Houellebecq, não apenas neste livro mas em toda a sua obra, deixa evidente as disrupções da sociedade moderna e liberal, marcada por uma profunda falta de sentido. O seu diagnóstico é incisivo: o projeto liberal assentou na destruição das tradições religiosas e sociais e na dissolução da identidade comunitária; o que temos agora são identidades individuais, construídas artificialmente sobre uma lógica universalista e racionalista, que automatiza o comportamento do homem de acordo com a racionalidade

4. Entrevista à RTP no dia 8 de novembro de 2018; URL: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/margaret-atwood-em-entrevista-a-rtp_v1110281# (último acesso: 14/12/2018).

dos mercados. Não é possível separar a sociedade liberal da sua dimensão capitalista e mercantilizada e, por isso, ela transformou o indivíduo simultaneamente num produto e num sujeito do mercado: o mercado fez do ser humano um consumidor e esse consumidor dá vida ao próprio mercado na sua atividade perpétua de consumo. Transformado neste *Frankenstein* dos mercados, o sujeito liberal passou a considerar como natural que tudo possa ser alvo de consumo, não só os bens materiais a que é compelido a adquirir, como comida, roupa, viagens, mas também as próprias relações humanas, substituindo valores de afeição, altruísmo e respeito pelo valor da moeda – tudo pode ser comprado, desde bebés por catálogo à sua gestação.⁵ O que Houellebecq deixa particularmente claro é que a narrativa liberal não nos permite construir uma história com sentido sobre quem somos, o porquê de aqui estarmos e o que devemos fazer. A sociedade liberal quis emancipar-se da lógica da tribo e da comunidade que determinou a nossa evolução e sobrevivência durante milhares de anos – e o que resta é um produto de consumo e para consumo.

É este o enquadramento dos eventos políticos narrados em *Submissão*: com o colapso do centro partidário francês, as eleições de 2022 levam à segunda volta Marine Le Pen e um candidato da Irmandade Muçulmana, Ben Abbes – que se torna Presidente de França por força da coligação democrática convocada contra a Frente Nacional. A confiança em Ben Abbes decorre de se apresentar como um político moderado e capaz de diálogo, mas a sua governação traduz-se rapidamente na transformação da sociedade liberal francesa num regime islâmico, com consequências sociais e económicas imediatas. A delinquência, o desemprego e os gastos do Estado diminuem rapidamente: a descida da taxa de desemprego resulta da saída, subsidiada, das mulheres do mercado de trabalho, e esse acréscimo de despesa é compensado com a diminuição dos gastos com a Educação, na medida em que a escolaridade obrigatória passa a incluir apenas o ensino primário. O objetivo é definido claramente: “Todas estas reformas visavam ‘restituir à

5. Esta submissão das várias esferas da vida moral à lógica dos mercados é abordada de um modo particularmente incisivo por Michael Sandel no livro *What money can't buy: the moral limits of markets* (2013).

família, célula de base na nossa sociedade, o seu lugar e a sua dignidade.’” (Houellebecq, 2015: 176) E no meio destas mudanças, reina um

otimismo que [a França] não conhecia desde a época dos Trinta Gloriosos, há meio século. Os primeiros passos do governo de união nacional implementado por Mohammed Ben Abbes eram unanimemente saudados como um êxito, nunca um presidente da República recentemente eleito beneficiara de um tal “estado de graça”, sobre esse facto todos os comentadores estavam de acordo. (Houellebecq, 2015: 175)

E é para esta submissão fácil pelos franceses a uma narrativa que é absolutamente contrária à sua tradição e à identidade europeia que o título do livro remete. Mas ela é apenas uma resposta às políticas liberais: tendo destruído as suas raízes, a sociedade liberal fragilizou as narrativas identitárias europeias e é essa fragilidade que é aproveitada pela alternativa muçulmana. Na submissão francesa não há violência, mas também não há resistência: pelo menos, agora há uma comunidade imaginada e uma identidade partilhada.

2. O Liberalismo e a sociedade liberal

Apresentadas as narrativas distópicas que inspiram este texto, procurei agora esclarecer que a minha reflexão terá como centro de análise o paradigma liberal ou, para usar uma estratégia rortyana, o Liberalismo-com-letra-maiúscula.⁶ Com esta expressão pretendo referir o discurso que vingou no início da modernidade e que, juntando-se às revoluções científicas que a antecederam e motivaram, se tornou hegemónico, condicionando hoje a nossa forma de ver a vida, o mundo e os problemas sociais. O liberalismo traduziu-se, politicamente, em governos constitucionais e, em termos económicos, num regime capitalista, assentando numa narrativa centrada no indivíduo dotado de direitos humanos, naturais e universais, que é anterior à comunidade e distinto dela. Como diz Yuval Noah Harari,

6. A estratégia é usada recorrentemente por Richard Rorty; a título de exemplo: *Consequences of Pragmatism* (1982). Com a expressão Liberalismo não estou, por isso, a referir-me às posições liberais em sentido norte-americano ou ao liberalismo clássico ou neoliberalismo de que habitualmente falamos na Europa.

Tanto quanto sabemos, desde os tempos mais antigos, há mais de um milhão de anos, os seres humanos viveram em comunidades pequenas e íntimas, cujos membros eram, maioritariamente, familiares. A Revolução Cognitiva e a Revolução Agrícola não mudaram isto. Aglutinaram famílias e comunidades para criar tribos, cidades, reinos e impérios, mas as famílias e as comunidades continuavam a ser os blocos básicos das sociedades humanas. A Revolução Industrial, por outro lado, conseguiu, em pouco mais de dois séculos, pulverizar estes blocos. A maior parte das funções tradicionais das famílias e comunidades foi entregue aos Estados e aos mercados. (Harari, 2013: 417)⁷

É este Liberalismo dos seres atomizados, livres e iguais, que se assume como uma religião secularizada, procurando substituir as religiões teístas como narrativa central da modernidade:

Embora o humanismo liberal santifique os seres humanos, não nega a existência de Deus e baseia-se, na verdade, em crenças monoteístas. A crença liberal na natureza livre e sagrada de cada indivíduo é um legado direto da tradicional crença cristã nas almas individuais, livres e eternas. (Harari, 2013: 272)

E tratando-se de uma Verdade religiosa apresenta-se como válida para todos, pelo que o projeto evangelizador dos liberais é motivado pela conversão de todos os países a regimes de democracia liberal e economias de mercado.

As sociedades liberais ganham, assim, forma em torno da ideia de progresso:

Na Europa pré-cristã, era ponto assente que o futuro seria como o passado. O conhecimento e a invenção poderiam avançar, mas a ética permaneceria em grande medida idêntica. A história era constituída por uma série de ciclos, sem sentido global.

7. Na medida em que as sociedades liberais se caracterizam por estimularem uma vivência individual que corrói as relações familiares e comunitárias, as consequências, que se têm tornado evidentes no novo século, prendem-se com o isolamento e a solidão, em especial dos mais velhos. A gravidade do problema justificou já políticas específicas, como a criação do ministro da solidão pelo governo britânico em janeiro deste ano.

Contra esta visão pagã, os cristãos entendiam a história como uma narrativa de pecado e redenção. O humanismo representa a transformação da doutrina cristã da salvação num projeto de emancipação humana universal. (Gray, 2007: 14-5)

É por esta razão que as transformações liberais são entendidas como *civilizacionais* e se apresentam como conquistas inquestionáveis. Ora, é a dimensão mítica do progresso que John Gray tem procurado demonstrar:

O humanismo liberal detém hoje o poder avassalador outrora detido pela religião. Os humanistas gostam de pensar que têm uma visão racional do mundo; mas a sua crença central no progresso é uma superstição, mais afastada da verdade acerca do animal humano do que qualquer das religiões do mundo. (Gray, 2007: 13)

Se o progresso é um mito então nada nos garante que os valores uma vez afirmados não possam ser capitulados e substituídos por novas narrativas. E é precisamente esta dimensão contingente das nossas sociedades que encontramos em *A História de uma Serva e Submissão*.

3. Dinâmicas e contradições do Liberalismo

É este aspeto contingente e dinâmico que pretendo destacar com duas hipóteses de trabalho que encontram fundamento nas obras de Margaret Atwood e Michel Houellebecq. A primeira hipótese é a de que, como acontece com qualquer discurso hegemónico, o Liberalismo tem gerado discursos de resistência que contestam os seus valores e propõem alternativas, que podemos dividir em regressos ao passado e projetos futuros utópicos. A segunda hipótese é a de que todas as narrativas, pessoais ou políticas, contêm em si contradições ou impulsos contrários, que acabam, com o tempo, por levar à sua mudança e em última instância ao seu fim. O Liberalismo, como qualquer paradigma filosófico e político, terminará – embora, como Hegel observou, estejamos condenados a sentir que as nossas verdades são a verdade final, esquecendo-nos sempre de que somos apenas filhos da história. Como diz Richard Rorty,

Hegel tornou incrivelmente claro a profunda auto-certeza proporcionada por cada conquista de um novo vocabulário, por cada novo género, por cada novo estilo, por cada nova síntese dialética – o sentido de que agora, finalmente, pela primeira vez, captamos as coisas como elas realmente são. Ele também tornou incrivelmente claro por que razão tal certeza dura apenas um momento. (Rorty, 1982: 148)

De que modo encontramos estas hipóteses nas duas obras que nos servem de referência? Consideremos, primeiramente, o argumento de Atwood: a contra-resposta conservadora surge como reação à liberalização dos costumes, à libertação das mulheres, à abertura e pluralismo resultado das mudanças sociais rápidas que caracterizam os tempos modernos. Até à modernidade e, em especial, até ao século XX, as mudanças sociais e tecnológicas aconteciam entre várias gerações, dando tempo às pessoas para se habituarem e adaptarem aos novos valores. Agora, tudo acontece rapidamente, fazendo com que os ideais com que nos formamos se tornem rapidamente obsoletos, num ritmo que não parece ter fim. Perante a impressão de caos e de falta de controlo provocada por um processo de “revolução permanente”,⁸ como lhe chama Harari, essa contra-resposta recuperou uma linguagem que permite uma perspetiva a partir da qual interpretar, compreender e estar no mundo. É uma contra-resposta essencialmente masculina, deduzimos ao longo do livro, como uma tentativa do homem recuperar o controlo e o lugar que lhe foi tradicionalmente atribuído. Mas a escritora canadiana não é ingénuo: o golpe conta também com a participação de mulheres que não se reveem nos valores que as novas versões da civilização impõem. Não é, portanto, uma questão de mulheres contra homens – na verdade, a história nunca é assim tão simples e devemos ter o cuidado de não a simplificar se quisermos ver para lá dos nossos interesses. Na medida em que não há uma verdade universal, nem um entendimento único do que é o bem comum, é legítimo que uma parte das mulheres queira

8. Designação do capítulo 18 do livro *Sapiens: História Breve da Humanidade*.

regressar ao passado, não se reconhecendo no lugar que é desenhado para ela na sociedade atual.⁹

O livro de Atwood pode ser, assim, percecionado como uma narrativa em torno da ideia de *controlo* e é nesse sentido que ele nos permite perceber com mais clareza uma contradição específica do projeto liberal. O Liberalismo afirmou-se como a ideologia do indivíduo que toma controlo da sua vida para lá de todas as tradições religiosas e comunitárias anteriores e até para lá de todas as dependências naturais e biológicas. Mas o projeto liberal tem-se vindo a traduzir, ao longo do século XX e com maior vigor no século XXI, como o sentimento crescente de perda de controlo em relação ao nosso lugar no mundo e ao modo de interpretá-lo.

Ao passarmos para *Submissão*, temos acesso a outro tipo de contra-respostas e contradições. Se a narrativa do paradigma liberal assenta na ambição de emancipar o indivíduo do passado, das suas tradições, dos seus mitos, das suas comunidades, isso significou a produção de indivíduos sem lugar e sem identidade. Ora, este aspeto tem profundas consequências políticas para a Europa, que são acutilantemente exploradas em *Submissão*. De acordo com Houellebecq, o mundo liberal juntou dois fatores cuja combinação se revela explosiva. Por um lado, o centramento liberal no indivíduo atomizado fragiliza a possibilidade de uma narrativa europeia que é essencial para a sobrevivência de uma comunidade imaginada; por outro, a sociedade liberal europeia tem aplicado uma política ampla de imigração, que materializa bem o espírito liberal dos direitos fundamentais universais e do mercado global, mas que destrói a ideia de confiança, que, como diz Ivan Krastev, é fundamental para a vivência em sociedade e um pressuposto do funcionamento democrático.¹⁰ Desta forma, as políticas liberais conduzirão ao seu próprio fim.

9. A dinâmica dos efeitos provocados pelos nossos discursos, especialmente bem caracterizada nas entrelinhas do livro de Atwood, também nos ajuda a interpretar acontecimentos recentes como o #metoo ou a refletir sobre medidas políticas no contexto nacional, como a penalização do piropo: criar o discurso da vitimização tende a gerar respostas de proteção – aspeto a que devemos estar atentos.

10. Ivan Krastev tem desenvolvido os seus trabalhos em torno da essencialidade do conceito de confiança no contexto democrático (cf., entre outros, *After Europe*, 2017).

Se em *A História de uma Serva* analisamos a questão do controlo, a contra-resposta de *Submissão* encontra-se envolta no vocabulário do *sentido*: sem uma narrativa europeia de sentido que lhes permita o reconhecimento de uma identidade pessoal e comunitária, os franceses ficaram particularmente suscetíveis ao apelo de uma proposta que lhes permitia recuperar sentido – o sentido da sua vida pessoal e o sentido da vida coletiva. E embora esta aceitação não se traduza, em bom rigor, num regresso ao passado (como parece acontecer de forma mais clara no caso de Atwood), ainda assim parece passar por recuperar um sentido que as tradições do passado permitiam, como se o desenraizamento promovido pelo liberalismo provocasse uma procura incessante por essas raízes perdidas.

4. Os nossos dias e a sociedade pós-liberal

Os elementos apresentados nas secções anteriores tiveram como objetivo criar o contexto para a proposta que constitui o núcleo deste texto: ela passa por defender que os momentos atuais podem ser interpretados como uma revelação das contradições internas do Liberalismo, indicando o fim do seu paradigma – razão pela qual tenho vindo a trabalhar a ideia de pós-liberalismo ou sociedade pós-liberal. Tal proposta assenta na verificação de que todos os pilares que foram fundamentais para o surgimento, crescimento e amadurecimento do paradigma liberal se encontram hoje sob ataque.

O primeiro desses pilares prende-se com o forte cariz epistemológico do projeto da Modernidade. Resultado das revoluções científicas, o projeto moderno lançou as suas raízes na ideia de Razão-com-letra-maiúscula, que permitiria aos homens, a todos os homens, um acesso privilegiado à Verdade e ao Conhecimento Objetivo. A Ciência seria a ferramenta para conhecer a Realidade-em-si e obter um conhecimento objetivo e universal. Para trás ficavam os dogmas religiosos e as tradições – o conhecimento tornava-se o novo poder. Como filho da modernidade, o Liberalismo foi herdeiro desta visão que atinge a máxima forma com o Iluminismo. A Ciência substituiu a Religião, os cientistas substituíram os homens da Igreja e os dogmas religiosos foram substituídos pelos princípios científicos.

Mas os nossos tempos têm revelado as fragilidades desta narrativa. Após dois séculos de ouro para a Ciência e a Verdade-com-letra-maiúscula, o século XX assistiu à erosão dessas noções com teorias pós-modernas e relativistas. O questionamento alastrou para os domínios da política e da ciência e hoje dizemos viver em tempos de pós-verdade e de proliferação de *fake news*. O que espanta as mentes mais liberais no fenómeno das notícias falsas não é que elas existam (em certo sentido, sempre existiram) – mas o facto de as pessoas acreditarem nelas para lá de toda a argumentação racional ou científica em sentido contrário. O que causa espanto é perceber, de repente, a ineficácia de um discurso que apela à ideia de Razão para impor aquilo que consideramos ser a Verdade. De certo modo, parece que o lema kantiano «*Sapere Aude!*» foi levado às últimas consequências, destruindo a própria noção kantiana e universalista de Razão.¹¹ Ousamos saber para lá do que a matemática, a física, a biologia dizem – e a Ciência sofre um processo de desacreditação, particularmente evidente na área da saúde, mas também presente no que à questão ambiental diz respeito.

Dois outros pilares da narrativa liberal são, naturalmente, os conceitos de liberdade e igualdade, que deram forma às revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII e ao movimento constitucionalista posterior. Mas vivemos hoje ataques profundos a esses ideais. O princípio da igualdade é, por um lado, corroído por um sistema económico que criou um enorme fosso entre os mais ricos e os mais pobres e uma rigidez social que torna cada vez mais difícil a ascensão; por outro lado, é abalado pelos discursos e políticas identitários, que vão crescendo por todo o Ocidente. O princípio da liberdade está sob diversos ataques que passam por limitações à liberdade de expressão, censura das redes sociais sob a capa de um lápis azul privatizado e leis anti-terrorismo que, ligadas aos poderosos mecanismos permitidos pelas tecnologias digitais, fazem parecer os Estados totalitários do século XX brincadeiras de crianças ao lado do que os Estados atuais podem fazer e fazem.

11. A noção kantiana de Razão foi alvo de diversos ataques desde a sua formulação – desde a chamada de atenção de Herder e Hamann para o papel da linguagem, no final do século XVIII, até às ideias de Freud, no início do século XX –, que foram demonstrando as suas fragilidades. Mas hoje elas parecem mais evidentes do que nunca.

E se o liberalismo surgiu politicamente com o sentido de limitação do poder, estamos hoje conduzidos à deturpação do seu princípio mais básico, através de Estados paternalistas que regulam todas as atividades dos seus cidadãos e controlam todas as esferas da sua vida, justificando-se com discursos manipuladores da opinião pública, assentes no perigo da evasão fiscal e do terrorismo. Por outro lado, a limitação de poderes do paradigma liberal assentava num princípio básico de separação de poderes, tal como apresentado por Montesquieu e que inspirou os pais fundadores dos Estados Unidos. Mas também este princípio se encontra sob ataque com a vulgarização, em alguns países que se entendiam como democracias liberais, da ideia de que os juizes devem ser postos ao serviço do poder executivo, ao invés de fiscalizar o seu exercício.

Por outro lado, a tecnologia digital tem dissolvido outro dos pilares liberais: a absoluta disponibilidade com que as pessoas expõem a sua vida privada e se dispõem a fornecer as suas informações pessoais, fazendo recordar as casas envidraçadas de Evgueni Zamiatine,¹² retira todo o sentido àquilo que Benjamin Constant considerou como o espírito dos modernos: a separação entre esfera pública e esfera privada.¹³

Um outro pilar fundamental do Liberalismo prende-se com a laicidade. Se a Ciência substituiu a religião no domínio epistemológico e as éticas filosóficas a substituíram no domínio da moralidade, o Estado sobrepôs-se às redes comunitárias que eram asseguradas pela religião. A laicidade foi vista como um passo civilizacional fundamental; no entanto, assistimos hoje a um forte recrudescimento religioso no domínio político, através do crescimento do poder de alguns movimentos religiosos que procuram impor, mais ou menos dentro do jogo democrático, as suas pretensões. São disto exemplo os movimentos evangélicos no Brasil e Estados Unidos; Arundhati Roy, em *O Ministério da Felicidade Suprema*,¹⁴ descreve um movimento correspon-

12. Refiro-me à distopia do escritor russo intitulada *Nós*, publicada entre nós pela Antígona em 2004 (trad. port. Manuel João Gomes).

13. Discurso apresentado por Constant em 1819, intitulado «Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos».

14. Tradução para português em 2017, por Elsa Vieira (Edições Asa).

dente na Índia; e não podemos deixar de nos referir à atração que o Daesh exerceu e continua a exercer sobre alguns espíritos.

Na verdade, a dimensão religiosa ocupa um lugar central nesta reflexão. Como vimos, Harari apresenta o humanismo liberal, a par do humanismo socialista e o humanismo evolutivo, como a religião que veio substituir os movimentos teístas. (Harari, 2013: 270 e ss.) Mas o humanismo liberal tem-se revelado incapaz de dar resposta e sentido às nossas angústias. As religiões foram sempre mecanismos eficazes para lidar com a angústia da morte e do fim. Agora que temos só esta vida, vivemos numa corrida desenfreada para aumentá-la o mais possível, numa estranha busca pela imortalidade, como diz John Gray.¹⁵ E não parecemos viver melhor.¹⁶ Como chama a atenção Harari, a ética liberal é muito menos exigente do que as éticas religiosas: somos estimulados a ser ambiciosos, egoístas e a dar rédea solta aos nossos impulsos consumistas porque assim beneficiaremos a sociedade como um todo. São ditames fáceis de seguir. (Harari, 2013: 408-9) Mas isso não dá resposta à necessidade de sentido, controlo e responsabilidade de que parecemos necessitar. O sucesso de figuras como Jordan Peterson é disso sintomático.¹⁷

E é neste contexto amplo que ganham sentido os acontecimentos políticos que passam pelo crescimento de movimentos populistas à concretização de democracias iliberais (pensemos na Hungria, Polónia, Turquia, Malta, Eslováquia, Roménia, Malta – e também Estados Unidos e Brasil). O que caracteriza uma democracia iliberal? Ela tenta manter a narrativa democrática da vontade do povo e do poder do povo, mas prescinde das traves-mestras do Liberalismo. Recupera-se, com isso, a ideia de fronteiras, soberania e identidade nacional, em especial na Europa; de segurança e afirmação religiosa, nos EUA e Brasil. Consideremos como o Brexit pode ser percecionado

15. Cf. *Immortalization Commission: the strange quest to cheat death* (2011).

16. Em *Homo Deus*, Harari nota a seguinte particularidade: «Em 2012, morreram cerca de 56 milhões de pessoas em todo o mundo. Destas, 620 mil pereceram devido à violência humana (a guerra matou 120 mil pessoas e a criminalidade matou 500 mil). Em contraste, 800 mil cometeram suicídio e 1,5 milhões morreram de diabetes.» (Harari, 2017: 25)

17. O psiquiatra canadiano Jordan Peterson conquistou um sucesso inusitado no mundo digital, com uma mensagem assente na ideia de afirmação pessoal e responsabilidade.

como falência da narrativa europeia e necessidade de recuperar controlo (a mensagem forte dos partidários da saída era, «Take back control»). E pensemos em como toda esta crise se materializa no surgimento de figuras fortes que assegurarão a ordem. E cá está a linguagem do controlo e do sentido.

Trinta anos distam as obras de Atwood e Houellebecq e talvez essa seja a vantagem do francês quando descreve que o Liberalismo terminará às mãos da própria dinâmica democrática.¹⁸ Atwood imaginou um golpe de estado, mas Joseph Goebbels já havia partilhado que “esta permanecerá sempre uma das melhores piadas da democracia (liberal): dar aos seus inimigos mortais os meios pelos quais é destruída”. (*apud* Stanley, 2015)

Fechamos assim o nosso argumento: a partir de uma perspetiva histórica e que atende à dinâmica dos discursos, talvez estes sejam tempos pós-liberais. As formas de organização social e política do futuro resultarão dos desafios presentes e, sobretudo, daqueles que decorrerão do impacto tecnológico. Mas a filosofia não nos permite adivinhar o futuro; é aí que precisamos da literatura e das portas abertas pela imaginação de autores tão geniais como Margaret Atwood e Michel Houellebecq.

Bibliografia

- Atwood, M. (2013). *A História de uma serva*. Trad. port. Rosa Amorim. Lisboa: Bertrand Editora. (ed. or. *The Handmaid's Tale*, 1985)
- Constant, B. (1819). «A liberdade dos antigos comparada à dos modernos»; URL: <http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/benjamin.pdf> (último acesso: 14/12/2018).
- Gray, J. (2011). *The Immortalization Commission: The Strange Quest To Cheat Death*. Londres: Allen Lane.
- Gray, J. (2007). *Sobre Humanos e Outros Animais*. Trad. port. Miguel Serras Pereira. Alfragide: Lua de Papel. (ed. or. *Straw Dogs. Thoughts on Humans and Other Animals*, 2002)

18. Ideia que subjaz ao *How democracy dies*, dos politólogos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018).

- Harari, Y. N. (2017). *Homo Deus. História Breve do Amanhã*. Trad. port. Bruno Vieira Amaral. Amadora: Elsinore. (ed. or. *Homo Deus – A Brief History of Tomorrow*, 2015)
- Harari, Y. N. (2013). *Sapiens: História Breve da Humanidade*. Trad. port. Rita Carvalho e Guerra. Amadora: Elsinore. (ed. or. *Sapiens: A Brief History of Humankind*, 2011)
- Houellebecq, M. (2015). *Submissão*. Trad. port. C. da Silva. Lisboa: Alfaguara. (ed. or. *Soumission*, 2015)
- Krastev, I. (2017). *After Europe*. Philadelphia: Penn University Press.
- Rorty, R. (1982). «Nineteenth-Century Idealism and Twentieth-Century Textualism». In *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 139-159.
- Roy, A. (2017). *O Ministério da Felicidade Suprema*. Trad. port. Elsa Vieira. Lisboa: Edições Asa. (ed. or. *The Ministry of Utmost Happiness*, 2017)
- Stanley, J. (2015). *How Propaganda works*. Princeton: Princeton University Press.
- Zamiatine, E. (2004). *Nós*. Trad. port. Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona.

VERDADE SEM PROFUNDIDADE, ESPERANÇA SEM HORIZONTE – A DÍSTOPIA DO DISCURSO EM “WITHOUT SKY”

Jorge Palinhos¹

Sumário: A 12 de Março de 2014, o conto “Without Sky”, assinado por Natan Dubovitsky, foi publicado pela revista russa *Russky Pionner*. Esta narrativa distópica, provavelmente influenciada pela *Flatland* de Edwyn Abbot, e por *The Sleeper Awakens*, de H.G. Wells, é atribuída a Vladislav Surkov, um dos mais próximos conselheiros de Vladimir Putin.

Nesta narrativa descobrimos um futuro após a V Guerra Mundial, em que extensas partes da população sofreram danos cerebrais que só lhes permitem ver a duas dimensões e compreender um discurso binário. Num mundo dominado pela mobilização perpétua para as guerras não-lineares, o medo e a tecnologia esmagam as perceções e a linguagem, até que as aldeias bidimensionais se revoltam contra as cidades, cujos habitantes ainda recordam outras palavras que não apenas o “sim” e o “não”, o “bem” e o “mal”.

Parto desta misteriosa história e da atuais discussões sobre a natureza do facto e da verdade para tentar descodificar a forma como o discurso político é retratado nesta narrativa breve, e como esta se relaciona com a conturbada relação entre os factos e o discurso político, relação essa que remonta pelo menos a Górgias, o sofista que se orgulhava de ser capaz de justificar qualquer tomada de posição, e chega até aos problemas da ação política de Michel Foucault e de Jürgen Habermas.

Palavras-chave: Vladimir Surkov; Guerra Cognitiva; Without Sky; Distopia; Verdade

1. CEAA/CITAR/CECS/IPB/IPL. jorgepalinhos@gmail.com

As dimensões da linguagem

A linguagem é um ser tridimensional que vive precariamente no equilíbrio entre três diferentes elementos: o falante, o ouvinte e aquilo que os une – algo comum, que ambos aceitam ser verdadeiro, ou passível de ser considerado verdadeiro, no momento em que comunicam.

Este terceiro elemento é o alicerce profundo e invisível da linguagem, sem a qual esta é sem sentido e sem propósito. Sem este elemento, as palavras são pouco mais do que sons mais ou menos agradáveis ao ouvido, e é ele que estabelece a linguagem enquanto meio de comunicação e de expressão.

O significado é um abismo, ou uma muralha, ou um planalto, que ambos os interlocutores têm de saltar, galgar ou percorrer em conjunto, para concretizar a sua peregrinação comunicativa. É o elemento sólido que dá espessura às palavras e frases.

Mas, como a espessura, como as muralhas, ou os abismos, o sentido é também aquilo que traz opacidade, sombra e incerteza à comunicação. Nada é mais claro e evidente do que uma palavra sem sentido, em relação à qual todos podem encontrar o conforto do absurdo. Todavia, uma frase significativa implica sempre uma negociação sobre esse sentido e aquilo que esse sentido traz às circunstâncias das pessoas envolvidas na comunicação.

Este problema tem sido o principal foco da semântica e da pragmática linguísticas, mas também de parte considerável da filosofia contemporânea, e para já não o aprofundarei, a não ser para refletir como ele parece estar na génese da narrativa breve “Without Sky”, cuja autoria é atribuída a Vladislav Surkov.

Aliás, parte significativa do problema desta história deve-se à identidade do seu autor, que tantas vezes, na análise literária, se constitui como terceiro, e mais problemático, elemento da relação entre a obra literária e a sua receção. O impacto da autobiografia na obra literária é um elemento complexo, visto que toda a ficção é e não é, em simultâneo, autobiográfica – nem que

seja pelo facto de que a própria escrita ser um acontecimento de vida que se imprime na obra. No caso de uma obra política, escrita por um homem político como Vladimir Surkov, essa distância parece ainda mais inexistente.

Surkov é um escritor e político russo, nascido em 1964, cuja carreira está profundamente imbricada na de Vladimir Putin, figura de proa do Estado Russo das últimas décadas. Surkov já foi chefe de gabinete de Putin, vice-primeiro-ministro, conselheiro pessoal e, inclusivamente, é ocasionalmente considerado como o inventor do termo “democracia gerida”, que alguns usam para descrever o sistema político da Rússia.

Em paralelo com o seu percurso político, Surkov é também autor de ficção, e já encenou peças de teatro.

“Without Sky” foi editada na revista de escutismo, *Rusky Pioneer*, no número 46, datada de Maio de 2014, e é a sua obra mais famosa fora da Rússia, tendo sido publicada sob o pseudónimo “Natan Dubovitsky”, o nome com que Surkov costuma assinar as suas obras do género de Ficção Científica.

Um mundo sem céu

Não existia céu sobre a nossa aldeia. Era por isso que íamos até à cidade para olhar a lua e os pássaros (...) No topo de uma das colinas, onde existia uma igreja de tijolo, fizeram-nos até uma plataforma de observação.
(Surkov, 2004, tradução minha)

“Without Sky” descreve um mundo onde aconteceram uma série de “guerras não lineares”. Estas guerras são diferentes das guerras convencionais devido ao facto de serem multiformes e contínuas, dependendo de um conflito infundável – que toma forma em diferentes níveis e frentes, não entre alianças claras de países, mas num torvelinho de poderes indistintos.

Esta foi a primeira guerra não linear. Nas guerras primitivas dos séculos XIX, XX e seguintes, os combates costumavam acontecer entre dois lados (...) Mas agora, (...) Era de todos contra todos. (...) Centenas de milhar de aviões, helicópteros e mísseis destruíam-se uns aos outros ao longo do dia

debaixo de um silêncio tumular. Mesmo na queda eram silenciosos. Às vezes os pilotos em agonia soltavam gritos, mas raramente, pois a maioria das máquinas não tinha piloto. (Surkov, 2004, tradução minha)

Georg Simmel (2004) descrevia o conceito de aventura como um acontecimento separado no tempo e no espaço do quotidiano. Fazendo o exercício de aplicar a mesma definição ao conceito de guerra – na qual os estados investem grandes esforços a identificar datas e campos de batalha específicos, a fazer declarações de guerra e tréguas ou tratados de paz com datas e condições – o facto de estas guerras não terem um espaço, tempo, método ou até agentes específicos, faz com que deixem de ser “aventuras”, momentos portentosos, claramente definidos, mas algo que se integra convencionalmente no dia-a-dia, fazendo parte do próprio quotidiano. Aliás, apesar de existir uma breve menção a um “depois da guerra”, o conto é relativamente elusivo sobre o facto de estas guerras não lineares terem realmente terminado ou não, e nem é mencionado qualquer vencedor ou mudança de situação política evidente, talvez porque as personagens da história já não têm a certeza de viver na guerra ou na paz. Por isso, o “silêncio tumular” tanto se pode referir ao facto de ser uma guerra silenciosa, quase invisível, mas também que os sons normais da guerra tornaram-se tão banais que a população deixou de lhes prestar atenção.

A divisão clara que encontramos neste mundo de guerra interminável é entre os habitantes da cidade e os habitantes do campo. Os habitantes do campo tornaram-se vítimas de guerra, perdendo o seu sentido de profundidade, e começando a experienciar o mundo a duas dimensões.

O meu cérebro foi levemente tocado pela sua presença negra e paralisadora. Algo ferveu no meu cérebro e evaporou-se: a terceira dimensão, a altura. (...) Vi um mundo bidimensional, de comprimento e largura sem fins, mas sem altura. Sem céu. (Surkov, 2004, tradução minha)

Esta percepção bidimensional do mundo gradualmente tornou-se uma forma de pensar sobre o mundo, e os habitantes do campo perderam qualquer me-

mória de alguma vez terem identificado uma terceira dimensão, a altura, ou terem compreendido a complexidade da realidade.

A altura, ou profundidade, consoante a perspetiva do sujeito, é uma dimensão de verticalidade, de individualidade. George Lakoff (Lakoff & Johnson, 1980) nota que a altura é a dimensão que está simbolicamente associada à ética e à hierarquia, pelo que apagar esta dimensão da mente pode ter a consequência ambígua de apagar diferenças sociais, mas também de apagar qualquer preocupação ética. Todavia, a narrativa em apreço sugere que a “altura” está relacionada com o reconhecimento das matizes entre conceitos, correspondendo a uma polarização de posições, de forma que a perda da “altura” corresponde à perda da capacidade de distinguir posicionamentos éticos que não sejam extremados .

os nossos próprios pensamentos perderam o conceito de altura. Tornamo-nos bidimensionais. Apenas compreendíamos o “sim” e o “não”, apenas o “preto” e o “branco. Não existiam ambiguidades, meias-tintas ou piedosos eufemismos. (Surkov, 2004, tradução minha)

Esta diferença cognitiva entre os habitantes do campo e da cidade faz com que estes últimos comecem por se comiserar dos primeiros, e procurem uma solução para o problema. Porém, a reação dos habitantes do campo é a de planearem uma vingança contra os habitantes urbanos, que veem como desonestos, e procuram antes impor-lhes uma visão plana, bidimensional, da realidade. Por outras palavras, aqueles que não veem o céu revoltam-se contra os que têm noção da sua existência. Tal sugere que os que têm uma visão mais simples do mundo tentam derrubar aqueles que têm uma visão mais matizada do mesmo, mais cosmopolita e diversa culturalmente, procurando impor uma mundivisão fundamentalista, assente em polaridades de ética e de interpretação do mundo.

O conto conclui-se com um final aberto e premonitório, que entrega ao leitor a dúvida sobre o real sentido da história:

Fundámos uma sociedade e preparámos uma revolta dos bidimensionais simples contra os manhosos complexos, contra aqueles que não respondem “sim” ou “não, que não dizem “branco” ou “preto”, mas que conhecem sempre uma terceira palavra, muitas muitas terceiras palavras, vazias, enganadoras, que confundem o caminho e obscurecem a verdade. (...) Amanhã será o nosso dia, em que iremos conquistar ou perecer. (Surkov, 2004, tradução minha)

Serei o primeiro a afirmar que esta narrativa breve apresenta vários problemas enquanto obra literária: a sua linguagem é limitada, com um imaginário escasso, um fluxo narrativo desequilibrado, com alguns elementos muito detalhados, e outros apenas esboçados, apesar de serem centrais para a história. O final é bastante inconclusivo, o que faz o texto parecer mais o rascunho apressado de uma prosa de maior fôlego, e não um conto breve, equilibrado e sugestivo.

Ainda assim, a história apresenta um escopo suficientemente amplo para sugerir múltiplas interpretações e linhas de pensamento. O “céu” do título pode ser visto como uma metáfora de paraíso, em que os habitantes da cidade são como seres do desespero, cuja falta de alternativas os obriga a revoltarem-se contra aqueles a quem foi dado o céu. Ou pode ser vista como um aviso sobre os efeitos que guerras e conflitos podem ter sobre a noção de verdade, em que a belicosidade acaba por expulsar a honestidade de um mundo polarizado.

Apesar disso, tendo em conta a notoriedade do autor da obra e o facto de o narrador da fábula se posicionar claramente do lado dos habitantes do campo, considerando que este conto já foi alvo de leituras específicas por parte de outros autores, irei tentar aprofundar o seu simbolismo e sentido por outras vias.

“Guerra Não linear”

Começo por notar que numerosos politicólogos leram “Without Sky” como um esboço da campanha de desinformação que numerosos meios de comu-

nicação e agências de espionagem acreditam estar a ser lançada pela Rússia contra os países ocidentais.

Aliás, o termo “guerra não linear” – juntamente com os termos “guerra híbrida”, “guerra ambígua”, ou “Doutrina Gerasimov” – começaram a ser usados por vários politicólogos e especialistas em relações internacionais para se referirem à mistura de conflito militar, político e informacional que parece estar a ser promovido e apoiado pela Rússia na busca dos seus objetivos estratégicos internacionais. McKew descreve esta campanha como uma “guerrilha, lançada em várias frentes e recorrendo a um conjunto de agentes e ferramentas – por exemplo, *hackers*, *media*, homens de negócios, fugas de informação e, sim, *fake news*, bem como meios militares convencionais e assimétricos”. (McKew, 2017)

Por isso, “Without Sky” é muitas vezes lida pelos peritos em relações internacionais como uma referência e metáfora codificada ao terrorismo informacional.

Segundo Molly McKew (2018), “terrorismo informacional” é o uso de informação para gerar confusão e apatia em determinadas sociedades. O procedimento típico do “terrorismo informacional” é o de criar uma narrativa envolvendo entidades políticas e instituições em algum escândalo abafado, relacionar de forma crescente as notícias da atualidade com esse suposto escândalo, espalhar estas teorias pelas redes sociais e deixar que este alegado escândalo ganhe vida própria, sem autoria clara ou factos comprovados que o sustentem, até se tornar um facto social, que a experiência virtual (ou seja, bidimensional) da internet não pode negar nem anular, permitindo que comece a afetar a vida real, normalmente na forma de ameaças, boatos, intimidação, “doxing” (revelação de dados pessoais em público), etc.

Para McKew, e outros, “Without Sky” apresenta-se como a teorização ficcional deste terrorismo informacional ou “guerra cognitiva”, pelo que o termo “guerra não linear” é muitas vezes usado para descrever o impacto subtil que *hackers* russos poderão ter tido em eventos políticos recentes,

como as eleições de Donald Trump e Jair Bolsonaro, ou o processo do *Brexit*, entre outros exemplos.

Esta influência depende da multiplicação de fontes de informação que, paradoxalmente, repetem a mesma informação distorcida de variadas formas, e a existência de múltiplos comentadores e agentes cibernéticos que, de modo convincente, apresentam teorias de acontecimentos políticos e sociais baseados em pormenores e factos cuidadosamente selecionados, destinados a lançar confusão ou suspeita sobre determinadas instituições e atores políticos. No fundo, é uma luta pelo controlo da opinião pública que, ao contrário da imprensa convencional, não é alvo de qualquer tipo de fiscalização de fontes ou dados, podendo contribuir para paralisar agentes ou criar visões distorcidas da realidade.

No entanto, não creio que este fenómeno seja inteiramente novo. Pelo contrário, corresponde antes ao regresso a uma informação pré-centralizada e pré-registada, correspondente a uma nova forma de oralidade informativa, típica da cultura pré-imprensa escrita e audiovisual, em que já não é possível organismos centralizados fiscalizarem essa informação, mas permitindo um retorno a uma informação tribalizada, em que determinados grupos disseminam determinados factos no seu seio, para consolidarem determinadas crenças e visões da realidade.

É claro que a posição de Surkov enquanto conselheiro próximo de Vladimir Putin, e os rumores persistentes de “grupos de *trolls*” e “*fake news bots*” russos nos incentivam a ler o conto sob tal perspetiva. Todavia, “*Without Sky*” não é apenas uma parábola política, mas também é uma obra de ficção distópica e de ficção científica e, como tal, não está isenta de referências, códigos e elementos intertextuais dentro dessa tradição, que podem ajudar a compreendê-la, como eu gostaria de discutir em seguida.

Influências distópicas

São evidentes algumas ligações desta narrativa breve com outras obras distópicas. Obviamente a obra distópica mais famosa sobre bidimensionalidade

dade é *Flatland*, de Edwin Abbott, um professor e teólogo inglês, que nesta novela retrata um mundo de seres bidimensionais, incapazes de apreender a altura, pelo que confundem esferas com círculos, e sem a possibilidade de visualizar algo que não seja definido pela largura ou comprimento. Mesmo quando um mensageiro chega para anunciar a existência de uma terceira dimensão, apenas um Quadrado lhe presta atenção, e começa a imaginar a possibilidade de outras dimensões.

Flatland costuma ser encarado como uma parábola filosófica e matemática sobre geografia, mas tem inerente uma reflexão teológica sobre a existência de dimensões escondidas à compreensão humana, abrindo a hipótese de que a realidade que vemos não engloba toda a realidade do mundo. Esta novela pode também ser lida como uma crítica à rígida sociedade vitoriana, de uma imperiosa divisão de classes, e dos diferentes estatutos dos homens e mulheres que nela se encontravam, onde qualquer possibilidade de mudança era punida por leis e ameaças.

A grande popularidade do livro torna possível que Surkov o conhecesse e tivesse sido uma forte influência intertextual para auxiliar a compreensão de “Without Sky”.

Visto que Surkov é autor regular de histórias de Ficção Científica, é mais do que provável a possibilidade de ter sido influenciado por outras distopias conhecidas, como *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, e *1984*, de George Orwell, ambos com as suas hierarquias de cidadãos, guerra constante e controlo rígido. Todavia, “Without Sky”, ao defender que os habitantes do campo, com o seu conhecimento limitado e estatuto social inferior, poderão impor a sua visão política, parece ter uma posição antagónica em relação àqueles clássicos literários sobre sociedades de desinformação de massas.

Ao mesmo tempo, parece-me que “Without Sky” estabelece um contraste e relação interessante com outra distopia clássica: *The Sleeper Awakes*, de H.G. Wells.

Escrita em 1910 pelo socialista e ativista da paz H.G. Wells, *The Sleeper Awakes* retrata um futuro em que os trabalhadores vivem na miséria, sem segurança, enganados por uma elite demagógica. Os cidadãos são controlados por uma guerra aérea constante – tal como a de “Without Sky” – e enganados por “*babble machines*” – “máquinas de tagarelice” que produzem um fluxo interminável de notícias sensacionalistas, concebidas para afetar emocionalmente e confundir os proletários, de forma a tornar o entendimento político deste largamente superficial, assente na aceitação ou rejeição intransigente dos acontecimentos apresentados.

As massas de Wells acabam por se revoltar contra o despertar do “*Sleeper*”, o protagonista da história, mas, enganados por demagogos, continuam a viver na miséria, apenas crendo que a sua vida melhorou de alguma forma devido à falsa informação que continua a ser fornecida.

Tanto no caso de “Without Sky” como de *The Sleeper Awakes* estamos perante distopias assentes na possibilidade da redenção messiânica, dependentes da comunicação e da linguagem. E em ambos os casos, é a falta de *nuance*, de profundidade da linguagem, de confronto com o seu terceiro elemento da verdade, que gera a distopia apresentada.

É certo que “Without Sky” sugere alguma forma de redenção, mas é uma redenção de enorme ambiguidade, em que são os extremistas, aqueles que perderam o contacto com o sentido profundo da linguagem, e apenas entendem os seus extremos, que estão dispostos a derrubar toda a ideia de complexidade da existência, a fim de fundar um mundo mais simples, bidimensional, em que a elite, que supostamente era capaz de *nuances* da linguagem, capaz de entender a complexa relação da linguagem com a existência, está na iminência de ser destruída.

The Sleeper Awakes claramente acredita que uma comunicação de massas que não seja racional e honesta apaga toda a possibilidade de uma sociedade justa, visto que a ação sem um enquadramento discursivo claro que a direcione só pode tornar qualquer ação política em algo de dúbio ou mesmo totalitário.

Desse modo, estamos perante uma ligação clara entre a posição da linguagem na sociedade e a sua situação política. Uma ligação que pressupõe o anular ou eliminar da terceira dimensão da linguagem que abordei anteriormente – a dimensão da realidade o que me leva a considerar a noção de “plano” ou “achatado” numa perspetiva mais ampla.

Uma mente plana num mundo plano

Tenho a intuição pessoal de que a noção de plano ou chato voltou a estar em voga. Poderia mencionar a renovada popularidade da hipótese da terra plana, ferozmente defendida – ainda que com poucas provas científicas – pela *Flat Earth Society*. Poderia sugerir o achatamento da imagem cinematográfica, alimentada pelos luxuriantes efeitos digitais, que procuram uma estética de pintura, e não de imagem real, dotada de profundidade. Poderia mencionar o estilo *Material Design*, concebido pela Google para tornar mais achatados os objetos virtuais dos ecrãs dos nossos telemóveis e computadores.

Posso chamar à colação um artigo, publicado no *The New York Times*, intitulado “How we lost the sky” – “Como perdemos o céu” (Weisbrode & Yeung, 2018) onde se discute a ocupação do céu, não apenas com detritos industriais, mas também com poluição atmosférica e máquinas de guerra e vigilância, de satélites a drones, de estações espaciais a aviões, e até mesmo protótipos de dispositivos semelhantes a insetos robóticos. Este desenvolvimento constitui também um tipo de achatamento do céu, semelhante aos céus das iluminuras medievais, mas em que aquele perde o seu lugar no imaginário de lugar místico ou ponto de fuga da realidade, para se tornar apenas outro campo de conflitos humanos, especialmente confirmando o achatamento da vida contemporânea.

Poderia discutir o achatamento da economia identificado por Thomas L. Friedman, na sua obra *O Mundo é Plano*, que defende que a internet aplanou as trocas globais (Friedman, 2005). Aplanamento também visível nas relações sociais, aproximadas pelas redes sociais, em que um irmão pode ter a mesma ligação que um colega que há muito tempo não se vê.

Este conjunto de exemplos – alguns mais literais, outros mais metafóricos – são apenas uma introdução para justificar a minha percepção da que a “planura”, enquanto conceito social, é algo que tem uma existência relevante na sociedade e linguagem contemporânea, mesmo que não seja totalmente nova.

Veja-se o exemplo da Idade Média, onde o uso da pintura bidimensional era importante para criar uma sensação da onnipresença de Deus, e de dar a sentir que a dimensão sagrada permeava todas as manifestações da vida humana. Até mesmo a representação geométrica da peregrinação da terra para o céu – representada por uma espiral – foi expressa em diferentes tecnologias medievais, como a mola, a lente ótica e o parafuso, todas elas ferramentas destinadas a ultrapassar a distância temporal e espacial, e achatar a experiência humana: a mola foi usada para criar os relógios mecânicos que mediam o tempo, a lente ótica para olhar para objetos distantes como as estrelas, o parafuso para unir permanentemente diferentes objetos, de forma a “achata-los” num mesmo plano.

De igual forma, a Idade Média promoveu ativamente o conceito do anonimato na arte, libertando-se do autor enquanto “profundidade” da obra de arte – afinal o autor estabelece inevitavelmente uma dimensão subjetiva, ética e hierárquica no interior da imediatez da relação entre a obra e o seu receptor. E este processo acontece de igual modo na linguagem, como mencionei anteriormente.

O conceito de achatamento da linguagem é ainda anterior a isso, remontando à emergência dos Sofistas na Atenas da Antiguidade, em que o sucesso comercial e militar daquela cidade-estado trouxe para os seus espaços públicos múltiplos povos e culturas, que levantaram a questão da verdade comum que seria possível entre numerosas linguagens, práticas culturais e religiosas.

Estes Sofistas foram acusados, por Platão (Platão, 2011), Aristóteles e outros, de usarem o discurso como forma de esconder ou abolir a verdade. O principal alvo de acusações parece ter sido o sofista Górgias, que defendia

que a verdade era nada mais do que uma opinião, e nenhuma verdade real era possível ou conhecível.

Por tal razão, durante séculos os Sofistas tornaram-se alvo de preconceito e crítica, de forma a que o termo “sofista” passou a ser visto como equivalente a uma retórica vazia e enganadora.

No entanto, considero que o papel dos Sofistas na Antiga Grécia era relativamente claro e até importante: estavam a tentar estabelecer uma ponte coerente entre formas anteriores de conhecimento – o antigo “mythos”, o conhecimento mítico presente em Homero e Hesíodo, com a nova “sophia”, o conhecimento prático e operativo da nova disciplina da filosofia.

O conhecimento mítico era um conhecimento que em larga medida colocava o ser humano no papel passivo de compreender o mundo através de dispositivos de linguagem narrativos e metafóricos, ao passo que o conhecimento filosófico consistia num discurso descritivo e associativo, que pretendia fazer os seres humanos agirem no mundo, por via da sua explicação factual (Colli, 2000).

Os Sofistas procuraram estabelecer a ponte entre ambos os sistemas de conhecimento da Antiga Grécia criando a disciplina da Retórica, uma forma de relação do discurso com a ação política. Ou seja, a Retórica não era uma forma de linguagem que procurava refletir a realidade, mas que procurava agir sobre ela, na sua dimensão política e social. É uma forma de criação literária, e, no meu entendimento, um antepassado direto, ainda que não o único, da ficção científica. Afinal, o que define o género literário da Ficção Científica é o esforço imaginativo de propor uma sociedade futura por via da hipérbole, do mesmo modo que a hipérbole é um elemento fundamental da Retórica para propor imagens de ação política e futuro social. Obviamente, o centro do discurso da Retórica é o ser humano, ao passo que muitas vezes o centro da Ficção Científica é a tecnologia e a ciência, na sua relação complexa com a humanidade que lhe dá origem.

Neste aspeto, o que define a retórica é a hipérbole, ao contrário da linguagem mítica, que descreve o mundo através da metáfora, e da filosofia, que procura agir no mundo por via da metonímia e da pressuposição que essa metonímia corresponde a um mundo partilhado, a uma fonte de verdade.

Aí parece assentar, aliás, a grande divergência entre os Sofistas, que rejeitavam a necessidade de uma verdade comum, e os outros filósofos do seu tempo, como Platão, Aristóteles e Demócrito, que se esforçaram por encontrar diferentes fontes de verdade.

Estas fontes de verdade da linguagem, que foram as ideias, para Platão, a observação da Natureza, para Aristóteles, o Deus cristão, para os teólogos medievais, o método científico, para René Descartes, acabaram por ser profundamente questionados para a contemporaneidade, tornando-se o foco de discussão de pensadores como Ludwig Wittgenstein, Martin Heidegger, John Searle, Michel Foucault, Teun Van Dyck, George Lakoff, etc. De alguma forma, todos eles comprovam que a linguagem da sociedade de hoje perdeu o seu céu, a sua tridimensionalidade, a sua hierárquica e ética, a sua fonte comum de verdade.

É óbvio que esta perda de uma fonte clara de verdade antecede a internet, como o comprovam estes pensadores e as distopias literárias antes abordadas. Antecede até a guerra cognitiva que mencionei anteriormente, ainda que a ciberdesinformação a que hoje assistimos tenha massificado e objetivado alguns dos seus efeitos. Afinal de contas, a ciberinformação não tem espaço definido, mas circula interminavelmente, como foi referido antes; não tem um tempo específico, mas pode perdurar para além da validade ou descrédito da notícia; pode ser confirmada pela partilha e repartilha constantes e pode tornar-se intercultural pelo seu constante e instantâneo cruzar de fronteiras, promovendo a ideia de que a partilha de determinada informação por parte de diferentes pessoas de diferentes culturas confirma a sua veracidade enquanto consenso universal.

Ou seja, o ciberespaço tornou-se a ágora do século XXI, em que as diferentes identidades de uma sociedade retribalizada lutam por definir uma tridimen-

sionalidade partilhada, perante poderes, instituições e governos cada vez mais inoperantes, cuja ética, hierarquia e “altura” é cada vez mais posta em causa. No mundo real não existem apenas habitantes da cidade e habitantes do campo, como em “Without Sky”, mas diferentes fações com diferentes fontes de verdade que conduzem uma guerra silenciosa num campo de batalha etéreo e partilhado.

Habermas cita C.F. von Weizsäcker, que sugeriu que a verdade poderia ser uma questão de adaptabilidade dos seres às suas circunstâncias (Habermas, 2010: 219). De certa forma, é isso que “Without sky” parece propor: a possibilidade de um mundo de mutilação cognitiva, na qual perder a ligação com as *nuances* de verdade, que se torna adaptável e volúvel, pode degenerar num conflito político eterno – uma “guerra não linear”. Esta mutilação cognitiva deriva da possibilidade de “achatar” o conhecimento de parte da população, de forma a radicalizá-la. Ao contrário de *Flatland* e *The Sleeper Awakes*, “Without Sky” sugere a possibilidade de que aqueles a quem foi negada a possibilidade de verdade não serem necessariamente impotentes ou vítimas desse desconhecimento, mas poderem também conquistar o poder – através da ignorância, através da volatilidade, através da busca infundável por uma verdade errante que pode conduzir a Humanidade para o desconhecido.

Literariamente, isto é uma distopia, mas pode ser, também, a retórica do nosso futuro real.

Referências bibliográficas

- Abbot, E. A. (2016) *Flatland – O Mundo Plano*. Porto: Porto Editora
- Colli, G. (2000) *O Nascimento da Filosofia*. Lisboa: Edições 70
- Habermas, J. (2010) *Obras Escolhidas*, vol. 2: *Teoria da Racionalidade e Teoria da Linguagem*. Lisboa: Edições 70
- Friedman, T. (2005) *The World is Flat*. New York: Farrar
- Lakoff, G. Johnson (1980) *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press

- McKew, Molly (2018) “Brett Kavanaugh and the information terrorists trying to reshape America.” In Wired, 10/03/18 – Disponível em: <https://www.wired.com/story/information-terrorists-trying-to-reshape-america/>. (Acedido a: 2 de dezembro de 2018)
- McKew, Molly (2017) “The Gerasimov Doctrine” In Politico, September/October 2017 – Disponível online: <https://www.politico.com/magazine/story/2017/09/05/gerasimov-doctrine-russia-foreign-policy-215538> (Acedido a 2 de dezembro de 2018)
- Platão (2011) *Górgias*. Lisboa: Edições 70
- Simmel, G. (2004) *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*. Lisboa: Relógio d'Água
- Surkov, V. (2014) “Without Sky”. In *Russky Pionner*, – Disponível online: http://www.bewilderingstories.com/issue582/without_sky.html (Acedido a 2 de dezembro de 2018)
- Weisbrode, K. & Yeung, H (2018) “How we lost the sky” In *The New York Times*, July 23, 2018 – Disponível online: <https://www.nytimes.com/2018/07/23/opinion/how-we-lost-the-sky.html> (Acedido a 2 de dezembro de 2018)
- Wells, H.G. (1910) *The Sleeper Awakes*. – Disponível online: https://en.wikisource.org/wiki/The_Sleeper_Awakes (Acedido a 2 de dezembro de 2018)

FAHRENHEIT 451: A TEMPERATURA A QUE A DEMOCRACIA ARDE

Bruno D. de Brito Serra¹

Resumo: A obra *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury providencia uma ilustração vívida de um futuro onde os livros são proibidos e uma indústria de *mass media* particularmente omnipresente domina a existência dos indivíduos. O livro, publicado originalmente em 1953, faz algumas previsões surpreendentes acerca da nossa existência contemporânea, desde as mais técnicas – como televisões de ecrã plano, fones de ouvido e publicidade direccionada – até às mais político-filosóficas. Relativamente a estas últimas, é a nossa intenção proceder a uma abordagem multidisciplinar de dois temas chave desenvolvidos ao longo da obra, que representam simultaneamente patologias particularmente perniciosas das sociedades democráticas contemporâneas: i) a nossa exposição constante a – e dependência de – certas manifestações tecnológicas (os *mass media*, *gadgets* tecnológicos, sites/aplicações de redes sociais, etc.), e ii) as nossas concessões crescentes a uma forma degenerada de correcção política que rejeita liminarmente a possibilidade de potencialmente ofender uma qualquer minoria ou grupo de interesse.

Ao usar a obra *Fahrenheit 451* como uma espécie de lente através da qual se pode lançar um olhar crítico sobre as sociedades democráticas contemporâneas, pretendemos elucidar tanto as supracitadas patologias como o seu perigo para uma sociedade onde, por um lado, uma multiplicidade de estímulos tecnológicos exigem a nossa atenção constante e os factos se veem suplantados pelas crenças, e , por outro lado, a

1. PhD (LabCom.IFP/CEPS). bdserra@gmail.com

vigência crescente do “não ser passível de ofender algum grupo de qualquer forma” como critério principal para a literatura, arte, jornalismo e produção cultural em geral ameaça esterilizar totalmente esta última – tornando-a assim completamente inútil.

Palavras-chave: Democracia; *Mass media*; Redes sociais; Politicamente correcto.

A obra *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury providencia-nos uma ilustração vívida de um futuro onde os livros são proibidos e uma indústria de *mass media* particularmente omnipresente domina a existência dos indivíduos. O livro, publicado originalmente em 1953, faz algumas previsões dignas de nota acerca da nossa existência contemporânea. No âmbito tecnológico, por exemplo, Bradbury descreve aparelhos e processos que podem ser equiparados – tanto em função como aparência – a coisas tais como televisões de ecrã plano, fones de ouvido e publicidade direccionada. As suas previsões relativamente à nossa realidade sociopolítica, contudo, conseguem ser ainda mais surpreendentemente certas e intelectualmente provocantes. No decurso do presente artigo concentrar-nos-emos em duas previsões desse género, que representam não só dois dos temas chave desenvolvidos ao longo de *Fahrenheit 451*, mas também dos patologias especialmente perniciosas das sociedades democráticas contemporâneas: i) a nossa exposição constante a – e dependência de – certas manifestações tecnológicas (os *mass media*, *gadgets* tecnológicos, sites/aplicações de redes sociais, etc.), e ii) as nossas concessões crescentes a uma forma degenerada de correcção política que rejeita liminarmente a possibilidade de potencialmente ofender uma qualquer minoria ou grupo de interesse. Ambos aspectos são indubitavelmente dotados de uma importância crítica no concernente à sustentabilidade de sociedades genuinamente democráticas e, contudo – particularmente no caso do segundo –, o nível de controvérsia que tendem a gerar instantaneamente têm-nos feito frequentemente evitar uma discussão séria a seu respeito. A nossa intenção naquilo que se segue é pois contribuir precisamente para essa discussão por demais necessária, empregando a obra de Bradbury como uma espécie de lente crítica através da qual estes problemas e as suas implicações possam ser mais claramente compreendidos.

1. Viver a mil à hora: as consequências da omnipresença tecnológica na vida quotidiana

Fahrenheit 451 começa *in media res* relativamente ao estado de coisas que providencia o contexto sociopolítico da obra, e parece ser deliberadamente críptico no que concerne às razões que conduziram estabelecimento do mesmo – com efeito, esse estado de coisas é caracterizado precisamente pelo facto de que praticamente ninguém conhece ao certo a sua origem, e *ninguém tem grande interesse em descobri-la*. Excluindo alguns vislumbres ocasionais de entendimento provocados por migalhas literárias destinadas a excitar a imaginação do leitor, o momento crítico de exposição acerca deste mistério é deixado a cargo do antagonista mais personificado da obra, o Capitão Beatty. Este último, sendo um *fire chief* veterano e sagaz, possui claramente um conhecimento da origem e evolução da situação que seria habitualmente reservado às elites políticas. É pois através da sua voz e tormento deliberado do protagonista da obra – Guy Montag – que Bradbury esboça os aspectos mencionados acima, ao mesmo tempo que elucida a sua genealogia.

Ao ilustrar a primeira das patologias que referimos, Bradbury começa por retratar uma sociedade não só dominada pela tecnologia, mas onde toda a proeza tecnológica se encontra direccionada para um único objectivo: o entretenimento. Neste mundo no qual os livros foram abolidos, os factos, a verdade e o pensamento crítico parecem tê-los acompanhado quase de imediato. Filmes e programas de televisão foram reduzidos a dramas néscios e politicamente inócuos; as salas de estar, delimitadas por paredes interactivas de imagem e som, fornecem o espaço físico para que os habitantes se percam no drama quotidiano das suas “famílias” virtuais; os anúncios publicitários estão por toda a parte e visam os indivíduos incautos; e até mesmo a informação foi reformatada com o intuito de, acima de tudo, entreter.

A escorar este processo, tal como Bradbury o viu, encontrava-se uma transição gradual dos media “convencionais” para os *mass media*. À medida que a população foi aumentando e o ritmo da vida acelerando, as pessoas tinham

cada vez menos tempo – e inclinação – para se dedicar aos livros e a tudo o mais que pudesse ser facilmente descartado como mera preocupação ufana dos intelectuais com a dita “alta cultura”. Assim, e como o Capitão Beatty nos conta,

“as obras clássicas foram cortadas para caber em programas radiofônicos de 15 minutos, depois cortadas novamente para preencher uma coluna literária de dois minutos, acabando por fim como um resumo de dicionário de dez ou doze linhas. Evidentemente, exagero. Os dicionários eram para referência. Mas muitos havia cujo único conhecimento de *Hamlet* provinha de um resumo de uma página contido num livro que anunciava: *agora pode finalmente ler todos os clássicos; mantenha-se a par dos seus vizinhos*”²

Esta simplificação da cultura, destinada agora a servir não as “pessoas cultas” mas a audiência de massas, assegurava uma espécie de plano equilibrado onde todos podiam ser nem mais nem menos que o seu vizinho – um processo perfeitamente “democrático” com apenas um problema de pormenor: o facto desse nivelamento ser feito às custas de tudo aquilo que torna a produção cultural substancial e relevante. A par deste fenómeno, e funcionando quase simbioticamente com o mesmo, Bradbury retrata o acelerar gradual do ritmo da vida quotidiana, progredindo até ao ponto da mesma se tornar virtualmente *instantânea* – isto é, simultaneamente organizada em torno do instante como unidade de tempo essencial e (por conseguinte) preocupada fundamentalmente com a obtenção de uma gratificação instantânea. Compreensivelmente, este último processo contribuiu para adensar o problema; como resultado dele, “a escolaridade é abreviada, as disciplinas relaxadas, filosofias, historias e linguagens abandonadas. [...] A vida é imediata, o trabalho é que conta, o prazer reside inteiramente depois do

2. “classics [were] cut to fit 15 minutes radio shows, then cut again to fill a two-minute book column, winding up at last as a ten- or twelve-line dictionary resume. I exaggerate, of course. The dictionaries were for reference. But many were those whose sole knowledge of *Hamlet* [...] was a one-page digest in book that claimed: now at last you can read all the classics; keep up with your neighbours.” (Bradbury, 2012, p. 52)

trabalho. Para quê aprender algo que não carregar em botões, premir interruptores, ajustar porcas e parafusos?”³.

Ao ler as descrições que Bradbury faz destes fenómenos, torna-se quase impossível não pensar nos nossos próprios debates em torno da crescente falta de interesse por literatura substancial (por aquelas obras comumente consideradas como clássicos da literatura mundial, por exemplo) e a cada vez menor capacidade de atenção das gerações jovens de hoje em dia. Naturalmente, devemos conceder que algum desse debate possa ser ignorado como a inevitável e exagerada desilusão das gerações mais velhas perante aquelas que as sucedem, mas muito dele derivará de uma preocupação legítima com a educação implicitamente imposta aos jovens de hoje por parte de uma cultura dominada por expectativas de imediatez e gratificação instantânea – para a qual a crescente tecnologização das relações humanas indubitavelmente contribuiu.

Vista como um todo, no entanto, qualquer situação que vise estabelecer o tipo de uniformização social mencionada acima inevitavelmente enfrentará certas barreiras que deve sobrepor de forma a tornar-se sustentável – de um ponto de vista sociológico – numa sociedade ocidentalizada moderna. Afinal de contas, a necessidade de se conceberem a si mesmos como únicos, livres e autónomos tornou-se uma espécie de necessidade psicológica essencial para os indivíduos herdeiros do Iluminismo que constituem a cidadania de tais sociedades. Como tal, afigura-se uma evidente urgência em encontrar aquilo a que o famoso filósofo francês Blaise Pascal chamou de *divertissements*, providenciados numa dose constante e suficiente⁴. Nas palavras do Capitão Beatty, “a vida torna-se numa grande queda de traseiro, Montag.

3. “school is shortened, disciplines relaxed, philosophies, histories, languages dropped. [...] Life is immediate, the job counts, pleasure lies all about after work. Why learn anything save pressing buttons, pulling switches, fitting nuts and bolts?” (Bradbury, 2012, p. 53).

4. O argumento de Pascal relativamente aos *divertissements* (“diversões” ou “distracções”, na tradução portuguesa) tem uma relação complexa com a sua compreensão daquilo que acredita ser a infelicidade inerente e inescapável do indivíduo em relação à condição humana, mas será talvez mais claramente ilustrado para os propósitos presentes pelo seguinte: “Não importa quão infelizes estamos, se formos persuadidos a embrenhar-nos nalguma distracção, seremos perfeitamente felizes no momento. [...] Sem distracção não há alegria. Com ela não há tristeza (Pascal, 1999, p. 48).

Tudo é pum, boff, e uau! [...] Esvaziem-se os teatros mas deixem-se os palhaços, e decorem-se as salas com paredes de vidro e cores bonitas”⁵.

No contexto da obra, estes *divertissements* provêm de fontes familiares: televisão, cinema, transmissões de eventos desportivos e por aí em diante, todos providenciam a sobejamente necessária (e divertida) distração de uma existência cada vez mais desumanizada – numa frase, *panem et circenses*. Traduzindo a situação para a nossa realidade contemporânea, poderíamos talvez acrescentar ainda mais algumas coisas à lista, tais como smartphones, aplicações de redes sociais, aplicações de namoro, jogos em rede, etc. Mas talvez o exemplo mais revelador da necessidade de entretenimento constante que parece caracterizar cada vez mais o nosso tempo seja a transição gradual de informação para *infotainment* a que temos assistido aproximadamente na últimas duas décadas.

A este propósito, uma ilustração interessante do fenómeno em questão pode ser encontrada do estatuto informativo/noticioso de programas satíricos como *The Daily Show*, *The Colbert Report*, *Late Night with Seth Meyers* e etc. Que tais programas estavam rapidamente a ascender até ao nível de programas noticiosos convencionais em termos de audiência e fiabilidade como fontes noticiosas (na avaliação subjectiva dos espectadores) é algo que foi notado por estudiosos da área já em 2004, quando uma sondagem do Pew Research Center mostrou que 21% dos inquiridos abaixo dos 30 anos de idade dependia de programas tal como *The Daily Show* para obter informação política, enquanto 23% dos inquiridos da mesma faixa etária responderam confiar em programas noticiosos convencionais para o mesmo propósito – uma diferença de apenas 2%, demonstrando claramente uma quase equivalência entre os dois tipos de programas do ponto de vista dos espectadores que procuravam informar-se sobre assuntos políticos fundamentais.

Quiçá ainda mais revelador é o facto de um estudo levado a cabo por Julia Fox, Glory Koloen e Volkan Sahin em 2007 ter conseguido demonstrar,

5. “life becomes one big pratfall, Montag. Everything bang, boff, and wow! [...] Empty the theaters save for clowns and furnish the rooms with glass walls and pretty colors” (Bradbury, 2012, p. 53).

mediante uma abordagem baseada na análise de conteúdo, que o *The Daily Show* (na altura, apresentado por Jon Stewart) era sensivelmente equivalente aos programas noticiosos da noite dos principais canais televisivos norte-americanos em termos de *conteúdo noticioso substancial* – uma conclusão atingida ao examinar a quantidade de minutos de registo noticioso (vídeo e áudio) que cada tipo de programa exibia em média por emissão. Em última análise, esta equivalência estatística podia ser largamente explicada pelo facto de ambos os géneros de programa terem adoptado uma abordagem à cobertura noticiosa que se baseava essencialmente no conceito de *infotainment* – um diagnóstico que talvez não surpreenda aqueles de nós que lancem hoje um olhar crítico à programação de estações televisivas outrora reputadas pelos elevados padrões jornalísticos e dedicação quase exclusiva às chamadas *hard news*.

Ora, confrontados com evidências deste tipo relativamente aos hábitos televisivos e expectativas de idoneidade noticiosa de uma fatia substancial do eleitorado, alguns de nós poderão escolher adoptar uma postura optimista, vendo nestes estudos uma garantia de que, ainda que uma grande parte dos cidadãos escolham fontes noticiosas não-convencionais como o canal privilegiado para obter a informação relativamente a questões políticas cruciais, este facto não acarreta consigo o perigo de subverter o processo político – porquanto o “conteúdo noticioso substancial” dessas fontes parece ser (potencialmente) equivalente ao daquelas ditas convencionais. Existem, contudo, argumentos igualmente válidos para adoptar uma interpretação mais pessimista da situação, e manifestar sérias preocupações com o facto dos padrões jornalísticos de programas supostamente dedicados em exclusivo a “jornalismo sério” e *hard news* terem aparentemente *descido ao nível de meros programas de entretenimento*.

Nos anos que se sucederam a 2007, a tendência de confiar cada vez mais em fontes noticiosas não-convencionais só tem muito evidentemente sido acentuada por fenómenos como a omnipresença de smartphones permanentemente ligados à Internet e, em particular, a sites/aplicações de redes

sociais que imergem os indivíduos num fluxo constante de *infotainment*, tornando-os crescentemente suscetíveis a “notícias” que constituem o preciso oposto de informação. A recente prevalência do conceito de “fake news”, que se tornou uma espécie de coqueluche jornalística e académica na sequência da eleição de Donald Trump em 2016, bem como o papel de sites de redes sociais como o Facebook e o Twitter na mesma, fornece uma clara ilustração desse facto – tal como o faz as subseqüentemente bem sucedidas campanhas eleitorais de Lega Nord/Movimento 5 Stelle na Itália ou de Jair Bolsonaro no Brasil. Vistos como um todo, estes fenómenos representam uma espécie de desvio cultural na nossa relação com as notícias (políticas) e nas nossas expectativas relativamente à forma como as mesmas chegam até nós – elas devem agora ser “rápidas e fáceis”, simultaneamente imediatas na sua assimilação (sintetizadas em slogans/manchetes curtas) e instantaneamente cativantes (chegando até nós mediante um meio que divirta ou, no mínimo, entretenha). Trata-se, em última análise, de um desvio que justifica as preocupações de Bradbury relativamente à ameaça séria e evidente que apresenta ao processo democrático.

2. Tocqueville 2.0: Tirania actualizada para o século XXI

Na sequência da sua abordagem a este primeiro assunto, Bradbury devota a sua atenção à segunda patologia que mencionámos anteriormente – que, em muitos aspectos, se encontra intimamente ligada à primeira – e que pode ser vista como um alerta relativamente à nossa relação complicada com a noção de *politicamente correcto*.

Antes de nos imiscuirmos neste problema, contudo, comecemos por fazer um breve aparte no que concerne ao tema principal de *Fahrenheit 451*: apesar de se ter frequentemente assumido que o autor pretendia seguramente alertar-nos para os perigos da censura, não se pode considerar que *Fahrenheit* seja uma obra sobre censura num sentido convencional (algo que o próprio Bradbury afirmou em algumas das suas entrevistas mais tardias). Com efeito, *Fahrenheit* é virtualmente único na forma como retrata as raízes

da censura, entendida como um fenómeno politicamente motivado. O que queremos dizer com isto é que, olhando às mais culturalmente relevantes obras literárias distópicas em cujo enredo a censura desempenha um papel importante – o caso de *1984*, por exemplo – aquilo que constatamos é que a censura é consistentemente retratada como um instrumento de controlo político e social, empregue pelos poderosos por forma a garantir o sucesso da sua agenda e vontade políticas. Entendida desta forma, a censura deve pois ser vista como um mecanismo de coerção política que procede do topo da pirâmide social para a sua base – isto é, dos poderosos para as massas.

A obra de Bradbury por outro lado, inverte completamente esta lógica, escolhendo retratar a surgimento da censura com um movimento que procede da base para o topo. Em *Fahrenheit 451* não são o governo ou os poderosos que preparam o caminho para a deriva distópica, mas sim o povo. Por forma a compreender inteiramente o que queremos dizer com isto, voltemos novamente à palavras do Capitão Beatty, que traça a genealogia do *status quo* apresentado na história em conversa com o seu protagonista:

“Ora, consideremos as minorias na nossa civilização, pode ser? Quanto maior a população, maior o número de minorias. Não melindremos os que preferem cães, os que preferem gatos, médicos, advogados, comerciantes, chefes, mórmons, baptistas, unitários, chineses de segunda geração, suecos, italianos, alemães, texanos, habitantes de Brooklyn, irlandeses, pessoas do Oregon ou do México. [...] Tens que compreender que a nossa civilização é tão vasta que não podemos ter as nossas minorias descontentes e agitadas. Pergunta a ti próprio, o que é que queremos mais neste país, acima de tudo? As pessoas querem ser felizes, não é? Não é isso que tens ouvido toda a tua vida?”⁶

6. “Now, let’s take up the minorities in our civilization, shall we? Bigger the population, the more minorities. Don’t step on the toes of the dog-lovers, the cat-lovers, doctors, lawyers, merchants, chiefs, Mormons, Baptists, Unitarians, second-generation Chinese, Swedes, Italians, Germans, Texans, Brooklynites, Irishmen, people from Oregon or Mexico. [...] You must understand that our civilization is so vast that we can’t have our minorities upset and stirred. Ask yourself, what do we want in this country, above all? People want to be happy, isn’t that right? Haven’t you heard it all your life?” (Bradbury, 2012, pp. 54-6)

Do qual segue logicamente:

“As pessoas de cor não gostam de *Little Black Sambo*. Queima-o. As pessoas brancas não se sentem bem relativamente a *Uncle Tom’s Cabin*. Queima-o. Alguém escreveu um livro sobre tabaco e cancro do pulmão? As pessoas dos cigarros estão chorosas? Queima o livro. Serenidade, Montag. Paz, Montag. Leva a luta lá para fora. Melhor ainda, para o incinerador”⁷

Assim, no final de contas, a situação retratada em *Fahrenheit* “não descendeu do governo. Não houve nenhum ditame, nenhuma declaração, nenhuma censura no início, nada! Tecnologia, exploração das massas e pressão das minorias foram foram suficientes, graças a Deus!”⁸. Esta referência à pressão das minorias, não obstante constituir um argumento inegavelmente controverso, é explicada de forma persuasiva por Bradbury, e como tal merece uma análise mais aprofundada. Ao constituirmos sociedades multiculturais e multifacetadas, o número de grupos minoritários nas mesmas aumentará inevitável e substancialmente. Se pois estabelecermos “não ser passível de ofender algum grupo de qualquer forma” como critério único para a literatura, arte, jornalismo e produção cultural em geral, esta última ver-se-á inevitavelmente censurada até ao ponto em que se encontrará totalmente saneada – e, como tal, inteiramente inútil. É um argumento que, por um lado, nos permite compreender plenamente o que afirmámos acima relativamente a uma censura que procede da base para o topo – que, ao contrário da censura do topo para a base, constitui uma patologia quase exclusivamente democrática, porquanto nasce essencialmente de uma preocupação partilhada com justiça social e igualdade. Por outro lado, é também um problema que, descrito da forma que é na obra de Bradbury, nos deve levar a considerar um debate generalizado (e frequentemente aceso) que

7. “Colored people don’t like Little Black Sambo. Burn it. White people don’t feel good about Uncle Tom’s Cabin. Burn it. Someone’s written a book on tobacco and cancer of the lungs? The cigarette people are weeping? Burn the book. Serenity, Montag. Peace, Montag. Take your fight outside. Better yet, to the incinerator.” (Bradbury, 2012, p. 57)

8. “didn’t come from the Government down. There was no dictum, no declaration, no censorship, to start with, no! Technology, mass exploitation and minority pressure carried the trick, thank God!” (Bradbury, 2012, p. 55)

caracteriza as sociedades democráticas contemporâneas: o debate sobre o politicamente correcto.

O politicamente correcto revela-se imediatamente como um assunto complicado, desde logo porque o próprio termo tem não só um significado frequentemente ambíguo, como uma história dúbia. Foi talvez primeiramente empregue no seu sentido mais literal, representando posições políticas “correctas” à luz da ortodoxia de um determinado partido ou ideologia. Mais tarde, parece ter começado a ser usado principalmente de forma irónica, como uma forma de simultaneamente referenciar e criticar esse primeiro uso – sendo pois empregue como uma salvaguarda coloquial contra uma ortodoxia que ameaça engolir o pensamento livre (no sentido de alguém que afirma sarcasticamente “Veja lá o que está a dizer; olhe que isso não é muito ‘politicamente correcto’...”). Nos anos 80, contudo, e particularmente após a publicação nos EUA do altamente influente *The Closing of the American Mind*, de Allan Bloom, o politicamente correcto veio gradualmente a representar a relativização/neutralização excessiva das ideias e valores sociopolíticos que Bloom alertou estar cada vez mais disseminada no meio académico norte-americano, apresentando um risco sério à educação – cívica e não só – dos estudantes de então. E apesar de o próprio Bloom nunca nele ter empregue o termo “politicamente correcto”, o seu livro fez com que fosse saudado como uma espécie de porta-estandarte daqueles que consideravam o politicamente correcto como sendo emblemático de um processo de crescente esterilização social e cultural. Curiosamente, Bloom era também um confesso defensor da chamada “educação dos grandes livros” (*Great Books Education*), e muitas das suas preocupações a propósito dos estudantes americanos desses tempos – nomeadamente, o facto destes ignorarem as obras clássicas da literatura mundial, não tendo nem gosto nem inclinação para alguma vez as lerem – ecoavam de certa forma a descrição que Bradbury faz dos eventos que em última análise conduzem ao futuro distópico apresentado em *Fahrenheit*.

Olhando para a questão do politicamente correcto nos dias de hoje, concluiremos provavelmente que retém muita da sua ambiguidade, estando

o conceito frequentemente dividido entre a representação de uma preocupação legítima ou a sua utilização como combustível para noções conspiratórias destinadas a inflamar certos sentimentos políticos. Antes de avançarmos, será por isso importante clarificar a nossa própria posição em relação à primeira dessas compreensões do politicamente correcto – ou seja, a ideia que este último representa uma preocupação política legítima, incorporada numa necessidade de remover certas expressões e práticas que são inerente e objectivamente inaceitáveis no contexto de uma sociedade pluralista e multicultural. Que tal entendimento de correcção política é simultaneamente politicamente legítimo e socialmente valioso parece-nos inegável – independentemente de qualquer discussão que possa surgir relativamente aos critérios objectivos que possam ser empregues para julgar correctamente tais assuntos. É, contudo, por demais evidente que abordar esse problema com um grau aceitável de profundidade e consequência comportaria exigências teórica e metodológicas que excederiam em muito o âmbito do presente trabalho. Como tal, cingir-nos-emos ao invés ao lado oposto da equação – precisamente, aquele que podemos relacionar tanto com *Fahrenheit 451* como com *The Closing of the American Mind* – e que tem a ver com as consequências da degenerescência dessa primeira e legítima forma de correcção política, fazendo com que esta última exceda os seus limites razoáveis.

Embora possa ser difícil definir exactamente os limites do que possa constituir uma forma “degenerada” ou “exacerbada” de correcção política, é possível pensar em vários casos actuais que parecem ser quase intuitivamente reconhecidos como exemplos disso mesmo, relativamente aos quais os paralelismos com as preocupações de Bradbury são notórios. Estes casos vão desde coisas simples – como a incorrecção, na escrita em língua inglesa, do uso de pronomes masculinos, ou a utilização do termo “Homem” como sinónimo de “Humanidade” – até assuntos mais complexos, tal como a reticência em reconhecer o contexto étnico e racial de um indivíduo como se semelhante acto constituísse um insulto tácito (o caso anedótico do comentador de boxe prefere enumerar todos os possíveis traços distintivos

entre dois pugilistas antes de recorrer ao mais evidente, ou o caso do turista norte-americano atrapalhado que se refere a um homem negro no estrangeiro como “afro-americano”.

Especialmente relevante para esta discussão da exacerbação do politicamente correcto é também o surgimento daquilo que podemos apodar de uma “cultura dos ofendidos”, que se tem vindo a tornar predominante em certos contextos sociais e amplificada por redes sociais como o Facebook ou o Twitter. Trata-se de um fenómeno que se tem manifestado em tempos recentes de formas estranhas e contra-intuitivas – se não completamente paradoxais –, fazendo com que oradores conservadores sejam proibidos de falar em certas universidades norte-americanas que habitualmente constituem bastiões da liberdade de expressão, causando consternação social contra profissionais de saúde que digam abertamente que ser obeso não é saudável, motivando despedimentos baseados em posts de Facebook aparentemente inócuos mas considerados “politicamente inaceitáveis” a posteriori, e por aí em diante. E mesmo na área jornalística há aqueles que – tal como William McGowan (*Coloring the News: How Political Correctness has Corrupted American Journalism*, 2003) – manifestaram já a sua preocupação sobre como esta cultura dos ofendidos, a par de uma correcção política exacerbada, pode enviesar a cobertura noticiosa, fazendo com que os repórteres se auto-censurem por receio de ofender alguma percentagem da sua audiência – potencialmente silenciando assim certas perspectivas e problemas considerados “controversos”.

Alexis de Tocqueville, que apresentou a sua visão crítica sobre o processo democrático nascente no Novo Mundo no seu livro de 1835 intitulado *Democracy in America*, expressou famosamente a sua preocupação com aquilo a que chamou a “tirania da maioria”, um fenómeno exclusivamente democrático que ele (e John Sturt Mill depois de si) descreveu como o perigo de uma maioria política extraviada que se comporta de forma despótica em relação a indivíduos e minorias, impondo-lhes a sua vontade. Ora, embora a situação descrita por Bradbury, e reforçada pela supracitada degenerescência da correcção política, não inverta totalmente essa lógica

– não podemos falar propriamente de uma “tirania da minoria enquanto tal –, adiciona-lhe uma medida de subtileza capaz de a tornar quicá ainda mais democraticamente perniciosa que o fenómeno originalmente identificado por Tocqueville: permanece uma tirania da maioria *de facto*, mas é justificada e legitimada *de jure* mediante uma suposta preocupação com o bem-estar das minorias. Torna-se, num certo sentido, na tirania de uma maioria de interesses minoritários, reflectidos numa vontade geral extraviciada que acredita estar a seguir o único caminho possível para proteger tais interesses. E tal como Tocqueville e Stuart Mill perceberam de forma certa, isto apresenta uma ameaça ainda maior às sociedades democráticas: afinal de contas, quando a própria sociedade se torna tirana, “pratica uma tirania social mais formidável que muitas formas de opressão política, na medida em que [...] deixa menos escapatórias, penetrando muito mais profundamente nos pormenores da vida, e escravizando a própria alma”⁹.

Este diagnóstico de Stuart Mill conduz-nos a um outro perigo de uma correcção política degenerada, que pode potencialmente ser ainda mais prejudicial que as próprias consequências imediatamente decorrentes da sua vigência: a *reação contra ela*. Com efeito, quando indivíduos que são cidadãos de uma sociedade democrática se sentem amordaçados por aquilo que consideram ser uma pressão social ilegítima, acabam inevitavelmente por ver na última uma forma de repressão social ou institucional que roça a censura. Em condições normais, a sua reacção natural – habituados que estão à noção primordial de liberdade individual – é a de se revoltarem contra essa pressão ilegítima; ao fazê-lo, frequentemente rejeitam não só a versão exacerbada do politicamente correcto, mas a correcção política como um todo – incluindo a sua dimensão que começámos por reconhecer como socialmente indispensável. E se há algo que a política democrática nos tem ensinado em anos recentes será precisamente o facto doloroso de que quando uma tal rejeição liminar da correcção política acontece, aqueles que a levam a cabo tornam-se eventualmente vítimas (voluntárias ou não)

9. “it practices a social tyranny more formidable than many kinds of political oppression, since [...] it leaves fewer means of escape, penetrating much more deeply into the details of life, and enslaving the soul itself” (Stuart Mill, 2008, pp. 8-9)

de demagogos e populistas que “dizem as coisas como são”, e que rejeitam publicamente e orgulhosamente a ortodoxia do “politicamente correcto”¹⁰.

Visto desta forma, torna-se claro que uma tal correcção política exacerbada tem, em última análise, um efeito de erosão sobre o processo democrático; tal como na história de Pedro e do lobo, é importante *para o bem da correcção* política – da sua dimensão legítima e necessária – que os seus defensores sejam capazes de avaliar correctamente as causas pelas quais vale efectivamente a pena lutar, e aquelas que não. Assumir todas indiscriminadamente como se delas dependesse o futuro da *polis* não é apenas irrazoável; é genuinamente *contraproducente*. Pois por cada causa advogada pelos defensores da correcção política que os seus críticos forem capazes de dismantelar e plausivelmente retratar como exagero gritante, assim diminuirá substancialmente a predisposição generalizada dos indivíduos para considerar problemas verdadeiramente cruciais nessa área. Se progredirmos desta forma, eventualmente todos os problemas sociais que possam ser agrupados sob o epíteto do “politicamente correcto” – incluindo aqueles cuja importância política e social dificilmente se pode exagerar, como casos críticos de discriminação racial e de género que perduram (a desigualdade salarial entre géneros salta à vista como exemplo) – serão passíveis de ser descartados por uma sociedade exaurida por acusações inconsequentes de incorrecção política. Isto, por seu turno, abrirá a porta à proliferação do tipo de demagogia que mencionámos acima, aumentando a permeabilidade à mesma não só da parte dos eleitores que seriam sempre mais susceptíveis ao extremismo político, mas mesmo da parte de eleitores normalmente moderados, mas que perderam simplesmente a paciência para com as exigências do “politicamente correcto”. Ironicamente, então, torna-se inteiramente possível que esta nova forma de tirania da maioria, disfarçada como a defesa do direito da minorias a não serem “ofendidas”, acabe por conduzir-nos, em última análise, a uma tirania no sentido clássico.

10. Convém atentar que, em virtualmente todos os exemplos deste fenómeno, este facto não é visto como um aspecto circunstancial de um determinado candidato/candidatura, mas sim como uma sua característica essencial. Foi esse o caso com Duterte, Orbán, Trump, Salvini, Bolsonaro, e etc.

Em jeito de conclusão, afigura-se nos como evidente que existe seguramente um equilíbrio virtuoso que devemos procurar no problema da correcção política, um equilíbrio que nos permita alcançar uma situação em que as minorias não sejam silenciadas ou perpetuamente visadas por preconceitos insidiosos, mas que não degenerem numa forma de auto-censura capaz de criar novos e injustificados tabus, e que acabe por erodir a qualidade da nossa existência e discurso políticos. A lição a tirar de *Fahrenheit 451* a este respeito talvez seja que, se nos deixarmos perder na imediatez das nossas vidas e na panóplia de *divertissements* tecnológicos que nos aliciam, é bem possível que nos passe despercebido o momento em que a nossa falta de atenção a fenómenos cruciais como a degenerescência da correcção política nos roubará a possibilidade de uma existência genuinamente democrática. No final de contas, poderemos aperceber-nos que uma *tiranía das necessidades mal compreendidas da minoria* pode ser tão perigosa para a democracia como uma tirania da maioria.

Referências

- Bloom, A. (1987). *The closing of the American mind*. Nova Iorque: Simon & Schuster
- Bradbury, R. (2012). *Fahrenheit 451*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Fox, J., Koloen, G., & Sahin, V. (2007). No joke: A comparison of substance in The Daily Show with Jon Stewart and broadcast network television coverage of the 2004 presidential election campaign. In *Journal of Broadcasting & Electronic Media* 51 (2), pp. 213-27.
- McGowan, W. (2003). *Coloring the news: How political correctness has corrupted American journalism*. São Francisco: Encounter Books.
- Pascal, B. (1999). *Pensées and other writings*. Oxford: Oxford University Press.
- Pew Research Center for the People & the Press (2004, 11 de Janeiro). *Cable and internet loom large in fragmented political universe: Perceptions of partisan bias seen as growing*. Washington: Author.
- Stuart Mill, J. (2008). *On liberty*. Oxford: Oxford University Press.
- Tocqueville, A. (2003). *Democracy in America*. Londres: Penguin Classics

A TEIA DE *CONTRA-FRAMES* NA DESCONSTRUÇÃO DA UTOPIA SOCIALISTA SOVIÉTICA, NA OBRA DE SVETLANA ALEXIEVICH

Nisia Alejandra Rizzo de Azevedo¹

Resumo: Este artigo apresenta uma proposta de análise de *contra-frames* em dois livros da jornalista e escritora ucraniana, Nobel de Literatura (2015), Svetlana Alexievich, integrantes da série “Vozes da Utopia”: “A Guerra não tem rosto de Mulher” (1985) e “As Últimas Testemunhas: cem histórias sem infância” (1985), a partir da Análise de Conteúdo, Análise Crítica do Discurso e *Frame Analysis*. Trata-se da identificação das contradições entre os sentidos trazidos pelas vozes testemunhais e o culto à vitória da participação da ex-URSS na Segunda Guerra Mundial, origem do *frame dominante* da “Grande Guerra Pátria” (Tumarkin, 1994). Toca-se, portanto, na questão da “utopia socialista” (Mannheim, 1952; Ricoeur, 1975; Bauman, 1976), repleta de complexidades, da noção utópica de socialismo e à vida concreta das pessoas. Os novos sentidos para a guerra, que provêm das mentes de cidadãos comuns, individuais e concretos, são os *contra-frames* (Entman et alli, 2009; Constantinescu & Tedesco, 2007) para o Estado Soviético, abstrato e monológico. A “Grande Guerra Pátria” é, assim, *contra-enquadrada*, no primeiro livro, como um conjunto de tensões entre relações binárias (masculinidade e feminilidade, vida e morte, memória e esquecimento,

1. Professora Assistente no curso de Comunicação Social da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutoranda em Estudos de Comunicação na Universidade da Beira Interior (Ubi), com bolsa FCT, e investigadora no Labcom.IFP. Contacto: nisiarizzo@yahoo.com.br

beleza e feiúra, juventude e velhice, patriotismo e desencantamento, amor e ódio) e, no segundo livro, como o lugar da orfandade, literal e do Estado, da abreviação da infância e também dos limites da própria utopia socialista.

Palavras-chave: Svetlana Alexievich; Utopia, *Frame Analysis*, Contra-frames, Análise Crítica do Discurso.

Este artigo traz algumas reflexões que integram a investigação de doutoramento, em curso, intitulada “Multiperspectivas na construção de frames: análise crítico-discursiva de *contra-frames* na obra de Svetlana Alexievich”. Este é um estudo a respeito da construção de *contra-frames* na obra não-ficcional da primeira jornalista a receber, em 2015, o Prêmio Nobel de Literatura, pelo conjunto de cinco livros, pertencentes ao gênero Prosa Documental do tipo testemunhal², reunidos na série intitulada “Vozes da Utopia”. Para este artigo, selecionamos os dois primeiros livros publicados, ambos contextualizados na Segunda Guerra Mundial.

São objetivos da investigação em curso identificar a construção de *frames* ou enquadramentos na obra de Svetlana Alexievich; demonstrar como a autora constrói *contra-frames* para *frames* dominantes na cultura soviética; e propor uma análise crítico-discursiva de perspectivas de mudanças sociais a partir da construção e articulação entre *frames* e *contra-frames*. O *corpus* da pesquisa é abordado a partir de três questões principais: 1) Qual o *frame* dominante em cada um dos livros da autora?; 2) Como as vozes testemunhais reenquadram os *frames* dominantes ou, em outras palavras, quais são os *contra-frames*? e 3) Que relações de sentido há entre os *frames* dominantes e os *contra-frames*? A identificação de categorias analíticas está circunscrita

2. Em uma tese pioneira de mestrado, de Doris Scribner, na Universidade de Missouri-Columbia (EUA), sobre “Vozes de Chernobyl: história de um desastre nuclear”, de autoria de Svetlana Alexievich, a investigadora enquadra a obra de Alexievich, em contraste com a literatura ficcional, na tradição da “Prosa Documental”, guardando proximidade com a literatura de traumas. A prosa documental baseia-se em evidências documentais sobre o espaço e o tempo reais, a partir da interpretação do sentido dessas evidências. Para Scribner, “é menos uma história em documentos que um arranjo estético de documentos” (2008, 32). Já o professor da Universidade Autônoma de Barcelona, Albert Chillón (2014), utiliza o termo “prosa documental testemunhal”, a partir do qual consideramos a obra de Alexievich, englobando uma variedade de produções literárias construídas a partir de evidências e centradas em relatos de testemunhos captados, principalmente, com recurso à História Oral.

aos livros da autora, nos quais é possível identificar tensões e contradições entre sentidos dominantes e periféricos para os acontecimentos tratados, a partir da articulação entre frames individuais e midiáticos presentes no interior do material analisado.

A ênfase na eleição de relatos testemunhais de fontes comuns, traço marcante na obra de Alexievich, não é novidade no jornalismo literário, campo de produção discursiva com o qual a obra da autora possui intersecções. Já o fizeram à exaustão autores do *New Journalism* e o fazem ainda os que se enquadram no “jornalismo de beiradas”. (Assunção, 2014) A escolha do desigual, do periférico, daquele que não corrobora o discurso hegemônico, são traços essenciais desta prática discursiva, que marca a produção de alguns escritores, como o norte-americano James Agee, no livro “Elogiemos os homens ilustres”, que nasceu de uma recusa da revista *Fortune* em publicá-lo, na década de 1930, por mostrar de forma crua as péssimas condições de vida de brancos e negros pobres nas plantações de algodão do Alabama.

Os pobres e miseráveis, as beiradas ou as franjas da sociedade, não são pautas frequentes no jornalismo. Mas alguns jornalistas quebraram essa regra e decidiram que a parte marginalizada da sociedade deveria, sim, aparecer em jornais e revistas como uma parte necessária e digna de ser mostrada a todos. E eles foram, deliberadamente ou não, os fundantes do chamado jornalismo de beiradas. (Assunção, 2014, 23)

Nos cinco livros da série “Vozes da Utopia”, Svetlana Alexievich elege como fontes pessoas comuns, cujas versões dos acontecimentos relacionados ao regime comunista soviético permaneceram silenciosas e silenciadas por muitos anos, ainda que também entreviste pessoas associadas a cargos e instituições, em alguns casos. “A guerra não tem rosto de mulher” (1985) traz uma versão nua, crua e feminina da Segunda Guerra, e “As Últimas Testemunhas: cem histórias sem infância” (1985) reúne memórias doloridas dos que tiveram a infância abreviada no mesmo conflito. Em “A Guerra não tem Rosto de Mulher”, Alexievich justifica a escolha das vozes que falam em sua obra:

Já houve milhares de guerras, grandes e pequenas, conhecidas e desconhecidas. E escreveu-se tanto sobre elas. Ainda assim... Escreveram homens e sobre homens: isto ficou logo claro. Tudo o que sabemos sobre a guerra chegou até nós através da ‘voz masculina’. Somos todos prisioneiros das noções ‘masculinas’ e das sensações ‘masculinas’ da guerra. Das palavras ‘masculinas’. E as mulheres estão caladas. (...) Mesmo as mulheres que estiveram na frente de combate estão caladas. (...) Nas minhas viagens, enquanto jornalista, fui mais de uma vez testemunha e única ouvinte de textos inteiramente novos. (...) Quando falam as mulheres, elas não mencionam, ou quase não mencionam, o que nos habituámos a ler e ouvir: como umas pessoas matavam heroicamente outras e venceram. Ou perderam. Que meios tinham, quem eram os generais. A guerra ‘feminina’ tem as suas cores, os seus cheiros, a sua iluminação e o seu espaço de sentimentos. Tem as suas palavras. Nesta guerra, não há heróis nem proezas incríveis, mas tão-só as pessoas ocupadas na sua atividade humana e simultaneamente desumana.” (2016, 15-6)

As Vozes da Utopia

Antes pouco conhecida fora do Leste Europeu, Svetlana Alexievich afirma ter criado um gênero literário que denomina “romance de vozes” e tem a pretensão de contar “histórias dos sentimentos”, a partir da vida cotidiana das pessoas, sem repetir os acontecimentos históricos do ponto de vista factual. Sua obra desafia as mitologias seculares da cultura soviética e inova ao priorizar vozes testemunhais dissonantes e posicionar a voz autoral, na maior parte do tempo, nos bastidores. Assim ela descreve o trabalho que realiza:

Tenho andado à procura de um método literário que me permita a maior aproximação possível à vida real. A realidade sempre me atraiu, como um íman. Ela tortura-me, hipnotiza-me, quero capturá-la na minha escrita. Por isso apostei neste gênero em que recorro a verdadeiras vozes humanas e suas confissões, histórias de testemunhas e documentos.

É assim que oiço e vejo o mundo – como um coro de vozes individuais e uma colagem de pormenores do quotidiano. É assim que posso ser, ao mesmo tempo, uma escritora, uma repórter, uma socióloga, uma psicóloga. (Expresso, 11/3/2017)

Apesar de identificar seu ofício mais como escritora do que jornalista, a autora utiliza técnicas de entrevista também comuns ao jornalismo, como as entrevistas narrativas típicas da História Oral. Assim, busca reescrever a recente história soviética utilizando como recurso principal um método de recolha e tratamento de dados, cuja relação é estreita com a arte de escutar, com interrupções mínimas ao relato do entrevistado. A História Oral assemelha-se à História de Vida, pois ambas investigam menos os aspectos factuais dos acontecimentos e mais as experiências pessoais e os sentimentos mais profundos das pessoas envolvidas. No entanto, a História de Vida possui um aspecto mais auto-biográfico e de duração, enquanto na História Oral prevalece a opção por pessoas comuns, responsáveis por construir histórias mais específicas e credíveis, porque trazem os pontos de vista de quem as vivenciou. (Coleman, 2010, 94).

Svetlana Alexievich entrevista muitas vezes a mesma pessoa. Para cada livro, entre 300 e 500 fontes, das quais seleciona para compor cada livro cerca de 100 testemunhos mais marcantes. De alguma maneira, a autora recria o imaginário de sua infância, quando escutava as histórias de guerra nas vozes das mulheres que fazem parte de sua memória pessoal. Ao mesmo tempo, usa poucas informações referenciais: apenas os nomes dos entrevistados, quando permitem que se lhes revelem, a idade e a profissão, segundo ela fatores importantes porque revelam o tempo de existência e o modo de cada um ver o mundo. E seleciona pessoas de orientações ideológicas diversas, sendo possível encontrar relatos de quem acredita ainda no Estado Stalinista e dos desencantados com o ideal comunista.

Sabe-se que a autora levou de cinco a dez anos trabalhando em cada livro, mas as entrevistas não são datadas, nem ilustradas com fotografias. O que se revela nos livros é a força dos relatos, como se o leitor fosse convidado a

sentar-se para escutar essas histórias narradas individualmente, quiçá “assistindo” aos acontecimentos mesclados por sentimentos. Assim é porque a autora sempre se sentiu mais atraída pela versão da história da ex-URSS contada pelas pessoas, nas ruas, do que pelas versões contadas nos livros. (Hartsock, 2015).

Ao convocar essas vozes por tanto tempo silenciadas, de pessoas comuns que vivenciaram as agruras do regime socialista autoritário soviético, ela traz à tona uma versão disruptiva da história da utopia socialista soviética. A visão dela, que nunca se filiou ao Partido Comunista, é tão dissonante em relação ao culto da “Grande Guerra Pátria”, nome com o qual a Segunda Guerra é mais conhecida na ex-URSS, que ambos os livros que tratam do assunto sofreram resistência das editoras para serem publicados, porque trazem uma narrativa que não enaltece a ideologia comunista e evidencia os horrores da guerra. O lapso entre a entrega dos originais e a publicação de “A Guerra não tem Rosto de Mulher”, por exemplo, é de 10 anos.

A despeito de os temas trazidos por Svetlana Alexievich parecerem, a princípio, circunscritos à realidade europeia, especificamente a do Leste Europeu, ainda assim periférica em relação à União Europeia, a forma como ela constrói seus livros possui caráter universal e político, no que diz respeito a um processo de posicionamento discursivo que faz a opção por vozes ainda não reveladas de pessoas comuns, que contam os acontecimentos a partir de perspectivas que não são as mesmas priorizadas pela mídia hegemônica, cujas fontes principais são as oficiais, representantes de instituições e porta-vozes de versões estereotipadas dos acontecimentos.

Em uma das raras entrevistas em que menciona diretamente a questão da utopia em sua obra, concedida à editora Companhia das Letras, que editou seus livros no Brasil, Svetlana diz se considerar uma escritora independente, não pertencente apenas à cultura soviética, mas que escreve sobre o “reino da utopia soviética”, associado ao antigo império soviético. “Eu continuo a escrever sobre o homem comum em luta contra a grande utopia.

Eu descrevo o desaparecimento dessa utopia e como isso afeta a pessoa comum”, disse a autora, em 26 de abril de 2016.

Já no excerto de “A Guerra não tem Rosto de Mulher”, ela descreve e sintetiza seu método:

Não me limito a gravar. Recolho, sigo a pista do espírito humano, lá onde o sofrimento faz um homem grande de um homem pequeno. Onde um homem cresce. E ele deixa então de ser para mim o proletariado da história, mudo e que não deixa marcas. A sua alma abre-se. Em que consiste, pois, o meu conflito com o poder? Compreendi: uma grande ideia precisa de um homem pequeno, não precisa do grande. (Alexievich, 2016, 29)

A Grande Guerra Pátria

Svetlana Alexievich busca compreender o outro lado do culto do heroísmo das guerras passadas e dos arraigados sonhos de grandeza do grande império russo, resumidos à referência substantivada “Grande Guerra Pátria”. Trata-se de um termo que traduz o culto às comemorações e aos desfiles de ex-combatentes condecorados, que se repetem anualmente, até hoje, embora com menor força, na Praça Vermelha, em Moscou, desde 9 de maio de 1945, dia em que a Alemanha se rendeu e foi declarado o fim da II Guerra. A comemoração da data associa a vitória soviética ao triunfo do Partido Comunista e do regime comunista no mundo, assim como a suposta salvação da Europa da escravidão do fascismo.

Ao mesmo tempo, o termo posiciona a ex-URSS como vítima da história, apagando, por exemplo, suas ambições expansionistas ao assinar o Pacto Nazi-Soviético de Não-agressão, em 1939, o alto custo da participação soviética na guerra (cerca de 30 milhões de mortos) e os massacres que empreendeu, como o fuzilamento de 22 mil prisioneiros de guerra, entre eles inúmeros poloneses, na Floresta de Khatyn, só reconhecido, pela URSS, na década de 1990.

Ales Adamovich, escritor bielorusso e mentor de Alexievich, escreveu a respeito desse massacre e, no verão de 1990, segundo a historiadora Nina Tumarkin, publicou um artigo em que propõe a revisão histórica do termo “Grande Guerra Pátria”, desgastado e sinônimo de visão conservadora, substituindo-o por “uma guerra com Hitler”. Ex-partisan, Adamovich explica que, ao pagarem o preço de uma vitória sobre o fascismo, os soviéticos promoveram a “vitória da tirania absolutista de Stalin” em um contexto em que não havia unidade entre os soviéticos e os *partisans* eram vistos com desconfiança pelo Exército Vermelho, a ponto de os reforços para os partisan bielorrussos nunca terem chegado e muitos terem sido dizimados por tanques alemães porque Stalin preferiu lhes “dar” uma “morte heroica”.

O último verso do poema de Olga Berggolts, gravado no monumento “Motherland” (Volvogrado, 1967), tornou-se uma espécie de lema do culto à Grande Guerra Pátria: “Ninguém nem nada será esquecido”. A frase destaca o culto à memória dos heróis de guerra, espécie de obsessão russa em esculpir e gravar os nomes de soldados mortos em muros e monumentos, revelando também, por outro lado, uma compulsão em esconder a memória do horror da guerra, que é o que Svetlana Alexievich vai resgatar e incluir nestes dois livros.

A autora enfatiza ainda a questão sob uma perspectiva de gênero, pois o Dia da Vitória foi, desde sempre, uma data comemorativa masculina, em que os homens desfilavam com suas medalhas, mas as mulheres tinham vergonha de o fazer, em especial pelo preconceito que sofreram por terem ido para a guerra³. Embora mais de 800 mil mulheres tenham servido ao Exército Vermelho, tendo sido a Rússia o país que mais enviou mulheres para a Segunda Guerra, apenas 92 foram reconhecidas como heroínas.

3. Em “A Guerra não tem Rosto de Mulher”, há relatos de ex-combatentes sobre os preconceitos que sofreram da sociedade soviética pós-guerra, tendo sido nomeadas “putas do front”. Algumas escondiam o passado na guerra para continuarem moças casadoiras. Mas o que moveu muitas dessas mulheres foi o desejo de servir ao Partido Comunista e combater em nome da pátria. “Como é que a Pátria nos recebeu? (...) Os homens não diziam nada, mas as mulheres... Gritavam-nos: ‘Bem sabemos a que se dedicaram lá! Seduziam os nossos homens com as vossas jovens conas... Putas da frente... Cabras da trincheira...’ (Alexievich, 2016, 306)

Nos fronts, as heroínas não só lutaram, como exerceram inúmeras funções, de lavadeiras a datilógrafas, enfermeiras, médicas, telefonistas, sapadoras, aviadoras, fuzileiras e comandantes de pelotão. E suas vozes entoavam a canção “A Guerra Sagrada”, utilizada, desde 1941, pelo Coro do Exército Vermelho, para animar os soldados: “Ergue-te, ó imenso país... Ergue-te para uma batalha mortal...” (Alexievich, 2013, 69).

A Utopia Socialista

O termo “socialismo”, mais abrangente que comunismo, engloba etiquetas muito gerais, incluindo o anarquismo, e mantém ênfase na priorização da igualdade e da liberdade como valores sociais essenciais (Spindel, 1980). A Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, instaurou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e uma utopia que se transforma, a seguir, em ideologia de estado comunista, gerando um movimento político que se espalha pelo mundo, no século XX.

Tem, como se sabe, base ideológica marxista-leninista, e questiona o modo capitalista de produção e organização da sociedade. Trata-se do “mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna”, com consequências práticas mundiais “maiores e mais duradouras” que a disseminação do ideário da Revolução Francesa, precisamente porque 1/3 da humanidade passou a viver em regimes comunistas socialistas, para conter o avanço predatório do capitalismo (Hobsbawn, 2014, 64).

Apesar das distorções do regime comunista, em suas diversas experiências, especialmente na ex-URSS, a “utopia socialista” permanece não completamente bem sucedida, a ser ainda realizada em sua plenitude, ou seja, um *desideratum* (Bauman, 1976). No nível pragmático, a utopia tende, segundo Mannheim, para a alteração da ordem vigente, enquanto a ideologia, para a sua manutenção. Ambas relacionam-se, portanto, à noção de poder.

A utopia, esse “nenhures irrealizável”, pode ser mais bem compreendida como crítica a uma ordem social vigente. (Ricoeur, 1975) Assim, são utopias todas as ideias transcendentais à situação. Para explicar como essa dinâmica

funciona, Ricoeur relembra, em suas lições, na Universidade de Chicago, em 1975, que Mannheim identifica a coexistência de múltiplos modos de pensar na sociedade e os relaciona às noções de ideologia e de utopia, criando uma tipologia sociológica de mentalidades, entre as quais destaca-se a mentalidade utópica socialista-comunista, cujo ideário de liberdade e de igualdade tende a ser realizado, no futuro.

Pois, segundo Ricoeur, é do lugar da utopia que emergem as críticas às ideologias e é característica da utopia ser oposição em relação a uma realidade existente. Assim, a utopia – como gênero declarado, nomeado e assumido por alguém ou algum grupo social – é representada por discursos alternativos e relações de tensão entre os lugares de autoridade de discursos hegemônicos e periféricos que desestabilizam sua legitimidade.

É precisamente no campo das utopias que podem emergir *frames* alternativos associados à utopia-ideologia socialista-comunista na contemporaneidade. Trata-se, em outras palavras, de questionar, para o *corpus* analisado: de que forma os testemunhos escutados por Svetlana Alexievich recontam a história da participação das mulheres e das crianças soviéticas na Segunda Guerra Mundial, ressignificando o *frame* dominante da “Grande Guerra Pátria”? Ou que novos sentidos para a guerra trazem estas “Vozes da Utopia”?

No caso soviético, Bauman observa ainda que o poder do Estado irrompeu em autoritarismo e na redução da sociedade civil a um papel secundário, negando-lhe a liberdade e posicionando-a hierarquicamente num nível inferior. Acrescentamos que o Estado Soviético reservou à sociedade civil o lugar de heróis condecorados pela luta na implantação do ideário comunista, no caso da participação na Segunda Guerra Mundial, e soube utilizar muito bem mecanismos de controle na construção e na manutenção da imagem de um Estado poderoso e heróico, por meio da propaganda e da mídia hegemônica, acima do valor das histórias individuais silenciadas por tanto tempo.

Enquadramento teórico e métodos de análise

O *corpus* da pesquisa é abordado a partir da teoria do enquadramento ou *frame analysis*, cujo propósito é examinar como alguns aspectos da realidade tornam-se mais salientes, “nas formas singulares como se promove a definição de um problema específico, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para um item descrito”. (Entman, 1993, 52) O que Svetlana Alexievich enfatiza, propriamente, em seus temas de interesse, é um dos níveis dos processos de enquadramento, além do que é ditado pela cultura, pelas elites, pelos profissionais e pelos textos de comunicação: o que está nas mentes dos cidadãos individuais e concretos e pode preencher lacunas informativas e silêncios, com diferentes pontos de vista, construindo assim *contra-frames* para *frames* dominantes (Entman et alli, 2009).

Os efeitos de enquadramento são complexos, pois funcionam a partir de quadros que “competem” entre si a atenção da audiência. Enquanto na teoria do agendamento, a exposição aos temas agendados publicamente seria, em tese, suficiente para torná-los agendas pessoais; no *framing*, a lógica não é a mesma. Efeito midiático de matriz cognitiva, assim como o agendamento, o *framing* pode ser aplicado a uma ampla variedade de objetos de análise, como livros e imagens, e possui viés também sociológico, pois os “pacotes interpretativos” associados a questões enquadradas por discursos dominantes na sociedade interagem com os esquemas mentais de jornalistas e da audiência e nem sempre são assimilados como se pretendem na origem. (Van Gorp, 2007) A seletividade pode ocorrer na produção e na recepção das informações.

Na obra de Alexievich, ao *frame* dominante do Estado Soviético, abstrato e monológico, contrapõem-se *contra-frames* que quebram estereótipos e sentidos cristalizados, associados aos temas por ela tratados. Ou seja, em um pólo está o *frame* dominante, associado à utopia-ideologia socialista e, no caso de ambos os livros, ao mito da Grande Guerra Pátria. No outro pólo, os *contra-frames*, categorias construídas a partir das múltiplas vozes teste-

munhais, que atribuem novos sentidos ao *frame* dominante, causando um efeito de explosão de sentidos.

Contra-frames são, propriamente, *frames* contrários a um *frame* anterior, já processado pela audiência, que competem com o *frame* dominante a atenção da audiência e podem substituí-lo ou gerar múltiplas perspectivas. (Chong & Druckman, 2012) Já a ideia de multiperspectivas na produção de *contra-frames* encontra guarida nas reflexões de Hertog & McLeod (2001), que esgarçam a definição de *frames* trazida por Reese (2001)⁴, considerando-o mais do que princípios, conteúdos próprios regidos por regras específicas de processamento. Nos *frames*, sobrepõem-se os aspectos culturais aos cognitivos, destacando-se sua natureza simbólica, constituída por mitos, narrativas e metáforas. Os *frames* integram assim um conjunto maior de crenças partilhadas e podem conter aspectos ideológicos, embora não sejam determinados necessariamente por ideologias.

Para permitir a identificação de *frames* e *contra-frames* em um *corpus* de investigação definido, a *Frame Analysis* pode apoiar-se em metodologias auxiliares, como a Análise de Conteúdo e a Análise Crítica do Discurso (ACD), esta tão diversa que atende hoje pela nomenclatura Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines (CADAAD). A Análise de Conteúdo, embora tradicionalmente funcione como um método mais quantitativo que qualitativo, em nossa investigação, optamos por operacionalizar seu uso na definição das categorias de análise, para chegar à identificação de indicadores, no conteúdo das mensagens, que possam permitir “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2010, 44).

Ou seja, o que vamos fazer, neste artigo, é apresentar a teia de *contra-frames* trazidos pelos relatos das testemunhas escutadas pela autora, nomeando-os, articulando-os ao *frame* dominante e procurando identificar os efeitos de

4. Para Reese, *frames* são “princípios organizacionais, socialmente partilhados e persistentes longo do tempo, que atuam simbolicamente, trazendo sentidos para a estrutura do mundo social.” (2001, 11) Segundo o autor, os *frames* são princípios de organização da informação que podem ser encontrados no discurso midiático, dentro dos indivíduos e em práticas sócio-culturais.

sentido que produzem, em uma perspectiva de tensionamento em direção a mudanças sociais decorrentes de alterações discursivas, de acordo com os propósitos da Análise Crítica do Discurso proposta por Norman Fairclough. O teórico inglês recorre às noções gramscianas de hegemonia e de contra-hegemonia para viabilizar o estudo das relações entre discurso e mudança social. Pois, as relações entre discurso e hegemonia materializam-se em práticas discursivas “que naturalizam relações e ideologias [crenças, conhecimentos, posições, relações] específicas” com o objetivo de “perpetuar e reproduzir dimensões culturais e ideológicas da hegemonia”. (Fairclough, 1997, 80-82).

Fairclough compreende a prática social como uma forma de atividade social relativamente estável (consultas médicas, sistema educacional, notícias na TV, refeições em família etc) e em articulação com diversos elementos sociais, cuja configuração é também relativamente estável, incluindo o discurso. Assim ele explica sua concepção de discurso:

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma com que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (Fairclough, 2001, 90-1)

Proposta analítica

Em “A Guerra não tem rosto de Mulher”, os *contra-frames* emergem a partir de relações binárias, a saber: a Grande Guerra Pátria é enquadrada, ou contra-enquadrada, melhor dizendo, como um conjunto de tensões entre as noções de masculinidade e feminilidade; vida e morte, memória e esquecimento, beleza e feiúra, juventude e velhice, patriotismo e desencantamento,

amor e ódio, conforme verificadas a seguir, em excertos comprovativos de ambos os livros analisados.

i) Masculinidade x Feminilidade:

“Faça um corte masculino.’ ‘Mas é uma mulher.’ ‘Não, ela é soldado. Volta a ser mulher depois da guerra.’” (2016, 214)

“Entre nós havia muitas raparigas bonitas... (...), todas pintaram as sobrancelhas. O comandante deu-nos uma boa ensaboadela: ‘Vieram para combater ou para um baile?’ Choramos a noite inteira, a limpar as sobrancelhas. Na manhã seguinte, ele repetiu a cada uma: ‘Preciso de soldados, não de damas. As damas não sobrevivem na guerra.’” (2016, 241)

“Ao ver uma mulher na linha de frente, os rostos dos homens alteravam-se, até o som de uma voz feminina os transformava. Uma noite sentei-me junto do abrigo e pus-me a cantar baixinho. Pensei que estavam todos a dormir e que ninguém me ouvia, mas de manhã o comandante disse-me: ‘Não dormimos. Tínhamos tanta saudade de uma voz feminina...’” (2016, 203)

“Parece-me ter vivido duas vidas, a de homem e a de mulher...” (2016, 241-2)

“Para mim, o pior na guerra era ter de usar calções de homem. Isso é que era horrível. (...) Em suma, ficamos com um aspecto cômico. Ridículo.” (2016, 111)

“O organismo ficava de tal forma transformado, que durante a guerra não éramos mulheres. Não tínhamos essas coisas de mulher... O período... E depois da guerra nem todas puderam ter filhos. (...) A contragosto, no andar e nos movimentos aparecia algo masculino. Quando a guerra acabou, fizeram-nos vestidos cor de caqui. Sentimos então que éramos raparigas...” (2016, 248)

“Dizia-se que era um desejo masculino, o de ir combater. Pode lá uma mulher matar? São mulheres anormais, deficientes... Não! Mil vezes não! Não, era um desejo humano.” (2016, 250)

“Empenhávamo-nos mais do que os homens, ainda devíamos demonstrar que não éramos piores do que os homens. Durante bastante tempo eles tiveram uma atitude conosco entre a arrogância e a condescendência: ‘Ora, vamos lá ver o que nos tramam estas ‘combatentes.’” (2016, 253)

“Fui a primeira mulher oficial de carreira na Marinha de Guerra. (...) Naquela altura surgiu na imprensa britânica a notícia de que na marinha russa combatia uma criatura estranha: não era homem nem mulher. E que ninguém teria vontade de desposar aquela ‘lady de adaga’. Pois enganavam-se aqueles senhores, casei-me com o oficial mais bonito...” (2016, 256)

ii) Morte x Vida:

“Queria matar...Queria atirar... Apesar de tentarem convencer-me da importância do telefone na artilharia. Mas o auscultador não dispara...” (2016, 151)

“Se os fascistas vierem para Leningrado e pisarem a minha rua, vou escaldá-los com água a ferver. Estou velha, não sou capaz de fazer outras coisas...” (2016, 153)

“... não queria fotografar a morte. Os mortos. Fotografava quando os soldados descansavam, fumavam, riam-se, recebiam as condecorações. E hoje... Os jornalistas me perguntam: ‘Tirou fotografias aos mortos? Ao campo de combate...? Pus-me a procurar... Tenho poucas fotografias da morte... Quando alguém perdia a vida, os companheiros pediam-me: ‘Tens alguma fotografia em que ele esteja vivo?’ Procurávamo-lo vivo... Uma em que estivesse a sorrir...” (2016, 216)

iii) Recordar x Esquecer:

“Na maioria das vezes, já são duas pessoas: aquela pessoa e esta, a jovem e a velha. A pessoa na guerra e a pessoa depois da guerra. Muito tempo depois da guerra. Não me abandona a sensação de que ouço duas vozes ao mesmo tempo...” (2016, 181)

“Eu gostaria de esquecer. Quero... Quero viver pelo menos um dia sem a guerra. Sem a nossa memória dela... Um dia que seja.” (2016, 144)

“Vou explicar-te: recordar é terrível, mas não recordar é mais terrível ainda.” (2016, 159)

“Tenho sempre medo de tirar esta história da memória”. (2016, 141)

“Na guerra, esqueci tudo. A minha vida anterior. Tudo... Também esqueci o amor...” (2016, 187)

iv) Beleza x Feiúra:

“Ela jazia tão bonita no caixão...Como uma noiva...” (2016, 237)

“Sempre tentei andar aprumada, airosa. Diziam-me muitas vezes: ‘Meu Deus, estás tão limpinha, por acaso estiveste num combate?’ Eu receava muito que, se me matassem, ficasse feia a jazer no chão. Vi muitas raparigas mortas... Na lama, na água... Bem... Isso é que não... Não queria morrer assim...” (2016, 203)

“Todos os homens ficam bem de uniforme. E as mulheres? Que aspecto tínhamos? Andávamos de calças, não era permitido usar tranças, tínhamos o cabelo cortado a rapaz. Já no fim da guerra autorizaram-nos penteados ao invés de cortar os cabelos.” (2016, 205)

“Mas também tínhamos vontade de estar bonitas... Passei a guerra inteira com medo de ficar com as pernas mutiladas. Tinha umas pernas bonitas. Seria igualmente importante para um homem? Mesmo que perca as pernas, não lhe importa tanto. É um herói na mesma. Moço casadoiro! Se uma mulher for mutilada, fica com o destino traçado. Destino de mulher...” (2016, 239).

“Atravessei toda a guerra com um sorriso... Considerava que tinha de sorrir, quanto mais porque uma mulher deve irradiar luz.” (2016, 239)

“Claro que estava com fome, mas venceu-me o instinto de mulher: estar bonita.” (2016, 242) [A depoente recebe dois ovos de presente para se alimentar, mas ao invés de comê-los, prefere limpar as botas com eles.]

“Fica apenas um medo: ficarmos feias depois de morrermos. Um medo feminino...” (2016, 245-6)

v) Juventude x Velhice:

“A diretora do berçário, uma mulher nova, ficou com os cabelos completamente brancos.” (2016, 340)

“As minhas amigas dançavam, divertiam-se, mas eu não era capaz, olhava para a vida com olhos de velha. A partir de um mundo diferente... Era uma velha! (...) Na guerra, a alma do ser humano envelhece. Depois da guerra, nunca mais voltei a ser jovem...” (2016, 189)

“O meu marido veio inválido da guerra. Não veio jovem, mas velho, e eu tive mais uma preocupação: o meu filho estava habituado a pensar que o pai era clarinho, bonito, mas quem veio era um homem velho e doente.” (2016, 353)

vi) Patriotismo x Desencantamento:

“Escrevi, pedi, implorei que me enviassem para a frente de combate. Éramos educados no sentido de nada se passar no nosso país sem a nossa participação. Ensinaram-nos a amá-lo. Admirá-lo.” (2016, 250)

“Sempre acreditei... Acreditei em Estaline... Acreditei em comunistas. Eu própria fui comunista. Acreditava no comunismo...Fui combatente partisan por dois anos... Perdi as pernas... Foram-me cortadas... Depois do discurso de Khrushchev no XX Congresso do Partido, quando falou dos erros de Estaline, adoeci, fiquei de cama.” (2016, 329-30)

“Fui para a frente como materialista. Ateia. Uma boa aluna soviética, bem ensinada. E lá... Comecei a rezar... (...) Ninguém me via rezar. Fazia-o em segredo. Rezava à socapa. Com cautela.” (2016, 107)

“Não tenho vergonha do meu cartão do Partido e não o reneguei. A minha fé não tem mudado desde 1941...” (2016, 224)

vii) Amor X Ódio:

“Um dos nossos oficiais apaixonou-se por uma rapariga alemã. (...) Foi despromovido e enviado para a retaguarda. Se a tivesse violado... (...) De repente, um caso de amor. É uma traição, claro... Apaixonar-se por uma alemã, filha ou mulher do inimigo?” (2016, 365)

“Eu, que jurei que odiava a todos... Pedia aos soldados o que tivessem, qualquer sobra da ração, um torrãozinho de açúcar, e dava às crianças alemãs.” (2016, 362)

“Quando via prisioneiros alemães, só me apetecia atirar-me a um deles. Estrangulá-lo. Estrangulá-lo com as mãos, roê-lo com os dentes. Não os abateria, seria uma morte demasiado fácil para eles. Não utilizaria armas, nem fuzis...” (2016, 311-2)

Já “As Últimas Testemunhas: cem histórias sem infância” (2017) é talvez o livro “mais duro, o mais pesado do ponto de vista psicológico”, segundo a própria autora revelou em entrevista ao Expresso. A autora conta ainda que ouviu coisas tremendas, como a ida de alemães a orfanatos russos para tirar sangue às crianças para doar a seus feridos. As crianças, no entanto, quando os viam, ficavam alegres porque eram homens adultos, confundidos com “pais”. (Expresso, 2017)

Neste livro, há depoimentos de meninos e meninas que serviram ao Estado Soviético ou simplesmente eram crianças na altura e contam o que lembram e como vivenciaram a II Guerra. À noção da “Grande Guerra Pátria” opõem-se alguns *contra-frames*, entre eles o Silêncio do Estado. Na presença dele, sobrepõem-se os sentimentos de orfandade e de abandono, literal e do Estado, a abreviação e o apagamento da infância. A orfandade das crianças resultou de terem sido abandonadas à própria sorte, durante a Operação Barbarossa, quando a Alemanha quebrou o pacto Nazi-Soviético, invadiu a Rússia e matou a fome milhares no Cerco de Leningrado, durante 300 dias.

Os aparelhos de rádio estavam ligados. Esperávamos o discurso de Estaline. A sua voz fazia falta. Mas Estaline guardava silêncio. Depois, discursou Mólotov. Todos escutaram. Mólotov disse: ‘Há guerra!’ Mesmo assim, ainda ninguém acreditava. Onde estaria Estaline? (2017, 20)

A guerra é ressignificada neste livro. Associam-lhe sentimentos, sensações, imagens: “Foi assim que me ficou na memória: a Guerra é quando não temos o pai...” (Jénia Belkévich, 6 anos) “A minha memória guardou tudo em cor preta: tanques pretos, motociclos pretos, soldados alemães de uniforme preto. (...) Um filme a preto e branco...” (Micha Maiórov, 5 anos) Ou são trazidas imagens cotidianas: “A manhã do primeiro dia da Guerra... Há sol. E um silêncio nada habitual. Um silêncio incompreensível. (...) Começaram a cair bombas... (...) Tudo se passava como num sonho.” (Guéna luckévich, 12 anos) Ou ainda uma sequência de acontecimentos, uma narrativa que desmitifica o heroísmo: “Chegou o inverno e só havia um par de botins para quatro. Depois, veio a fome. Éramos 250 crianças no orfanato, um dia chamaram-nos para o almoço, mas não havia literalmente nada para comer. Éramos como animais ruminantes. Na primavera, num raio de vários kms do orfanato, não restava uma única árvore que se cobrisse de folhas... Comíamos todos os brotos, até tirávamos a casca nova.” (Zina Kossiák, 8 anos)

As memórias das crianças destacam ainda a abreviação e apagamento da infância, quando dizem: “Por acaso, ainda éramos crianças? Aos 10 ou 12 anos, já éramos homens e mulheres.” (2017, 287) Ou quando uma garota que tinha 8 anos à época da guerra afirma: “Não, não era uma criança. Não me lembro de mim como criança.” (2017, 291) Ou quando libertam as vozes de suas crianças feridas, adormecidas nas memórias: “Em vez da infância, tive a guerra.” (2017, 47). “Estou vivo?!” (2017, 136)

Os complexos sentimentos anti-germânicos e anti-nazis são outra categoria analítica ou *contra-frame*, misto de ódio e admiração pela beleza dos brinquedos e dos soldados alemães (“Tão bonito, mas mata!, 2017, 109). Nas brincadeiras de “guerra”, ninguém queria ser o Fritz. A desumanização das crianças funciona ainda como *contra-frame*, pois retrata-se a falta de higiene

a que estavam expostas, a fome (a ponto de comerem o parque, lamberem o chão, beberem urina), o frio, as doenças, além de violências como terem de assistir a mortes e enterrar os mortos sem chorar.

Às perdas materiais e afetivas, aliam-se a perda de identidade, do nome (houve crianças rebatizadas, pois não lembravam o próprio nome) e da utopia-ideologia socialista, quando os alemães instauram uma Nova Ordem e os professores nas aldeias russas passam distorcer os ensinamentos do Partido Comunista nas escolas.

Às crianças de infância abreviada couberam trabalhos forçados: arar e colher no campo, trabalhar como auxiliar de enfermagem e de cirurgia, vigiar bombas e acampamentos *partisans*, portar fuzis e atirar, polir projéteis, caminhar à frente dos alemães em campos minados, lançar granadas, descarregar caminhões com mortos e empilhá-los, incinerar corpos. Tarefas que, aliadas às condições precárias de saúde e higiene, mostram a construção de *contra-frame* que podemos reunir no rótulo Desumanização.

No entanto, nessa mesma teia de sentidos, há lugar para *contra-frames* como a Solidariedade, presente em atitudes de adultos russos, que davam de comer aos órfãos alemães e russos e mesmo a soldados alemães feridos, até mesmo escondiam crianças judias, além de promoverem trocas de sorrisos e de bilhetes nas árvores de Natal.

Alguns apontamentos inconclusivos

Em ambos os livros, há novos sentidos para a guerra, que apesar de apresentada como momentos de sofrimento e de dor, também é apresentada como o lugar do apagamento das diferenças, do surgimento do amor, da valorização da beleza, trazendo o tema para o plano concreto da vida cotidiana. Há nesses livros uma distopia da realidade, no sentido de que a guerra é mostrada de forma totalmente contrária às noções de heroísmo e vitória associadas à Grande Guerra Pátria. Ao contrário, ela é trazida pela autora e os testemunhos como uma guerra crua, sem ganhadores, apenas perdedores: dos pais,

da vida, da beleza, do encantamento pela vida e pela utopia socialista, da confiança no Partido e em Estaline.

Trata-se, ao mesmo tempo, da construção de uma utopia anti-guerra, porque os livros de Alexievich não só desmistificam os sentidos para a guerra trazidos pelo regime estalinista, mas valorizam a vida, as histórias individuais, a inclusão da memória das testemunhas de guerra e a legitimação das vozes dessas pessoas comuns, em uma narrativa contra-hegemônica de uma parte da história da humanidade. Tudo isso, porque a autora ousou quebrar o silêncio, em uma relação de cumplicidade com as pessoas cujas histórias ela escutou.

Os testemunhos que a autora traz são mesmo feitos de “sangue, suor e piolhos”, como descritos em “A Guerra não tem Rosto de Mulher”. São discursos que antecedem, quiçá, um processo de mudança social na maneira como a II Guerra Mundial pode ser compreendida, em especial, após a repercussão do Nobel de Literatura atribuído à autora e a visibilidade mundial que vem ganhando a sua obra. Tais testemunhos servem, no limite, para desmistificar e ressignificar a participação soviética na II Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que, no lugar da ideologia-utopia socialista, constroem uma utopia anti-guerra e pacifista. No mínimo, são testemunhos reveladores da necessidade de a ex-URSS estar em paz com sua própria história.

Referências Bibliográficas:

- ALEXIEVICH, Svetlana.(2016) *A Guerra não tem Rosto de Mulher*. Portugal: Elsinore.
- _____. (2017) *As Últimas Testemunhas: cem histórias sem infância*. Portugal: Elsinore.
- ASSUNÇÃO, Luís Fernando. (2014) *Jornalismo de Beiradas: a transgressão no processo produtivo e criativo do jornalista João Antônio*. Covilhã, Portugal: Livros Labcom.
- BARDIN, Laurence. (2010) *Análise de conteúdo*. Ed. revista e atualizada. Edições 70: Lisboa.

- BAUMAN, Zygmunt. (1976) *Socialism, the Active Utopia*. London: George Allen & Unwin Ltda.
- CHILLÓN, Albert. (2014). *La Palabra Factícia: Literatura, Periodismo y Comunicación*. Bellaterra: UAB; Castelló de la Plana: Jaume I; Barcelona: Pompeu Fabra; Valencia: Universitat de Valencia.
- CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. (2012). *Counter-Framing Effects*. Journal of Politics. Disponível em: <<http://faculty.wcas.northwestern.edu/~jnd260/publications.html>>. Acesso 1-6-2018.
- COLEMAN, R. (2010) "Oral and Life Histories". In: IORIO, Sharon H. (ed). *Qualitative Research in Journalism: taking it to the streets*. NY, London: Routledge, 2010. pp. 93-107.
- DRUCKMAN, James N. (2010) *On the limits of framing effects: Who can frame?* EUA: Tem Journal of Politics. Oxford: Blackwell, no 63, v4.
- ENTMAN, Robert M. (1993) *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm*. Journal of Communication 43(4), Autumn, pp. 51-58.
- _____ et alli (2009). *Nature, Sources, and Effects of News Framing*. In: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. "The Handbook of Journalism Studies". London & NY: Routledge.
- FAIRCLOUGH, Norman. (1985). *Critical and descriptive goals in Discourse Analysis*. North-Holland: Journal of Pragmatics, vol. 9. pp. 739-763.
- _____. (2001). *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- HARTSOCK, John C. (2015) *The Literature in the Journalism of Nobel Prize Winner Svetlana Alexievich*. Literary Journalism Studies, Vol. 7, N° 2.
- HERTOG, James K.; McLEOD, Douglas M. (2001). "A Multiperspectival Approach to Framing Analysis: A Field Guide". In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Ed.). *Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, pp. 141-162.
- HOBSBAWN, Eric (2014). *A Era dos Extremos: a História do Século XX (1914-1991)*. Lisboa: Editorial Presença.

- KOENIG, Thomas (2006). *Coumpounding mixed-methods problems in frame analysis through comparative research*. EUA: Qualitative Research. London, v. 6, pp. 61-76.
- MCCOMBS, M. SHAW, D. (1972). *The agenda-setting function of mass media*. EUA: The Public Opinion Quarterly, vol. 36, n. 2, 176-187.
- MANNHEIM, Karl (1952). *Ideologia e Utopia: Introdução à Sociologia do Conhecimento*. Trad. Emilio Willems. 2ª Ed. RJ, Porto Alegre, SP: Editora Globo.
- REESE, S. D. (2001) "Prologue - framing public life: A bridging model for media Research". In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Ed.). *Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, pp. 7-31.
- RICOEUR, Paul (1986). *Ideologia e Utopia*. Trad. Teresa Louro Perez. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- SCHEUFELE, Dietram; TEWKSBURY, David (2007). *Framing, Agenda Setting, and Priming: the evolution of three media effects models*. EUA: Journal of Communication, Volume 57, p. 9-20.
- SCRIBNER, Doris. (2008). *Recreation of Chernobyl Trauma in Svetlana Alexievich's Chernobyl'Skaya Molitva*. Thesis Master of Arts. Supervisor: Dr. Nicole Monnier. Faculty of Graduate School, University os Missouri, Columbia, USA.
- SPINDEL, Arnaldo (1980). *O que é o Socialismo*. Coleção Primeiros Passos. SP: Brasiliense.
- TUMARKIN, Nina (1994). *The Living and the Dead: the rise and fall os the Cult os World War in Russia*. New York: Basic Books.
- VAN GORP, Baldwin (2007). *The Construcionist Approach to framing: bringing culture back in*. EUA: Journal of Communication, vol. 57, pp. 60-78.

SUBLIME DESOLAÇÃO: DISTOPIA NA BANDA DESENHADA DOS ANOS 80

Luís Nogueira¹

Resumo: Não tendo o tema da distopia surgido na banda desenhada nos anos 1980 – certas obras anteriores, ainda que esparsas, são conhecidas –, é, porém, nesta década que alguns dos títulos mais marcantes deste – chamemos-lhe assim – subgénero são criados. Acrescem a essa constatação três outras. A primeira: algumas dessas obras são assinadas por autores de referência nesta arte, como o chileno-francês Alejandro Jodorowsky, o francês nascido em Belgrado Enki Bilal, o japonês Katsuhiro Otomo, o inglês Alan Moore ou o americano Frank Miller, por exemplo. A segunda: estes autores, na sua maioria (exclui-se Jodorowsky), pertencem à mesma geração, nascidos na década de 50. A terceira: a sua proveniência variada indicia a universalidade da temática.

Os objetivos fundamentais desta reflexão são, por um lado, identificar em que moldes o futuro distópico foi imaginado nesse momento histórico, na sequência do *no future* punk dos Sex Pistols, na música, e em plena afirmação do *dark future* cyberpunk de *Neuromancer*, na literatura, ou paralelamente a *Blade Runner*, no cinema; por outro lado, averiguar de que modo tais antecipações e premonições encontraram na realidade histórica posterior algum grau de coincidência ou distanciamento, seja ao nível social, político, tecnológico ou cultural.

O corpus de análise centrar-se-á em obras como *X-Men: Days of Future Past* (1981), *The Dark Knight Returns* (1986), *Watchmen* (1986) e *V for Vendetta* (1988), mas também em trabalhos posteriores à década de 80 nos quais os autores

1. Labcom-IFP/UBI.

prosseguiram o desenvolvimento desta temática. É precisamente a partir dessas obras que faremos uma reflexão sobre o imaginário e o ideário distópico deste período: os temas e figuras, as (hetero)cronias e (hetero)topias, os agentes e eventos, as causas e consequências. Questões como a ditadura, a religião, o nuclear, o vigilantismo ou a violência que aí se encontram dão bem conta da multiplicidade de dimensões em que o *topos* da distopia pode ser abordado. Para pensar esta pluralidade de aspetos, procurar-se-ão as marcas e formas daquele que será o nosso conceito nuclear – o sublime –, evocando, entre outras, as obras fundamentais de Immanuel Kant e Edmund Burke. Será a partir do vasto desdobramento epistemológico que este conceito permite que se procurará articular e explorar os tópicos acima enunciados, imbricando as diversas modalidades tanto de uma estética como de uma semiótica do sublime distópico.

Palavras-Chave: super-heróis; banda desenhada; distopia; sublime

1. Regresso aos anos 80

Ainda que, no âmbito da banda desenhada, alguns exemplos avulsos de abordagem da distopia tenham existido, é nos anos 1980 que o tema começa a ganhar uma constância que o levaria às dezenas de títulos que em tempos recentes têm surgido a cada década ou mesmo a cada ano, um pouco por todo o mundo e com os mais diversos pretextos ou contextos.

Denotando um inegável apelo transnacional, durante aquela década encontramos obras provenientes de França (a *Trilogia Nikopol*, de Enki Bilal, cujo primeiro título data de 1980; *O Incal*, de Alejandro Jodorowsky e Moebius, do mesmo ano; *Le Transperceneige*, de Jacques Lob e Jean-Marc Rochette, de 1982; *Neige*, de Didier Covard e Christian Gine, de 1986), da Grã-Bretanha (*Tank Girl*, de Jamie Hewlett e Alan Martin, de 1988; *V for Vendetta*, de Alan Moore e David Lloyd, de 1988; aos quais poderíamos juntar *Judge Dredd*, cujo surgimento ocorrera em 1979); dos EUA (*X-Men: Days of Future Past*, de John Byrne e Chris Claremont, de 1981; *American Flagg*, de Howard Chaykin, de 1983; *The Dark Knight Returns*, de Frank Miller, de 1986; *Watchmen*, de Alan Moore e Dave Gibbons, de 1986; *Marshal Law*, de Pat Mills e Kevin O'Neill, de 1987) e do Japão (*Akira*, de Katsuhiro Otomo, de 1982; *First of the North*

Star, de Buronson e Tetsuo Hara, de 1983; *Appleseed*, de 1985, e *Ghost in the Shell*, ambos de Masamune Shirow, de 1989), obras que, de algum modo e de formas muito variadas, exploram o tema.

As abordagens do tema estendem-se da dimensão política à ecológica, da tecnológica à religiosa, da social à militar. Neste estudo, propomo-nos eleger a relação da distopia com a figura do super-herói e das narrativas a que este está associado. Deste modo, das obras acima elencadas forçar-nos-emos em *Days of Future Past*, *V for Vendetta*, *The Dark Knight Returns* e *Watchmen* para dar seguimento à reflexão que ensaiamos.

Como ponto de partida para este ensaio evocamos o conceito de sublime. Este conceito é seguramente um dos mais abertos que no contexto estético ou filosófico podemos encontrar. Nos autores clássicos que sobre o mesmo se debruçaram, como Longino, Burke ou Kant, a multiplicidade de aceções e significados que o mesmo comporta parece quase inestancável, por vezes indiciando uma problemática, mas profícua, ambiguidade e, em certas circunstâncias, sugerindo mesmo contradições ou paradoxos. Um breve inventário das características que lhe são associadas dá bem a dimensão da sua pluralidade semântica e teórica: em Dionísio Longino (2015), encontramos a ideia de elevação como fulcral; em Edmund Burke (2013), o espanto, o terror, a privação, o infinito, o poder, a obscuridade, a dor; em Immanuel Kant (1997), a informidade, o incomensurável, a grandeza, o colossal, a admiração, o infinito, o poder. A estas características acresce um outro entendimento do sublime que o aproxima, de algum modo, em nosso entender, do belo – precisamente a categoria estética com a qual, tradicionalmente, o mesmo é contrastado – e que é, de alguma forma, a aceção mais corrente no discurso comum. Partindo deste conceito, propomos analisar as obras acima e a sua dimensão distópica, num primeiro momento, ensaiando duas modalidades do sublime: o sublime messiânico e o sublime catastrófico. A primeira ocupar-se-á de uma análise da figura individual do super-herói e da propensão salvífica superlativa que ao mesmo tende a ser associada; a segunda ocupar-se-á de uma análise da ruína universal como horizonte hipotético do destino humano.

Assim, no primeiro, a figura salvífica do super-herói teria tendência a aglutinar características como o belo, o bem, o bom, o elevado, a ordem, a segurança. Mas, numa espécie de inversão latente ou manifesta destes atributos, a figura do super-herói sempre revelou um potencial de discricionariedade que o transforma numa espécie de anti-herói, agindo ao lado, fora ou mesmo contra o estado de direito. Nestes casos, esta figura, símbolo convencional de uma hipotética utopia, pode ser a semente de uma distopia nefasta. Já no segundo, a ruína universal que toda a distopia parece assinalar pode ser ligada ao feio, ao mal, ao mau, ao chocante, ao caótico, ao medo. Mas existe também uma promessa redentora em pano de fundo, como se existisse a esperança, escondida em negativo, de uma passagem da distopia dilacerante a uma utopia possível. A ruína torna-se então o espaço de uma restauração futura.

Antes de nos debruçarmos mais detalhadamente sobre estas duas modalidades do sublime, importará contextualizar sumariamente o ambiente em que estas obras distópicas surgiram. A situação política da época era atravessada por uma tensão de cataclismo iminente, com a Guerra Fria e o medo do nuclear como pano de fundo, fatores a que acrescem os anos do autoritarismo conservador de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. A crise energética, mais concretamente as crises do petróleo dos anos 70, inscreviam a penúria ou o colapso no horizonte. A natureza via-se ameaçada pela exploração industrial intempestiva. A cultura otimista dos anos 60, do *flower power*, tinha sido superada pelo pessimismo social dos anos 70 (o espirro de sangue sobre o *smiley* que ilustra a capa de *Watchmen* é disso uma condensada e poderosa metáfora). O movimento punk tinha-se insinuado no final dos anos 70 como o prenúncio da distopia contemporânea, com os slogans dos Sex Pistols “No future” e “Anarchy in the UK”, que se estenderia ao *high tech cyberpunk* de *Neuromante*, de William Gibson, e se consumaria na estética *Mad Max* em 1979, obra cinematográfica de George Miller. A ligação entre anarquia e vilania através do punk era exposta avulsamente em *The Dark Knight Returns* e *Days of Future Past*.

As ideias de caos, de falência ou de perda, numa perspectiva subjetiva ou social, pairavam como uma nuvem negra sobre o mundo ocidental. Qualquer projeto utópico, fosse comunista ou capitalista, que se vislumbrara nas décadas anteriores, no qual o humano superasse o bestial, a tecnologia superasse as vulnerabilidades humanas, a cultura se harmonizasse com a natureza, a civilização vencesse a barbárie, o prazer vencesse a dor, o angelical destituísse o monstruoso, o celestial prevalecesse sobre o infernal ou a libertação pusesse fim à opressão, parecia agora irremediavelmente ameaçado. O mundo tornara-se mais perigoso do que nunca, da violência de rua à ameaça planetária.

2. Sublime messiânico

Neste ponto, introduzimos a ideia de perpetuidade da distopia. Fazemo-lo, em primeira instância, através do fenómeno da violência urbana. Os anos 70 parecem ver esta realidade proliferar um pouco por todo o lado, como bem observamos no cinema da altura, em filmes como *Taxi Driver* ou *Dirty Harry*. A justiça parece falir, o estado de direito fica em risco. É deste modo que o super-herói, surgido nos anos 30, ganha agora uma nova dimensão: mais negra, mais problemática, mais violenta, e o seu estatuto, conseqüentemente, parece vacilar, entre o zelador consciencioso e o vigilante implacável.

Como sonho, num céu messiânico, temos a espera de um líder, de um guia, de um justiceiro que venha direcionar o futuro, restaurar a retidão, harmonizar as tensões. Nos anos 30 e 40 era a grande guerra que pedia um salvador. Nos anos 70 e 80 era essa espécie de guerra urbana agudizada. Antes, o *fuhrer* chegava a Nuremberga de avião, descia das nuvens como o chefe salvador, o guia restaurador; Superman chegava de Krypton, de um mundo extra-terreno, galáctico: duas atualizações, em vetores morais opostos, do messianismo milenar. Agora, nos anos 80, os super-heróis vivem num limbo de incerteza moral, algures entre o bem e o mal, entre o heroísmo e a vilania, mais anti-heróis do que heróis, mais executores do que zeladores. Ainda figuras crísticas (basta atentar na similitude entre as representações de Cristo na história da pintura e muitas capas de super-heróis, em plano

picado, descendo das nuvens), mas com traços diabólicos (basta atentar nos esgares de raiva e destempero de muitas cenas de *comics*).

Humanos aperfeiçoados pelo engenho ou pela natureza, como Batman ou Daredevil, vingadores aperfeiçoados pela tecnologia ou pela ciência, como Iron Man ou Hulk, mutantes e Xponenciados como Wolverine ou Cyclops, deuses emancipados de Asgard ou do Olimpo, como Thor ou Wonder Woman, vivem uma luta constante, ininterrupta, perpétua, contra as mais diversas ameaças distópicas, e contra cataclismos e tiranos, antes de mais.

E vêm o seu papel e o seu estatuto questionados, de uma forma que pode ser resumida na questão antiga de Juvenal, recuperada em *Watchmen* por Alan Moore: *quis custodiet ipsos custodes?* (who watches the watchmen? / quem guarda os guardas?). É este o centro narrativo nevrálgico daquela obra de Moore, mas também, de forma mais alusiva, de *Days of Future Past*, *The Dark Knight Returns* e *V for Vendetta*. É o dilema moral do vigilantismo e do providencialismo que surge sublinhado, essa espécie de perigo discricionário que vem investir a luz utópica e translúcida do super-herói com uma sombra de insolência distópica. São os limites do poder e da violência que se insinuam no debate sobre a política do super-heroísmo ou o super-heroísmo como política. E os limites da autoridade: os mutantes de *Days of Future Past* são vistos como uma ameaça, e contra eles são lançados os robots Sentinelas que os caçam e exterminam; em *The Dark Knight Returns*, para contrariar a ação de Batman, o governo norte-americano envia o maior de todos os super-heróis, Superman, de modo a detê-lo; em *V for Vendetta*, o herói anarquista age contra a ditadura instaurada e por isso é perseguido; em *Watchmen*, os super-heróis são banidos por decreto governamental. Tradicionalmente tidos como zeladores ou salvadores, os super-heróis tornam-se, como se vê, uma ameaça, um perigo social e político. Sendo eles guardadores, são também guardados.

É precisamente nesta encruzilhada que se situa a figura do anti-herói, ponto de maior tensão entre o bem e o mal, os meios e os fins. O anti-herói tornou-se nos tempos mais recentes o tipo de personagem fulcral na narrativa

contemporânea, de forma bem evidente na ficção televisiva, mas possuindo um longo historial na banda desenhada de super-heróis. Aliás, e num apontamento histórico sobre um facto muitas vezes ignorado, mas elucidativo, o maior de todos os super-heróis, Superman, é no seu momento originário, antes de Joe Shuster e Jerry Siegel lhe darem a caracterização definitiva, um super-vilão, o que, quase emblematicamente, sinaliza desde o início esse limiar de ambiguidade que atravessa o super-herói enquanto figura moral e política.

A obra que talvez melhor apresente este espectro moral no qual as figuras (super ou anti) heróicas se podem distribuir será *Watchmen*. Alan Moore propõe uma galeria de personagens que se estendem de um ao outro extremo do espectro: Dr. Manhattan seria o típico super-herói todo-poderoso, invulnerável e bondoso; Nite Owl seria o herói discreto, humano, sentimental, consciencioso; Rorschach o típico anti-herói, implacável nos meios, intransigente nos fins; Comedian aproxima-se do vilão usual, alheio à empatia e com excesso de ego; Ozymandias seria o super-vilão, capaz de engendrar um plano avassalador de domínio planetário. Mas esta categorização é provisória e vive muito do regime de aparências: Dr Manhattan em todo o seu poder e esplendor é um perigo latente, e torna-se o pretexto da conspiração de Ozymandias, conspiração perpetrada, sob a aparência de inclemente mal, em nome de um bem maior – e desse modo, o super-vilão torna-se super-herói.

Mas talvez o caso mais interessante e complexo nesta tensão muitas vezes latente e em alguns casos manifesta entre bem e mal, herói e vilão, que perpassa a figura do anti-herói seja o de *V for Vendetta*. V, o protagonista, um humano exponenciado no seu intelecto e na sua destreza, ferido na integridade e humanidade, é um anjo vingador em busca, simultaneamente, do apaziguamento pessoal e do desmantelamento de uma ditadura; justiceiro ou terrorista, libertador ou anarquista? O próprio símbolo, genial intuição semiótica de Alan Moore e David Lloyd, o “V” de *vendetta* que não é mais do que o “A” de anarquia invertido, contém em si toda a complexidade da justiça heroica.

É nesta tensão entre heroísmo e vilania, bem e mal, força e violência, justiça e justicialismo, zelo e vigilância que se encontra no anti-herói que podemos vislumbrar a porosidade concetual e metafísica do sublime: de um a outro dos extremos a distância é menor do que se imagina e, num qualquer momento de aguda decisão, os extremos podem mesmo tocar-se: do *pathos* (da paixão) à (socio ou psico) patologia vai apenas um passo. O sublime neste caso encontra-se para lá do bem e do mal ou mesmo entre o bem e o mal – o que, no final de contas, vem a dar no mesmo.

3. Sublime catastrófico

Uma segunda modalidade da perpetuidade distópica encontramos-la numa escala bem diferente. Se antes falámos do sublime messiânico focando-o numa figura individual e numa dimensão urbana, em função da violência que o contexto metropolitano tradicionalmente acarreta, agora surge-nos um sublime em plena expansão: é o caos cósmico que está em jogo; a sua extensão é planetária ou galáctica ou sideral ou absoluta. E tudo, toda a existência, o próprio universo, o tempo e o espaço totais, podem estar em jogo. E esta desmesura do perigo, da catástrofe ilimitada, é também ela sublime, inimaginável, exorbitante.

A ideia de fim, neste caso, coloca-se como horizonte incontornável: fim do mundo, fim do milénio. Não nos esqueçamos que as obras que aqui analisamos surgem num momento em que o medo do fim do milénio e o contíguo fim do mundo se encontra próximo do auge, alimentado não apenas por crenças místicas, religiosas ou escatológicas, mas também pela ameaça real do nuclear, em que a imagem de devastação de Nagasaki e Hiroshima ou dos cogumelos atômicos e nucleares ainda não se apagaram da memória comum. Esse medo disseminado é perfeitamente ilustrado no *doomsday clock* de *Watchmen*. O apocalipse global ou o cataclismo cósmico são configurações sombrias que se inscrevem no horizonte humano, um armagedão premente segundo a segundo.

Ora, estas manifestações distópicas bem concretas não podem deixar de evocar toda uma tradição que podemos designar por fascínio das ruínas e

que acompanha, podemos dizê-lo, a humanidade desde tempos ancestrais. Bem lá atrás, quer na Bíblia quer nas *Metamorfoses* de Ovídio, encontramos alusões ao Dilúvio. E alusões ao inferno e ao juízo final proliferam na história da pintura, de Michelangelo a Hyeronimus Bosch, para referirmos apenas dois exemplos de uma vasta tradição de figuração escatológica. Mas é nos séculos XVIII e XIX que este enamoramento da ruína, espécie de metonímia de toda a distopia, modalidade peculiar do sublime, conhece a sua mais emblemática expressão: nas gravuras fantasmaticamente elegantes de Piranesi ou na grandiosidade romântica e assombrosa das pinturas de John Martin e Caspar David Friedrich.

Mas nestes casos a distopia ainda é de ordem natural, numa escala monumental e religiosa, é certo, mas, contudo, humana. Isso mesmo ainda se pode ver nas ilustrações dos primeiros anos do século XX do brasileiro Henrique Alvim Corrêa para *War of the Worlds*, de HG Wells: são cidades e ainda não metrópoles que sofrem a invasão alienígena – temos prédios destruídos e não ainda arranha-céus devastados. A escala ainda é a rua e não a multidão. Mas na adaptação cinematográfica de outra obra de Wells (*Things to Come*, de 1936), em *Everytown*, a cidade devastada, a catástrofe é já em vasta escala. Por esta altura, em meados da década de 1930, já a arquitetura modernista, em altura, ocupara as metrópoles, sejam elas reais ou imaginárias: nas pinturas apocalípticas de Ludwig Meidner da década de 10, na enorme cidade do filme *Metropolis* de Fritz Lang (1927), nos estudos futuristas de Antonio Sant’Elia e construtivistas de Yakov Chernikhov, ou nas emblemáticas *Metropolis* e *Gotham* das histórias semanais de Superman e Batman, do final da década de 1930.

Mas também na poesia a distopia está presente, como o atesta *Wasteland*, de T.S. Eliot (1922). Na literatura, por seu lado, a distopia via surgir as enormes obras de Evhueni Zamiatine, *Nós*, de 1924, *Brave New World*, de Aldous Huxley, de 1932 (cuja organização social em castas é refletida em *Days of Future Past*), e, em 1948, a obra-prima de George Orwell, *1984* (cujo slogan “who controls the past, controls the future/who controls the present controls the past” ecoa na divisa “strength through unity, unity through

faith” da ditadura que sombriamente domina o mundo de *V for Vendetta*, a qual o protagonista pretende desmascarar e, literalmente, dinamitar).

Na década de 1950 seria o cinema a tomar para si a representação da distopia, inaugurando uma tradição que não pararia de se ampliar, e de que o cartaz de *When Worlds Collide* é bem demonstrativo, com o céu a engolir em fogo as torres e arranha-céus caídos e a população em pânico a fugir da catástrofe. Depois deste clássico da ficção científica, este género não cessaria de abraçar a distopia e o caos nas suas narrativas, arrastando consigo, para ilustrar a falência simbólica e a vulnerabilidade política, os próprios sinais do poder: a Estátua da Liberdade decapitada e prostrada em *Planet of the Apes* e em muitos outros filmes, como *Escape from New York* ou *Cloverfield* (motivo visual que podemos encontrar também na capa da banda desenhada *Kamandi*, de Jack Kirby, de 1972) ou o Capitólio arrasado e tomado pela natureza, como podemos observar em *Logan’s Run* (1976) ou *Oblivion* (2013).

Ora, a ficção científica pode ser vista de algum modo como o outro lado da vanguarda do início do século XX: uma procura o presente do futuro (a vanguarda), acelerando o presente para o futuro, a outra o futuro do presente (a ficção científica), trazendo o futuro para o presente – ou, então, será o inverso. Interessante, certamente, é que tanto uma como outra, ficção científica e a vanguarda, sob a promessa radiosa da utopia que ambicionam, encontrem em muitas circunstâncias o embate doloroso da distopia. Nas bandas desenhadas analisadas, lá encontramos o nuclear como sombra permanente, seja em *The Dark Knight Returns*, em *V for Vendetta* ou em *Watchmen*. O furor modernista da alvorada do século XX, com a sua ênfase no novo e no utópico, conhece no estertor desse mesmo século uma espécie de pathos distópico, o qual se acentuaria ainda mais nos começos do século XXI (curiosamente, um período igualmente marcado por uma euforia tecnológica inegável).

Mas não é apenas naquelas obras que as ideias de fim e de crise, de guerras cósmicas e derradeiras, se encontram no contexto da banda desenhada. Em títulos como *Secret Wars*, da Marvel, de 1984, ou em *Crisis on Infinite Earths*, de 1985, da DC, temos a incomensurabilidade da catástrofe universal, aqui

não numa escala planetária, mas alargada ao infinito espaço-temporal. Do início ao fim dos tempos, nada está a salvo. Isso mesmo podemos constatar, numa espécie de rima visual, na evocação que observamos nas capas de gravuras como *Juízo Final*, de Gustave Doré, de 1866: onde, neste último caso, encontramos deuses e anjos, naquelas podemos encontrar super-heróis e super-vilões – mas o pathos de catástrofe cosmológica é semelhante. São guerras infinitas e ubíquas - outras séries na BD de super-heróis, como *Age of Ultron* perpetuam, nos dias de hoje, esse pathos.

Esta ruína cósmica provinda da sensibilidade fantasiosa dos criadores de *comics* americanos inscreve uma linha de natureza eminentemente ficcional na sensibilidade distópica. Já a fotografia possui igualmente um pathos distópico, mas, neste caso, não representando delírios imaginários; isso sim, apresenta-nos acontecimentos reais que atravessaram os séculos XIX e XX: bastará evocarmos as imagens feitas por Alexander Gardner ou Timothy O’Sullivan dos campos de cadáveres da Guerra Civil Americana, a foto *Grief* (1942), de Dmitri Baltermants, as muitas imagens do Vietnam, a mulher solitária fotografada por James Nachtwey em 1996 nas ruínas do Afeganistão; ou a guerra do homem contra a natureza que podemos encontrar no trabalho de Edward Burtynsky em tempos recentes e que reflete, quase como espelho, a trilogia cinematográfica *Qatsi*, de Godfrey Reggio.

Como se pode constatar, este catastrofismo sublime ancorado no fascínio da ruína é um *topos* da cultura visual ocidental de longa tradição (seja uma distopia sem apocalipse ou um apocalipse necessariamente com distopia), no qual quase podemos afirmar que quanto maior a ruína (a cidade esventrada como se de um corpo se tratasse) maior o sublime, porque maior o pathos doloroso. Mas existe também, sempre, o vislumbre de uma restauração, seja no dilúvio bíblico ou em qualquer mundo pós-apocalíptico – é esta a dialética entre utopia e distopia, a que voltaremos mais adiante.

4. Distopia ubíqua e perpétua

Depois do sublime messiânico e do sublime catastrófico, aos quais associámos a ideia de perpetuidade, ocupamo-nos agora da ubiquidade da distopia.

Passamos então a debruçar-nos sobre a dimensão cultural da distopia. Em resumo, trata-se de explorar a ideia de que a distopia, assumida ela que forma for, ganhou um espaço significativo na cultura ocidental que não pode ser negligenciado, proliferando nas mais diversas artes e formas de expressão. Onde podemos ver isso? Começamos, como primeiros dados, por inventariar as adaptações cinematográficas que as obras de banda desenhada que elegemos como representativas neste estudo conheceram. Em 2005, *V for Vendetta* chega ao ecrã, numa produção da Warner Bros, realizada por James McTeigue. Em 2009, é a vez de Zach Snyder levar para o grande ecrã a obra frequentemente considerada inadaptável de Alan Moore e Dave Gibbons, *Watchmen*. Em 2014, a 20th Century Fox e Bryan Singer procedem à adaptação de *Days of Future Past*. Em 2016, a DC e Zach Snyder decidem incorporar em *Batman vs Superman: Dawn of Justice* vários elementos visuais e narrativos do clássico de Frank Miller, *The Dark Knight Returns*. Como se pode constatar, em tempos recentes, estas BDs dos anos 80 conheceram um interesse renovado e uma audiência ainda mais abrangente através da sétima arte.

Continuando no contexto da sétima arte, a distopia tem conhecido uma popularidade bastante significativa. Destacamos, dada a sua clara coincidência cronológica com as obras de BD aqui analisadas, os seguintes títulos, todos eles conhecendo uma ou mais sequelas ou *reboots*: *Mad Max*, cujo primeiro filme aparece em 1979, e após duas sequelas, é revitalizado em 2015 com *Mad Max: Fury Road*; *Blade Runner*, lançado em 1982, conhece uma continuação em 2017, intitulada *Blade Runner 2049*; *Terminator*, o clássico de James Cameron, de 1984, prepara-se para, em 2019, conhecer a quinta sequela; *Robocop*, aparecido em 1987, teve um *remake* em 2014, depois de anteriormente ter conhecido duas sequelas. Igualmente interessante é observar que, em linha com a tendência transmedia que se tem verificado em tempos recentes, todos estes títulos, surgidos no cinema, conheceram expansões na banda desenhada.

Mantendo-nos no contexto do audiovisual, importa também referir o surgimento nos últimos anos de séries televisivas **distópicas** como, entre

outras, *The Leftovers*, entre 2014 e 2017, *Black Mirror*, produzida desde 2011, *Westworld*, lançada em 2016, ou *The Handmaid's Tale*, em exibição desde 2017. Todos estes títulos acabariam por se tornar fenómenos de culto aficcionado ou de intensa popularidade, numa clara demonstração de que a distopia se tornou um dos elementos fulcrais da narrativa contemporânea nos mais diversos meios.

Mas retornemos aos anos 80. É no fim desta década que se dá um dos acontecimentos mais relevantes da história do século XX: a queda do muro de Berlim. É com este evento que a polarização ideológica da Guerra Fria conhece, em certo sentido, o seu termo e a globalização parece tornar-se um fenómeno imparável, com a sua lógica de abertura cultural e social. É também no seu seguimento que surge uma tendência política com algum relevo para a época: a chamada *terceira via*, preconizada pelo sociólogo Anthony Giddens e implementada por políticos como Bill Clinton ou Tony Blair nos anos 90 do século passado e nos primeiros anos deste século. Ora, é coincidentemente com esta tendência política que se dá um fenómeno de matriz utópica designada comumente como bolha *dot-com*: do pessimismo dos anos 70 e 80 parece passar-se para um otimismo irrefreável alimentado pelas mudanças tecnológicas drásticas e pelo crescimento económico. Contudo, apesar do *boost* que, cultural e socialmente, este fenómeno imprimiu, ele acabaria por esmorecer e o otimismo ser moderado. Ainda assim, como uma espécie de eco ou reflexo, este otimismo transformador parece ter ressurgido já nos tempos mais recentes nos fenómenos de *empowerment* ligados às mais diversas causas sociais, em particular a fenómenos e movimentos como o Anonymous, o Occupy e o Me Too – como se a promessa de prosperidade das *dot-com* se desdobrasse na promessa de liberdade do *empowerment*. É como se a figura tutelar do super-herói e do seu extraordinário poder se condensassem, de algum modo, na ação individual de cada cidadão (e, à semelhança dos super-grupos, na sua arregimentação coletiva nos mais diversos movimentos).

Curiosamente, a banda desenhada dos anos 80 acabaria por se tornar um signo muito significativo das movimentações socio-políticas atuais através

de um objeto muito específico: a máscara do protagonista de *V for Vendetta*, apropriada por movimentos como o Occupy e o Anonymous nas suas manifestações e protestos, símbolo de reivindicação e revolução. Mas as próprias imagens parecem ter conhecido nestes últimos anos, também elas, uma espécie de pendor distópico – e, quase poderíamos dizer, patológico. Onde podemos ver isso? No contexto dos media digitais, das redes sociais e do *do it yourself*. Podemos descrever, a título de exemplo, a apropriação e subversão simbólica e ideológica de duas imagens, ambas com Barack Obama como protagonista: a encarnação de Superman pelo mesmo na ilustração de Alex Ross e o poster de campanha Hope criado por Shepard Fairey, num caso e noutro parodiados com a substituição da imagem do ex-presidente dos EUA pela do atual presidente, Donald Trump. Tanto num caso como no outro, trata-se de exemplos de uma espécie de distopia iconográfica que se verifica em duas dimensões fundamentais do contexto mediático contemporâneo, as *fake news* e o *data smog*: o cidadão está submerso em torrentes avassaladoras de informação cuja veracidade é indecifrável.

Mas se o ecossistema mediático parece, também ele, viver uma espécie de sensibilidade e efetividade distópicas, o próprio ecossistema natural e planetário acompanha esta tendência: do medo nuclear dos anos 80 passamos ao medo ecológico do século XXI, com alertas ubíquos sobre o estado de deterioração do planeta. É como se de uma crise energética e bélica passássemos a uma crise ecológica e climatérica, como se da ansiedade extrema de um apocalipse fulminante passássemos a uma lenta e inescapável agonia. Na banda desenhada, estes temas, todos eles, continuam a ser assuntos recorrentes. A título de exemplo (dos inúmeros que poderiam ser apontados), aqui ficam dois casos: *Watchmen* conhece atualmente uma reavaliação na série *Doomsday Clock*; já *Y – The Last Man* apresenta-nos um mundo do qual todos os seres masculinos, à exceção de um jovem, desaparecem devido a uma causa ambiental inexplicada.

Conclusão

A perpetuidade e ubiquidade da distopia no imaginário contemporâneo parecem-nos, por todos os casos enunciados e descritos, inegáveis. A explicação não será linear, mas um argumento que nos parece relevante é precisamente a dinâmica que lhe parece ser intrínseca: se a utopia parece inscrever-se no futuro como uma espécie de ponto ómega que ultrapassa todas as adversidades acumuladas desde a origem da humanidade (o seu ponto alfa), a distopia parece inscrever no futuro um ponto alfa que sucederia a um ponto ómega em que toda a esperança se esvai. A distopia pode ser vista certamente como um término de um estado de coisas, mas será sobretudo um reinício, um recomeço que sucede a uma fatalidade.

A esta grande popularidade, e relacionada com o argumento anterior, podemos associar a dimensão especulativa que a distopia (como a utopia, mas num sentido inverso) propõe: a questão *what if?* parece fazer parte do seu património intelectual e poético, aludindo à ideia de uma hora H, um momento em que tudo acaba, ou a uma zero hour, um momento em que tudo recomeça. Em certa medida é nesta dimensão especulativa, que se estende do niilismo mais radical ao existencialismo mais premente, que podemos encontrar as formas do sublime referidas, seja na modalidade individual, de que o super-herói messiânico seria o epítome, seja na forma coletiva, de que o caos cósmico seria a alegoria mais acabada.

Bibliografia

- Burke, Edmund (2013). *Uma Investigação Filosófica acerca da Origem das Nossas Ideias do Sublime e do Belo*, Edições 70
- Kant, Immanuel (1997). *Crítica da Faculdade do Juízo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- Longino, Dionísio (2015). *Do Sublime*, Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume

A ENCENAÇÃO CINEMATOGRÁFICA DA DISTOPIA NAS TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO (FRANCIS FORD COPPOLA, JOHN CARPENTER E RICHARD DONNER)

Eduardo J. M. Camilo¹

Resumo: Neste ensaio é nosso propósito demonstrar como a textualidade das Teorias da Conspiração (de agora em diante redigida como ‘TCs’) inclui figurações de cariz distópico, apresentando-se como objecto de estudo três filmes: “The Conversation” (Francis Ford Coppola, 1974), “They Live” (John Carpenter, 1988) e “Theory of Conspiracy” (Richard Donner, 1997).

Começaremos por formular considerações sobre as singularidades existentes na textualidade das distopias e das TCs. Depois, demonstraremos como a textualidade destas implica figurações de cariz distópico sem que determinem, contudo, a sua especificidade.

O enquadramento deste ensaio integra-se no domínio da semiótica do texto e da cultura. A semiótica do texto possibilitar-nos-á proceder a um enquadramento no domínio das teorias da narratividade (Vladimir Propp, 2003; Etienne Souriau, 1992) e do texto (Greimas, 1975, 1983, 19879; Greimas & Courtés, 1993). Através da semiótica da cultura descortinaremos como certas figurações distópicas no registo das TCs mobilizam ordens de pensamento (mitológico e não mitológico) (Madisson, 2014). Ainda no domínio do estudo da cultura, apoiar-nos-emos em autores como Moniz Sódré

1. Professor Auxiliar, Universidade da Beira Interior/Labcom.IFP.

e Raquel Paiva (2002) para o enquadramento grotesco das figurações distópicas das TCs. Já no que concerne à delimitação conceptual das TCs várias referências serão exploradas. Para um enfoque psicológico e político, Richard Hofstadter (1967); epistemológico, Karl Popper (1945); culturalista e inscrito nos American Studies, Peter Knight (2008); antropológico/etnográfico, Veronique Campion-Vicent (2006); semiótico, Paul Copley (2004), Umberto Eco (1991), Mari-Lass Manson (2014); e, finalmente, para um enquadramento filosófico na temática do ressentimento, Marc Angenot (1997).

Palavras-chave: distopias, teorias da conspiração, semiótica textual, semiótica da cultura, análise fílmica

1. Considerações introdutórias: distopias vs TCs

Antes de avançarmos para uma caracterização das figurações distópicas das TCs, formulamos um conjunto de observações.

1ª O enquadramento epistemológico neste exercício é de índole semiótica conduzindo à concepção das distopias e das TCs como práticas textuais caracterizadas por especificidades do ponto da natureza (da geração) dos sentidos. Todas dependem de um percurso gerativo pré-determinado decorrente de estruturas semio-narrativas e discursivas tal como se encontra clarificado por Algirdas Greimas e Joseph Courtés no Dicionário (Greimas & Courtés, 1993: 157-160).

2ª Quer as distopias quer as TCs mobilizam valores negativos consubstanciando-se numa textualidade negativa, disfórica. Dois géneros de texto destituídos de finais felizes, cujos enredos jamais são agradáveis ao leitor. Ambos significam situações de estado de desconfiguração (portanto, adjacentes a um 'não-ser'): as crises e as catástrofes, os regimes políticos tirânicos e policiais, os sistemas institucionais oligárquicos e/ou corruptos, os estados de alienação, desumanização/'alienigezação'/lavagem cerebral, as situações de guerra, violência, absoluta mecanização/robotização, desterritorialização.

3ª Do ponto de vista da narratividade, tanto as distopias como as TCs fundamentam-se na esfera narrativa da sanção. São textos de julgamento negativo de temáticas de âmbito cultural, institucional, político, económico, religioso, etc..

4ª A textualidade das TCs inscreve-se num registo característico da acusação adjacente ao exercício da vigilância e da suspeita e numa dinâmica mais ou menos evidentemente inscrita no domínio da paranóia (Detry, 2018: 103-110).

Do ponto de vista textual, são enredos de desmistificação ('teorização') nos quais o traidor é significado (e demonstrado) como alguém inevitavelmente culpado. Cabe ao sujeito acusador o ónus da fundamentação do que para ele é uma evidência, uma certeza sempre classificada *a priori* dos factos que vai descobrir e que são incontornavelmente comprobatórios. Esta particularidade vai favorecer uma textualidade composta por estratégias discursivas de persuasão adjacentes à fundamentação dessa culpabilidade, o que atribui ao registo um forte cunho subjectivo e passional que não existe no texto distópico. Esta questão dos procedimentos de desmistificação e sua respetiva legitimação são características importantes. É a partir da sua existência que uma TC é... uma teoria; e é por referência à natureza dos seus procedimentos epistemológicos que Karl Popper as distinguiu de outros registos onde a questão da validação/legitimação do pensamento também desempenha um papel incontornável. Estamos a referir-nos em particular às teorias científicas (cf. Popper, 2002; Madisson, 2018: 28-239).

5ª Se as distopias e as TCs se fundamentam axiologicamente na mesma ordem de valores negativos, exploram, todavia, quadros temporais simétricos.

No caso do registo distópico, o fundamento é o de um «futuro que se pode tornar presente», apresentando um interessante estatuto narrativo. Em primeiro lugar, esse futuro pode estar relacionado como uma idealização negativa do presente com todas as suas figurações em termos de representação grotesco. Esta idealização encontra-se conjugada com uma encenação

de pesadelos, de ficcionalização do horrível, histórias de terror cuja ocorrência só dependerá da transgressão dos valores e das identidades culturais existentes. É como se a distopia fosse um constructo ideológico, pois ao ser significativa de uma projeção negativa contribuisse para a legitimação de sistemas políticos e institucionais já vigentes. Em segundo lugar, a significação de uma temporalidade do futuro facilita a inscrição do registo distópico nas modalidades da manipulação. O futuro negativizado é o móbil discursivo a partir do qual se fundamenta um procedimento integrado na modalidade manipulatória da intimidação (e eventualmente da provocação). As distopias estão inscritas em programas narrativos de impedimento, isto é, num ‘fazer não-fazer’. “Não quer ver a Europa desertificada, nem assolada por doenças, guerra, fome e migrações, pois não? Então não desperdice água, um bem que não existe eternamente”. Quanto mais evidente for a encenação grotesca, a exploração de uma emotividade catastrofista, mais intenso é o seu potencial performativo dissuasivo e maior é o potencial estratégico.

Em contraste com as distopias – que são narrativas de (ante)visão – as TCs são narrativas de (re)visão onde a significação da temporalidade consiste numa sobre-valorização do passado. São narrativas disfóricas de reconhecimento negativo. O sujeito assevera triunfalmente algo que já sabia, que sempre soube (“Eu já sabia!”). Daí a distinção destas textualidades – sempre adjacente a uma narratividade de suspeita, denúncia e culpabilização – com as relativas às da solução dos enigmas das adivinhas, das charadas e dos anagramas, cujo fundamento será sempre o da superação de um mistério (Bertrand, 2014: 127-140).

É certo que nas TCs o presente existe e se encontra regido por anti-valores. Ao contrário do que sucedia nas distopias – em que é o futuro que é negativizado –, o presente é o tempo do evento perturbador, misterioso, enigmático: uma catástrofe estranha, um acidente bizarro, um evento político destabilizador, uma crise repentina. Mas esta temporalidade é regida pelo passado. Os acontecimentos nunca valem por si (isto é, apenas como uma conjuntura de ‘tempos difíceis’); eles são amalgamados, colocados entre parêntesis porque suspeitados, desmistificados, denunciados por referência a um passado

(mesmo que assumidamente subjectivo como sucede no solipsismo) que os vai transformar em episódios exemplares da regência do Mal.

6ª Do ponto de vista veridictório, as distopias manifestam textualmente o ‘não ser’ como se fosse uma revelação – daí o carácter fortemente descritivo dos registos. Em contrapartida, o ‘não ser’ nas TCs é manifestado como uma entidade escondida – como se fosse o segredo de um complot – ou disfarçada – como se se tratasse da dissimulação de uma impostura.

Já do ponto de vista aléctico, também se verificam singularidades importantes. Se nas distopias, as situações de estado de ‘não-ser’ são significadas como uma ficção, algo plausível, possível, mas não necessário, tal não ocorre no caso da textualidade das TCs. Na medida em que estão integradas num programa narrativo de sanção cognitiva que nunca foi de conhecimento, mas de (re)conhecimento do que já se antevia, adivinhava, temia, o ‘não ser’ é significado como sobre-determinado pela modalidade do ‘dever’, conduzindo a um teor determinista – fundamentalista (algo necessário: dever-ser).

2. As encenações distópicas das TCs

A partir das considerações formuladas sobre o facto de existirem pontos em comum e disparidades entre distopias e TCs, avançamos para um aprofundamento a partir da análise de três filmes que será de índole semiótica.

Com excepção do parâmetro do *ethos*, originário da retórica aristotélica, todos são provindos do domínio da semiótica textual, principalmente no respeitante aos programas gerativos de sentido (Greimas & Courtés, 1993: 157-160): a) temática; b) *ethos*; c) performances; d) paixões/emoções; e) veridicções; f) figurações.

Seleccionámos filmes onde a conspiração fosse directa ou indirectamente explorada do ponto de vista temático: *The Conversation* (Francis Ford Coppola, 1974); *They Live* (John Carpenter, 1988) e *Theory of Conspiracy* (Richard Donner, 1997).

Apresentamos sinteticamente as sinopses:

Em “The Conversation”, realizado por Francis Ford Coppola em 1974, Harry Caul (Gene Hackman) é um solitário espião perfeccionista no seu trabalho. O filme começa com o que aparenta ser um trabalho rotineiro de vigilância e de escuta das conversas de uma mulher com o seu amante. Quando Harry visita o escritório do marido, o assistente tenta interceptá-lo, compreendendo assim que pode ter apanhado algo mais importante que uma aventura conjugal. Na realidade, a conspiração do casal implicava o assassinato do marido, o que o conduz a uma crise de consciência e de confronto com fantasmas do passado;

Em “They Live” (1988), John Carpenter retrata George Nada que descobre que a população é manipulada por uma raça alienígena capaz de a induzir num estado submisso, letárgico de conformismo e consumismo, enquanto se apropria das riquezas naturais e económicas do planeta;

Em “Conspiracy Theory” (1997) de Richard Donner, Jerry Fletcher é um motorista de táxi obcecado em teorias da conspiração sobre os mais variados assuntos. Na edição do seu jornal, com apenas cinco assinantes, escreve algo suficientemente perigoso para o tentarem matar.

2.1 As temáticas

Nos filmes em análise, a tematização da «conspiração» é gerida de modos distintos de um ponto de vista diegético.

Richard Donner (“Conspiracy Theory”) aborda-a logo no começo do filme, significando-a quer alusiva, quer explicitamente. Se considerarmos do ponto de vista da semiótica textual uma conspiração como um registo de dissimulação (de um *complot*, de uma impostura, de uma traição), um texto que gera veridictoriamente o efeito de sentido do «parecer, mas não ser», então ela é evocada metaforicamente. A história inicia com imagens do genérico que, na realidade, constituem o letreiro de um autocarro ou com os mais variados reflexos projectados em vidros, poças de água, jantes de automóvel, etc.. A partir de tais imagens, a cena inicial progride para a introdução do

personagem principal (Jerry Fletcher - Mel Gibson), motorista de táxi que relata TCs aos seus passageiros.

É de salientar o estatuto actancial deste personagem: ele já desconfia de algo e, portanto, protagoniza um programa narrativo de suspeita. Do ponto de vista semiótico, uma TC caracteriza-se fundamentalmente nesse aspecto: ao invés do que sucede nas distopias, que são registos de revelação, aquelas são textualidades de suspeição e de desmistificação. É por isso que os heróis vigiam tudo o que seja significativo dos seus pré-conceitos (suspeitas). Em contrapartida a esta abordagem, encontramos a opção de Francis Ford Coppola (“The Conversation”) e de John Carpenter (“They Live”) no modo como gerem o estatuto dos sujeitos que formulam as TCs e a sua respectiva tematização. O que é encenado nestes filmes é a sua transformação à medida que se confrontam com eventos misteriosos que tentam compreender. Num caso, um casal que se supõe protagonizar um caso amoroso (“The Conversation”), no outro uma série de raptos, de violência policial conjugada com cultos religiosos e estranhas transmissões televisivas (“They Live”). Subjacente às emissões de televisão, aos anúncios de publicidade, à promoção nos rótulos de produtos está uma indústria da endoutrinação e da lavagem cerebral (figura nº 1).



Figura nº 1 (00:31:34)

Nota: cada imagem é identificada partir do seu respetivo *time code* formalizado a partir do critério das horas, minutos e segundos.

2.2 O ethos dos personagens

Nos filmes analisados constatou-se uma recorrência no modo como é significado o estatuto do sujeito que teoriza a conspiração (o protagonista): mais tarde ou mais cedo, é figurado como encerrado na sua própria concha de convicções, emoções angustiadas, aportando aos filmes um forte cunho subjectivo. Trata-se de uma particularidade que não se verifica na textualidade das distopias perpassadas por um teor mais objectivo.

Este autocentramento, e até mesmo fragilidade, são resolvidos de modo distinto. Por um lado, é uma situação de estado que o herói supera no epílogo (“Conspiracy Theory”); por outro, que se desenvolve até ao meio do filme e, depois, se decide numa conduta de reacção (“They Live”); e, finalmente, que progride até ao culminar do filme, quando atinge o seu ponto máximo de intensidade na opção do protagonista destruir a sua própria casa em busca de um aparelho de escuta que só ele acredita que existe (“The Conversation”).

Este cunho subjectivo é evocativo de uma convicção pessoal sobre a decadência dos outros e das coisas. As TCs são textos (subjectivos) significativos de *feelings*, de emoções íntimas, de angústias, de fantasias relativamente a eventos misteriosos, particularidades evidentes nos filmes, mas que não se descortinam nas narrativas distópicas onde esta questão das angústias pessoais não é tão evidente. Em “Conspiracy Theory”, o protagonista encontra-se encerrado no seu próprio mundo imaginário pleno de suspeições íntimas; em “They Live”, vê-se subitamente transportado para uma realidade que só ele consegue ver (e ser visto pelos conspiradores) e em “The Conversation” é arredado para um mundo de angústia cuja prova de existência procura descobrir.

Destaca-se como o sentido desta fragilização pessoal se encontra compensado pelo que é evocativo do fundamentalismo das suas certezas.

Vale a pena aprofundar este aspecto relativo ao modo como o protagonista, não obstante encerrado no seu mundo pleno de suspeições, se abre aos outros; não desiste de demonstrar os seus *feelings*, atribuindo à narrativa um inevitável cunho argumentativo que consideramos estar inexistente na

textualidade da distopia. É certo que tanto em “Conspiracy Theory” como em “They Live” os heróis apresentam dificuldades de se exprimir. Como demonstrar o que para eles é tão evidente? Os seus discursos adquirem, então, uma intensa emotividade, exagero, agressividade, grandiloquência – apanágios já salientados por Richard Hofstaedter no estilo paranóico (Hofstaedter, 1967: 4). O *ethos* do herói de “Conspiracy Theory” é o de alguém que gesticula, grita, agarra, de alguém que tudo faz para que Alice Satton acredite na sua palavra, o mesmo sucedendo com o de George Nada relativamente a Frank Armitage até à cena antológica da luta entre ambos (“They Live”). É como se nas TCs, a palavra do sujeito que a enuncia sempre fosse insuficiente e a imagem fosse o único recurso expressivo de prova. Tudo se decidisse no momento em que a realidade conspirativa se impõe aos olhos.

O predomínio da visualização sobre a verbalização é solucionado a partir de dois modos. Em “They Live”, a conversão à TC só se faz olhando para o *complot* – para o que está escondido ou disfarçado, só visto por intermédio de uns óculos especiais (figura nº 2). No respeitante a “Conspiracy Theory”, Alice só acredita a partir do momento em que acede a uma sala secreta da residência do herói, na qual finalmente vê uma encenação esquemática do *complot*, que também engloba fotografias de si e que formaliza o alcance da conspiração (figura nº 3).

Derivemos a análise para o *ethos* inerente a outros personagens, averiguando se existem pontos em comum com os do registo das distopias.

Em primeiro lugar, encontramos os que frustram o protagonismo do herói. No caso de “They Live”, é neste domínio que inscrevemos o estatuto do trapaceiro e principalmente do impostor (Holly Thompson): tudo fazem para atrasar, sabotar o processo de descoberta do *complot* por parte de George Nada. Em segundo lugar, encontramos os rivais cujo *ethos* é determinado pelos valores negativos adjacentes ao próprio universo do *complot*. O seu estatuto discursivo depende da natureza do programa narrativo de sanção cognitiva e, principalmente, do quadro de pensamento subjacente à performance do próprio herói (pensamento mitológico vs pensamento não mitológico (Madisson, 2018: 251-257). Esta distinção é importante pois

possibilita sustentar a polaridade como o rival é figurado enquanto ‘anti-próprio’ ou ‘não próprio’ (Madisson, 2018: 246-249).



(1:01:36)



(1:01:41)

Figura nº 2

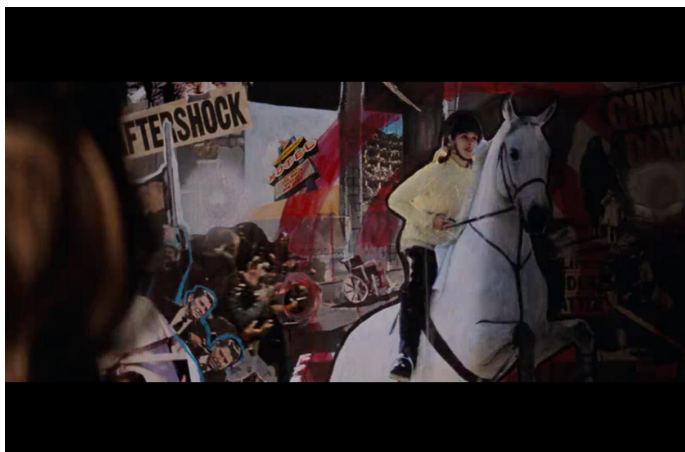


Figura nº 3

(1:01:07)

Na perspectiva do ‘anti-próprio’, ele é sobre-determinado por um *ethos* simétrico ao do sujeito-herói (protagonista). Eis a figuração do inimigo ideal postulada por Richard Hofstadter (Hofstadter, 1967: 32): sujeito misterioso, todo-o-poderoso causador das catástrofes, dos eventos perturbadores. Indivíduo livre, activo, super-poderoso, mais ou menos culto, na pose de recursos ilimitados de informação e de tecnologia. Um inimigo discreto, racional e super eficaz. Em “They Live”, essa figuração descortina-se na encenação da própria sociedade extraterrestre subjacente à americana e que só é descoberta por intermédio de um par de óculos (figura nº 4).

Já em “Conspiracy Theory”, o rival inscrito na categoria do ‘anti-próprio’ encontra-se em Dr Jonas, sujeito dotado de super-poderes explicitados na cena do desaparecimento do seu escritório. O depoimento que efectua a Alice Sutton também é significativo deste perfil de herói do mal: discreto e perverso, inteligente e engenhoso, que domina as técnicas da lavagem cerebral (investigação sobre alucinações, electro-choques, estados vegetativos, experiências com ausência de sensação até à morte).



Figura nº 4
(00:39:35)

Por sua vez, em “The Conversation” a representação do rival na perspectiva do anti-próprio é mais subtil, pois resulta de um jogo de simulações e de enganos decorrente da encenação de um casal que parece ser vítima de uma conspiração para depois se descobrir que conjuram o assassinato do marido enganado, um executivo de sucesso.

Independentemente destas variações figurativas sempre existe um denominador do ponto de vista narrativo: estes anti-sujeitos são objecto de um processo cognitivo de interpretação e de descoberta (ou, principalmente, de redescoberta). O mesmo já não se pode considerar no caso em que os rivais são figurados como ‘não-próprio’, isto é, como anti-sujeitos inscritos no protagonismo de um programa narrativo que deriva da sanção cognitiva para a da sanção retributiva negativa (punição). É justamente nesta figuração que consideramos existir alguma aproximação entre a textualidade das TCs e a das distopias, pois o *ethos* dos anti-sujeitos é significado como o relativo ao de um agente do Mal supremo, ao do Mal absoluto. Ei-los como a personificações do desestruturado, do caótico, do estranho com o qual não existe qualquer elemento comum e linguagem (Madisson, 2018: 246) e, portanto, é necessário assegurar uma conduta de distanciamento (e afrontamento). Do ponto de vista figurativo, a sua significação inscreve-se no domínio do grotesco, um apanágio discursivo comum às TCs e às distopias. Não o grotesco burlesco ou carnavalesco, mas o aterrador, uma particularidade patente no modo como John Carpenter figura os conspiradores como extra-terrestres: sujeitos aberrantes, terríficos representantes do que se pode imaginar, mas não descortinar. A dimensão do invisível – também latente em “The Conversation” e sugerida em “Conspiracy Theory” (a partir da recorrência da obscuridade, das sombras, da insistência em encenações em subterrâneos e em catacumbas complementadas com planos de imagens muito apertados em grande plano ou muito grande plano e enquadramentos sem profundidade de campo), é um recurso discursivo que contribui para inscrever o registo fílmico num imaginário adjacente ao que é angustiante e sinistro (na linha das concepções do grotesco de Wolfgang Kayser, 1986).

2.3 A natureza das performances

A conjugação de um *ethos* auto-centrado – baseado no encerramento dos protagonistas na concha das suas angústias e/ou convicções – com um pró-ativismo adjacente ao propósito de convencer o outro, contribui para uma ‘textualidade fílmica’ que significa a TC a partir da encenação de uma performance de desmistificação, sendo esta uma particularidade que não ocorre nas distopias.

Em “The Conversation” e, principalmente, em “They Live”, os protagonistas são confrontados com eventos estranhos e anormais, impondo uma progressão no seu fazer interpretativo que vai de uma atitude de curiosidade e incerteza (não crer ser) até à adopção de uma posição de convicção sobre o carácter desconfigurativo do que lhe está subjacente (crer ser). Eis dois filmes que relatam uma conversão sobre a existência de conspirações; reportam programas narrativos de sanção cognitiva caracterizados por procedimentos de investigação de enigmas e confirmação de *feelings*. É por isso que em “The Conversation” e, principalmente, em “They Live”, quer os microfones, quer os óculos são instrumentos de decifração.

Em contrapartida, em “Conspiracy Theory”, o herói já está previamente convicto da existência de *complots*. A incerteza vivenciada pelos protagonistas dos outros filmes dá lugar ao ‘crer-ser’ da convicção pessoal fundado num *ethos* fundamentalista que é canónico da textualidade das TCs. Constate-se como o filme inicia com Jerry Fletcher protagonizando um discurso significativo de uma atitude suspiciosa perante a realidade da vida quotidiana., isto é, como a sua performance já não está centrada numa conversão subjectiva sobre a existência de uma realidade desconfigurativa, que se escondia na sucessão histórica dos eventos, mas numa conversão intersubjectiva sobre o carácter mistificador da própria realidade. Efectivamente, boa parte do filme deriva das tentativas de persuasão de Alice Sutton. A esta *praxis* se complementa a do ‘(re)conhecimento’, isto é, a da descoberta de tudo o que na realidade contribua para provar os seus ‘pré-conceitos’. Confira-se o estatuto discursivo desempenhado pelos jornais – e, de um modo geral, pelos

media. São fontes que não podem ser consideradas de informação, mas de confirmação do que já sabe e/ou sempre soube.

2.4 A emotividade

Passamos para a formulação de considerações sobre as dimensões mais profundas das estruturas sémio-narrativas patentes nas obras em análise e relativas às singularidades do registo das TCs. Relativamente a este aspecto incidiremos a análise no modo como são significadas situações tónicas que estão subjacentes à progressão (narrativa) dos protagonistas. Muito sinteticamente, lembramos como Greimas e Courtés inscreveram no domínio do tónico o pertencente ao mundo dos afectos e dos humores (Greimas & Courtés, 1993: 396-397). Esta categoria articula-se em torno da dicotomia ‘euforia vs disforia’ (com a ‘foria’ como o termo intermédio), sendo estes conotadores positivos ou negativos. Esta dicotomia subjaz a performance dos sujeitos no sentido de se conjugarem com os valores positivos ou negativos adjacentes aos objectos (de desejo) e assim vivenciarem situações de estado eufóricas ou disfóricas.

Começamos por “Conspiracy Theory” por considerarmos ser o mais canónico da textualidade das TCs. Subjacente à trama narrativa existe uma conversão intersubjectiva. Sabemos que o filme inicia com o protagonista conhecedor das conspirações, pelo que a história evolui a partir do êxito dos seus procedimentos de persuasão, empenhado em ‘fazer-crer’ Alice Sutton sobre a sua existência. Nesta particularidade, o filme desenvolve-se a partir da transição de uma situação de estado considerada tensa e disfórica – Alice Sutton ainda está céptica relativamente ao que Jerry Fletcher sempre soube – para outra, distensa e eufórica – quando finalmente ele conseguiu que ficasse convencida. É também relevante a contextualização do ponto de vista tónico, do próprio perfil psicológico do protagonista. Recorde-se como a sua performance se integrava num fazer cognitivo adjacente a um programa de sanção protagonizado por alguém que oscila permanentemente entre a tensão da suspeita (aquando da interpretação de vestígios) e a distensão eu-

fórica da descoberta do que sempre soube/presentiu. Esta relação entre a tensão da vigilância e a distensão do reconhecimento dos mais variados índices – que são sempre provas comprobatórias – constitui o perfil psicológico característico de sujeito de enunciação de uma TC e o *ethos* de um sujeito paranóico –, um perfil que não se descortina no registo das distopias.

“The Conversation” é o menos ortodoxo dos três filmes analisados no que concerne à articulação entre a tensão da vigilância e a distensão do re-conhecimento. Como a origem/causa da conspiração é significada veridictoriamente como um segredo jamais revelado, a progressão do filme consubstancia-se num crescendo de tensão conjugado com uma disforia associada à frustração. Harry Caul quer saber mais sobre a conspiração efectuada pelo casal, mas não consegue (não sabe ou não pode saber). A cena final da destruição da sua casa, caracterizada por um apogeu de tensão disfórica, significa metaforicamente a sua própria frustração.

Em “They Live”, a progressão das situações de estado tímico é mais complexa. O filme inicia-se com a chegada do herói a Los Angeles, uma cidade impessoal e não acolhedora ao forasteiro. Independentemente deste aspecto, George Nada só ambiciona encontrar trabalho: a existir algum estado de tensão, prende-se com a expectativa de o encontrar. A tensão adjacente à temática da conspiração só se instala por complementaridade ao desejo fundamental de descobrir/interpretar eventos considerados estranhos como, por exemplo, os que ocorrem numa igreja. A narrativa progride a partir de uma situação de estado de neutralidade fórica e distensa, para uma situação de progressiva tensão disfórica à medida que o herói pretende decifrar o que é misterioso e perturbador. Atinge o seu clímax na cena da solução do mistério, quando coloca os óculos e vê a conspiração. Corresponde a uma situação de distensão (curiosamente não muito eufórica). O mistério está descoberto por um herói chocado (figura nº 5).



00:31:53



00:31:56
Figura nº 5



00: 31:58

Esta situação tímica encontra posteriormente o seu correlato quando o filme evolui do protagonismo de um programa de sanção cognitiva adjacente ao conhecimento (portanto, à resolução do enigma), para outro de sanção retributiva referente à punição (eliminação) dos conspiradores.

2.5 Os estatutos veridictórios

Neste parâmetro de análise tencionamos reflectir sobre como a temática da conspiração é significada, encenada, pelos realizadores: algo de secreto ou de enganador. No caso do segredo conspirativo, o sujeito confronta-se com a existência de um enigma situado para lá de uma realidade que o oculta. O estatuto do complot é o de ser algo que se encontra escondido (secreto). Este é o fundamento veridictório de “They Live” e “The Conversation”. Nestes filmes a trama é a da resolução do mistério subjacente a eventos bizarros e enigmáticos (“They Live”) ou a sons aparentemente sem sentido (“Conversation”) que embatem nas convicções dos protagonistas. Verifique-se como a conspiração é significada como um mistério que é solucionado com sucesso (“They Live”!) ou jamais solucionado, conduzindo à dissolução do herói no seu mundo pleno de desconfianças e de angústias (“The Conversation”). Já no caso de “Conspiracy Theory” a conspiração encontra-se significada como algo disfarçado (dissimulado), não escondido, mas camuflado e que exige ao protagonista um fazer interpretativo não mais adjacente à decifração, mas à desmistificação e à denúncia.

Últimas palavras relativamente ao regime veridictório das TCs e ao modo como contrasta com o das distopias, pois este é o da revelação de uma situação de estado plausível – parecer-ser (sendo que este ser é na realidade um ‘não ser’, na medida em que se encontra sobremodalizado por axiologias

desconfigurativas). Daí a sua especificidade predominantemente descritiva relativa à dissolução das instituições, dos valores, das tradições, das culturas e das identidades por referência a uma temporalidade futura e a uma espacialidade virtual.

e- As figurações

Já referimos como nos programas narrativos de sanção cognitiva das textualidades das TCs a performance do sujeito corresponde a uma *praxis* interpretativa de desmistificação da conspiração, umas vezes significada com um segredo que se desvenda, outras como uma impostura que se denuncia. Esta particularidade favorece uma figuração das coisas como entidades obtusas sempre oferecendo várias leituras de cariz explícito e de cunho implícito e conotativo. A realidade não se dá a ler facilmente, pois é dúplice e apresenta-se com o algo secreto ou enganador.

Aprofundemos a análise desta significação obtusa a partir de três dimensões de análise: a dos espaços/objectos, sujeitos e a das temporalidades.

A representação do espaço da conspiração impõe uma cenografia da ‘clandestinidade’ que inclui subterrâneos, câmaras secretas, divisórias que instituem outros mundos que não os visíveis. Confira-se, por exemplo, em “They Live”, como a Igreja é a antecâmara dos resistentes ou o estúdio de televisão que oculta as régies e os mecanismos técnicos de lavagem cerebral e de viagem espacial. Sobre este aspecto, John Carpenter introduz no filme um interessante *gadget* que possibilita conciliar o espaço público com o da conspiração. Corresponde a um relógio com o qual os alienígenas migram por vários espaços – um estatuto narrativo semelhante aos dos óculos que habilita o herói a distinguir o que se encontra no domínio do escondido.

Em “The Conversation”, a opacidade misteriosa dos espaços continua a verificar-se. Por exemplo, a cena inicial do filme, na qual o espaço público de um jardim se constitui como uma paisagem sonora ambígua, que se assume como um desafio para captar e interpretar a inteligibilidade das conversas e dos *complots*, reportando-os para um domínio que é o do segredo (e, portanto, do inaudível).

A ambiguidade figurativa da espacialidade encontra também a sua correspondência no estatuto dúplice dos personagens figurados simultaneamente como sujeitos públicos (apresentando-se com um determinado estatuto) e sujeitos privados (dotados de outro, que é contraditório). Destaque-se a este propósito os personagens do reverendo e dos polícias em “They Live”. Do ponto de vista público, são agentes da concórdia e da ordem; mas, do ponto de vista privado, um é um activista e os outros são vigilantes e opressores. Em “The Conversation” esta duplicidade também se verifica, incidindo sobre um casal que conversa num parque. Aparentemente, são vítimas de uma conspiração, quando realmente essa conversa esconde um complot e o seu estatuto como conspiradores.

Em “They Live”, a resolução dos mistérios e a denúncia dos complots decide-se por intermédio de objectos. Através de uns óculos que tornam transparente o que anteriormente deveria estar escondido. Sob a aparente utopia da sociedade América se esconde a distopia de uma conspiração referente a uma invasão extraterrestre. Para além desses objectos, é de mencionar o papel desempenhado por certos personagens: referimo-nos ao trapaceiro, protagonizado pelo que trai, que se converte aos princípios dos extraterrestres em nome dos valores do dinheiro ou das suas convicções como sucede com Holly Thompson.

Em “The Conversation”, os mistérios permanecem opacos porque não existem personagens adjuvantes ou adereços que favoreçam a sua revelação. A trama narrativa resume-se à impotência de Harry Caul que, apesar de querer descobrir o enigma do complot, jamais o consegue.

Algumas palavras para a figuração da temporalidade. Ambos os filmes (“The Conversation” e “They Live”) exploram o tempo do presente associado a um processo de interpretação dos acontecimentos. O sujeito está imerso numa actividade hermenêutica, ensaiando atribuir uma intencionalidade conspirativa a um leque de eventos estranhos ou inquietantes, que valem por si e não pela remissão metonímica a estruturas maléficas ancestrais.

Este centramento no presente, num processo cognitivo de interpretação, de atribuição de sentido, constitui apanágio de um pensamento não mitológico.

Reservámos para o fim a descrição das modalidades figurativas patentes em “Conspiracy Theory”. Como o programa narrativo protagonizado pelo herói já não é meramente de descoberta do complot, mas de denúncia da sua existência, a figuração dos parâmetros dos espaços/objectos, sujeitos e temporalidades é complementar à que estava patente nos outros filmes.

A figuração da opacidade misteriosa, evocativa do estatuto da conspiração como um segredo que se denuncia em “They Live” e, parcialmente, em “The Conversation”, é agora substituída pela da ilusão, pela da camuflagem, pela da mistificação – características figurativas de um regime veridictório modalizado pelo engano/dissimulação. Neste contexto, os sujeitos são significados como impostores ou como traidores que exercem um poder paralelo ao que estava legitimamente instituído. Confirma-se a este propósito, o papel desempenhado por Dr Jonas que pretendia capturar Jerry Fletcher. Ao mesmo tempo os espaços e os objectos são os da ilusão. Não são mais privados e misteriosos, mas dissimulados: repetimos, como exemplo, a cena do gabinete de Dr Jonas que se disfarça numa sala de escritórios e num prédio anónimo, indiferenciado ou a recorrência a hospitais e fábricas que camuflam cárceres ou salas de tortura. O próprio quarto de Jerry Fletcher é o local onde se encontra dissimulada uma porta de fuga (figura nº 6).



Figura nº 6
(1:00 36)

Em suma, o estatuto da figuração da espacialidade onde se aloja a conspiração é o de ser dispositivo de camuflagem de outros espaços e de outros valores (negativos). Assim sendo, os objectos, na perspectiva dos adereços, também são os da ilusão: máscaras, disfarces, armas escondidas ou camufladas. Por sua vez, como a performance do herói se caracteriza pelo protagonismo de um programa narrativo caracterizado por uma *praxis* de suspeição a partir da qual ele já sabe, já conhece de antemão – uma *praxis* que se caracteriza por um procedimento de desmistificação –, também a figuração da temporalidade se encontra enviesada pelo passado. O sujeito não se limita a conhecer ou a tentar compreender o mundo (presente), mas a ponderá-lo como prova que sustenta estruturas cognitivas que já detinha (passado). O que ele interpreta só comprova o que já sabia e o que já sabia reporta a um imaginário de angústia, de perversidade e de maldade, de desconfiança, em suma de *bad will*. Já tínhamos abordado este assunto na Consideração relativa à temporalidade da textualidade das TCs, mas voltamos a ressaltar: a interpretação que o protagonista preconiza sobre os eventos do presente resolve-se através de um exercício cognitivo suspcioso onde o passado é figurado como um parâmetro que se imiscui permanentemente, uma característica de um quadro de pensamento mitológico. Verifique-se como esta ordem de pensamento se encontra figurada no filme de Richard Donner relativamente ao fluxograma da cave de Jerry Fletcher ou às *newsletters* por ele editadas onde se encontra representada uma rede de acontecimentos que materializa a ascendência de um sistema e de um plano maléfico intemporal, omnipresente e onnipotente. O mesmo sucede nas cenas iniciais do filme, quando o protagonista interpreta as notícias como sendo provas evidentes de tramas e de conspirações previamente existentes e determinantes.

Conclusão

Neste ensaio procurámos caracterizar as principais especificidades das TCs, salientando pontos em comum que pudessem existir com as distopias. É o caso das estruturas axiológicas de cariz negativo fundamentais para que ambas sejam registos do desagradável. Mas também descortinámos

importantes singularidades no que concerne às modalidades veridictórias que, relativamente às TCs, reportam à significação do escondido ou do disfarçado; às modalidades epistémicas decorrentes de uma atitude paranóica e fundamentalista e às modalidades alécticas a partir das quais as situações de estado negativas tendem a ser significadas como um dever-ser, isto é, como uma situação de estado inevitável – necessária.

Seguidamente centrámos a nossa análise em três filmes onde a temática da conspiração e da sua teorização fosse mais ou menos explícita. O nosso objectivo consistiu em verificar como a significação de tais temáticas reflectia parâmetros de cariz semiótico, como os relativos à existência e articulação de diferentes tipos de pensamento (mitológico e não mitológico) ou os referentes a um percurso gerativo de sentido (inscrito em programas representativos da sanção cognitiva e retributiva).

Relativamente à análise, apercebemo-nos de uma omnipresença de axiologias negativas a partir das quais os eventos são sistematicamente conotados como disfóricos e ameaçadores a partir de modalidades de figuração tendencialmente grotescas, uma característica também presente na textualidade distópica. Em contrapartida as particularidades de cada filme decorrem do protagonismo dos programas narrativos da sanção cognitiva pelos sujeitos-herói que são divergentes conforme o modo como é significado o seu *ethos*. Num caso, ele é um actante que não sabe e procura descobrir a partir de uma progressão tensa e expectante adjacente à decifração do enigma que oculta a conspiração, como sucede em “They Live” e em “The Conversation”; no outro, ele já tudo sabe e agora só procura denunciá-la, também por intermédio de uma progressão tensa e expectante, como se verifica em “Conspiracy Theory”.

Esta distinção de programas narrativos e de *ethos* foi relevante, pois possibilita-nos propor dois estatuto subjacentes à temática da «conspiração», conforme ela seja objecto de um processo de conhecimento/descoberta de algo escondido ou de um re-conhecimento/suspeição/denúncia de algo que se dissimula. “Conspiracy Theory” constituiu-se como a obra paradigmá-

tica deste aspecto, no âmbito da qual o dever do herói jamais consiste na solução do enigma (pois para ele já se encontra há muito solucionado), mas na tentativa da demonstração de uma suposição, de um *feeling*. Em contrapartida, os outros filmes, são principalmente paradigmáticos do género do *thriller*, no âmbito do qual a descoberta de um mistério será configurativa de uma conspiração (“They Live”) ou de uma traição (“The Conversation”). Estas disparidades são importantes porque nos conduz à hipótese de ter de se ponderar no estudo sobre a textualidade das TCs as que decorrem de uma interpretação do sujeito inscrita em processos de conhecimento relativos a uma *praxis* de investigação e respetiva demonstração (mesmo que falhada) ou em processos muito subjectivos de teorização e paranóia.

Bibliografia

- Angenot, M.(1994). *Les ideologies du ressentiment*. Montreal, Les Éditions XYZ;
- Bertrand, D. (2014). “ Los regímenes semióticos del secreto”, in: Lozano J (Ed.). *Secretos en red. Intervenciones semióticas en el tiempo presente* (pp. 127-140). Madrid: Dequitur;
- Camilo, E.; Santos, A.M.; Sidoncha, U. (2018). *Sobre suspeita e culturas de desconfiança (fundamentos e práticas)*. Lisboa.
- Camilo, E.(2016). “Suspicion, Denunciation, revolt. On Textual Particularities of Conspiracy Theories”, in: Leone, M (Ed.) – *Lexia Journal of Semiotics - Complot/Conspiracy* (pp. 141-156). Torino: Circe/Aracne Editrice,;
- Campion-Vincent, V. (2007). “From evil others to evil elites: A dominant pattern in conspiracy theories today”, In: Gary Alan Fine, Veronique Campion-Vincent & Chip Heath (eds.). *Rumor mills: The social impact of rumor and legend* (pp. 103–122). New Brunswick: Transaction;
- Cobley, P. (2004). The semiotics of paranoia: The *thriller*, abduction and the self. *Semiotica* 148 (1/4). 317–336.
- Courtés, J. (1979). *Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva*. Coimbra: Almedina. (Edição original: 1976, Paris, Hachette);

- Detry, B (2018). “Formas Patológicas de Suspeita: a Paranoia e a Distorção da Realidade”, in: Camilo, E.;Santos, A. L., Sidoncha, U. (Org) (2018). *Sobre Suspeita e culturas da desconfiança (fundamentos e práticas)*. Coimbra: Minerva, p. 103-110.
- Dorsey, L. (2002).“Re-reading the X-files: The trickster in contemporary conspiracy myth”, in: *Western Journal of Communication* 66 (4), 448–468;
- Eco, U. “Chifres, cascos, canelas. Algumas hipóteses acerca de três tipos de abdução”, in: Eco, U, Sebeok, T. (1991). *O signo dos três*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Greimas, A. & Courtés, J. (1993). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette;
- Greimas, A. (1989). *Del sentido II*. Madrid, Gredos. (Edição original: 1983, Paris: Seuil);
- Greimas, A. (1983). *La semiótica del texto. Ejercicios prácticos*. Barcelona: Paidós comunicacón. (Edição original: 1976, Paris Seuil);
- Greimas, A. (1975). *Sobre o sentido. Ensaio semióticos*. Petrópolis: Vozes. (Edição original: 1970, Paris Seuil);
- Hofstadter, R.. (1967). *The paranoid style in American politics and other essays*. New York: Vintage;
- Kayzer, W. (1986). O grotesco. Configuração na pintura e na literatura. São Paulo: Perspectiva
- Knight, P. (2008). Outrageous Conspiracy Theories: Popular and Official Responses to 9/11 in Germany and The United States. *New German Critique* 35 (1). 165–193.
- Madisson, M-L. (2014). “The semiotic logic of signification of conspiracy theories”, in: *Semiotica*. Berlim: De Gruyter Mouton, (202), 273 – 300;
- Madisson, M-L. (2018). “A lógica semiótica das Teorias da Conspiração”, in: Camilo, E.;Santos, A. L., Sidoncha, U. (Orgs) (2018). *Sobre Suspeita e culturas da desconfiança (fundamentos e práticas)*. Coimbra: Minerva, 235-268;

- Moscavici, S. (1987). *The Conspiracy Mentality*. Janeiro de 1987. Disponível em ligação url (Abril de 2017): https://www.researchgate.net/publication/279408930_The_Conspiracy_Mentality;
- Pipes, D. (1997). *Conspiracy: How the Paranoid Style Flourishes and Where It Comes From*. NY: Simon&Schuster;
- Popper, K. (1945). *The Open Society and Its Enemies*. London: Routledge;
- Popper, K. (2002). *Conjectures and refutations*. London: Routledge (Edição original: Routledge, 1963)
- Propp, V. (2003). *Morfologia do conto*, 3ª ed. Lisboa: Vega (Edição original: Leningrad: Academia, 1928).
- Reboul, O. (1998). *Introdução á retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Sodré, M; Paiva, R. (2002). *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Soriau, E. (1992). *Les Deux Cent Mille Situations Dramatiques*. Paris: Flammarion (Edição original: Flammarion, 1950);
- Ventsel, A. “O que é político nas teorias da conspiração?”, in: Camilo, E.; Santos, A. L., Sidoncha, U. (Orgs) (2018). *Sobre Suspeita e culturas da desconfiança (fundamentos e práticas)*. Coimbra: Minerva, 139-150.

Videografia

- CARPENTER, J. (1988) - *They Live*. Universal Pictures.
- COPPOLA, F.F. (1974) - *The Conversation*. Paramount Pictures.
- DONNER, R. (1997) - *Conspiracy Theory*. Warner Bros.

POPULISMOS: A “CLOWNIZAÇÃO” DA POLÍTICA

João Carlos Correia¹

Resumo: Na perspectiva deste texto, considera-se que o tipo de interação social dominante, nas novas tecnologias da comunicação pode desencadear fatores que interferem diretamente na configuração das lideranças políticas ao nível das diferentes formações políticas: grupos, movimentos e partidos.

Ao nível estritamente político, verifica-se a retoma de elementos pré-modernos. No contexto das redes e da indústria dos *media*, a autoridade legal-racional é substituída pela popularidade do líder carismático no sentido dado pela sociedade de comunicação. As competências necessárias ao exercício do poder passam a ser identificadas com as competências para gerar empatia emocional. O irracionalismo decorrente da exacerbação dos afetos convive com o mundo das mensagens instantâneas, dos diretos televisivos, dos tweets inflamados, das controvérsias dramatizadas e da polarização e fragmentação temáticas. Nesse sentido, são reativadas algumas das características estudadas na literatura das Ciências Sociais e Humanidades em torno do estudo do conceito de “personalidade autoritária”. (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford,1950)

A alteração das lideranças políticas manifesta-se não apenas ao nível das instituições que atuam no sistema político. Manifesta-se também entre líderes de opinião que intervêm, informalmente, ao nível da interação entre pessoas no seio do grupo e, correntemente, numa forma particular de mediação dessas interações, tal como se verifica ao nível das redes sociais digitais.

1. Universidade da Beira Interior, Labcom.IFP.

Verifica-se, assim, uma ligação entre as manifestações de fenómenos populistas e a rede de dependências dos indivíduos das premissas e preconceitos dominantes nas comunidades incluindo partidos, grupos e movimentos aos quais pertencem. Nomeadamente, nas redes sociais, os utilizadores ficam confinados aos seus grupos de interesse, relacionando-se com eles por Skype, e-mail e redes induzindo a radicalização de grupos de ódio que estabelecem e alimentam câmaras de eco que reforçam comportamentos uniformes similares aos próximos da ideia de massa. Estes temas foram discutidos, nas circunstâncias do tempo por Adorno e Horkheimer (2002), Adorno, (1991) Adorno et al (1950), e mais recentemente, são retomados por autores como Christian Fuchs, (2016) e Fuchs e Mosco (2016), entre outros. Partindo-se deste enquadramento teórico, procede-se à análise de expressões de liderança política em recentes acontecimentos onde houve lugar ao aparecimento de novas lideranças: USA, Brasil, Portugal.

Palavras Chave: Populismo, Redes sociais, Xenofobia.

I

No final dos anos 80 e princípios de 90, o modelo liberal democrático emergia como a mais atraente das alternativas existentes

Iniciara-se a 3ª vaga de expansão da democracia pelo mundo, a seguir às que se tinham verificado com a expansão da democracia até 1926, com a reinstalação do seu prestígio em autoridade em 1945.

Esta 3ª vaga começou com o 25 de Abril, o fim da ditadura dos coronéis, gregos e a transição em Espanha. Seguiu-se África (Nigéria, alguma liberalização no Egípto, Tunísia e Argélia, tendo terminado naturalmente na África do Sul), América do Sul (Chile, Brasil, Argentina, Bolívia, Salvador), Ásia, Índia, (Coreia do Sul, Paquistão) Europa de Leste e Queda do Muro de Berlim.

Entre 1974 e 1990, mais de trinta países do sul da Europa, da América Latina, do leste da Ásia e da Europa Oriental mudaram de sistemas de go-

verno autoritários para democráticos. Esta revolução democrática global é provavelmente a tendência política mais importante no final do século XX.

Cresceu o otimismo em relação à expansão da democracia ao ponto de autores como Francis Fukuyama (1992) terem defendido que a democracia representativa de tipo liberal americana significava o fim da história.

A dicotomia estabeleceu-se entre vários modelos de democracia e não entre a democracia e os modelos não democráticos. Verificou-se uma tendência da sociedade e das instituições no sentido de reconfigurarem as dinâmicas de funcionamento em função de uma maior abertura à participação e adoção crescente de estratégias de legitimação das instituições e das organizações que enfatizam a necessidade de cidadãos ativos, intervenientes no processo de tomada de decisão.

Assim, um pouco por todo o lado, também na Europa, verificou-se a questão do défice democrático, a qual se saldou em experiências que refletem pressupostos deliberativos ou participativos, de apelo à participação dos cidadãos. A comunicação tornou-se a palavra-chave que asseguraria a cultura política, na qual os debates políticos produzidos nas instâncias informais de deliberação originariam consequências benéficas na ação das instituições políticas.

A existência de *media* era um elemento fundamental para a formação da publicidade como requisito fundamental da obtenção do consentimento dos governados, seja num sentido fraco quanto à visibilidade, à exposição social de fenómenos, intenções e planos que se oferecem ao conhecimento de todos, seja mesmo num sentido forte criando condições ou contribuindo mesmo para a realização do diálogo e para a formação do juízo público.

Anos depois, o balanço é faticamente distinto: a democracia não ganhou em todo o lado confrontando-se com o nacionalismo fanático e com o fundamentalismo religioso, como contraponto ao secularismo demoliberal. Muitos países que se converteram à democracia, não são democracias liberais

Proliferam regimes híbridos com instituições democráticas, mas que carecem de uma competição política verdadeiramente aberta, livre e justa. 30 anos depois,” o pessimismo de hoje relativamente à democracia em termos globais reside, fundamental e inescapavelmente, nas expectativas infundadas e quase teológicas geradas pelo colapso do comunismo” (Teixeira, 2018, 25). A euforia de que Fukuyama foi um dos subscritores ou protagonistas, revelou-se sobremaneira infundada.

II

Depois da sua célebre visita em 1904 aos Estados Unidos, Weber confirmou as suas ideias sobre a organização, o poder e a autoridade.

Definiu assim, três tipos ideais

- autoridade tradicional, ou seja, herdada pelos seus detentores e aceites pelos súbditos desta.
- Carismática, na qual um líder individual é visto pelos seguidores como detentor de um dom especial.

A terceira forma de autoridade, escreve Weber, assenta na validade do estatuto legal e das competências baseadas em regras racionalmente criadas. Moisés Naim num livro de 2013 considerou que para Weber a burocracia estava longe de ser ou de ter o termo pejorativo que hoje detém. Descrevia a forma mais avançada de organização que os seres humanos haviam alcançado e aquela que melhor se adaptava ao progresso numa sociedade capitalista.

A forma de dominação consagrada na modernidade, a dominação legal cujo tipo mais puro, é para Weber, a dominação burocrática, constitui uma manifestação clara deste tipo de racionalidade atribuída ao desencanto do mundo: não se obedece à pessoa mas à regra estatuída, a qual estabelece a quem e em que medida se deve obedecer. A atuação do funcionário regulava-se por regras constrangedoras e abrangentes para toda a gente., independentemente do estatuto socioeconómico, das ligações familiares, religiosas ou políticas

Expressa-se, deste modo, uma concepção do desenvolvimento da modernidade em que toda a história do desenvolvimento do Estado moderno é identificada com a da moderna burocracia e da empresa burocrática.

Da mesma forma que o chamado progresso até ao capitalismo, a partir da Idade Média, constitui a escala de uniformização da economia, assim também o progresso até ao funcionário público, entendida como profissão especializada, baseada num emprego estável, na existência de um salário, pensão e possibilidades de ascensão, na preparação profissional e na divisão do trabalho, em competências fixas, no formalismo documental e na subordinação e superioridade hierárquica, constitui a escala igualmente unívoca de modernização do Estado (Weber, 1989: 707-708).

A associação política não é definida pelos seus fins, mas pelos seus meios. A esfera especificamente moderna e rigorosamente objetiva da razão de Estado é considerada nem mais nem menos como a suprema estrela condutora do arbítrio criador do funcionário: “A burocracia, frente a outros veículos da ordem de vida racional moderna, caracteriza-se pela sua inevitabilidade muito maior” (Weber, 1989: 731- 732; 733-735).

É conhecida a vastíssima crítica que a apologia da burocracia moderna e da autoridade legal racional suscitou. No final da própria ética Protestante e o Espírito do Capitalismo é possível pressentir a melancolia perante aquilo que ficou conhecido como o desencanto do mundo.

A Escola de Frankfurt verá no Holocausto e no Gulag o resultado desse processo de racionalização e desencanto do mundo. Porém, não optou pela apologia do irracionalismo, mas pela denúncia da mistificação e a consequente hipostasia dessa racionalidade. A Escola de Frankfurt não optou pelo regresso à comunidade de raiz popular (*volkisch*), mas preferiu denunciar o que considerava, o esquecimento dos limites da própria razão, esquecimento esse que levou a que os que o praticaram transformassem a própria razão no seu contrário, isto é, na sua mitificação. (Adorno e Horkheimer, 2002)

III

Hoje, a racionalidade instrumental imanente ao processo decisório pensado por Max Weber é desafiada por outros fenômenos.

Etnonacionalismo, populismo, polarização e grupusculização da vida política refletem características formais pré-modernas de autoridade tradicional e carismática. No sentido inicial, que dificilmente pode ser separado da definição religiosa, a dominação aparece associada aos dons especiais, concedidos a alguém para o bem dos homens, para as necessidades do mundo e, em particular, para a edificação da Igreja – a palavra é amplamente utilizada para definir a influência e admiração por alguma pessoa, notadamente marcada pela tentativa de criar simpatia para agradar a maioria.

Na sociedade da comunicação, o carismático aparece transmutado no ser capaz de agradar aos seus seguidores por um conjunto de qualidades que se adaptam bem a narrativa mediática particularmente televisiva e /ou digital. Há um conjunto de técnicas que são ensinadas de forma competente. Evidentemente essas qualidades têm tanto de inato como têm de construído. Constituem frequentemente uma forma de simulação de dons que suscitam uma empatia afetiva com os apoiantes. Certamente é necessário dominá-las num mundo crescentemente mediático. Todavia o problema consiste em quando os instrumentos são confundidos com as finalidades e a capacidade de decidir se torna completamente refém da capacidade de agradar, isto é, quando as competências necessárias ao exercício do poder se identificam com as competências comunicacionais. Cremos ser esse em larga medida o espaço do populismo.

O irracionalismo decorrente de uma exacerbação dos afetos convive bem com o mundo das mensagens instantâneas, dos diretos televisivos, Porém se era verdade há muito não podemos ignorar as suas consequências. Simultaneamente, formas pré-modernas anteriores à forma de autoridade legal-racional parecem ressurgir.

Por um lado, torna-se necessário trazer à luz o regresso da propaganda de massa nos *media* digitais suportada por formas arcaicas de sociabilidade (o holiganismo digital, o *bulling*, o *flaming*) que parecem ser esquecidas por algumas abordagens. Ao populismo do lado das lideranças corresponde uma polarização de segmentos cada vez mais sofisticada do lado das audiências,

Surge a suspeita de regressão social induzida pelos novos *media* devido ao movimento de retribalização da vida política e do espaço público radicalizada pela net. A pesquisa demonstra que os utilizadores ficam confinados aos seus grupos de interesse, relacionando-se com eles por Skype, e-mail, redes aos seus outros significativos. Cass Sunstein, especialista e assessor da administração de Obama, descreve como as redes através de grupos fechados e páginas de causas sectoriais tem aumentado e servido grupos fundamentalistas de *al right*, sites jihadistas, ou a radicalização de faixas do partido republicano ou de movimentos extremistas que suportam Bolsonaro no Brasil.

Vários institutos alertaram para a radicalização de grupos de ódio ligado a franjas republicanas que estabeleceram agendas com pouca visibilidade nos *media* tradicionais por efeito da espiral do silêncio. Assim, pelo menos nalgumas, a presença universal e ubíqua dos outros significativos e dos fortes constrangimentos grupais incompatíveis com a ideia aberta, diversificada e cosmopolita de democracia, alimenta câmaras de eco em que se reforçam comportamentos uniformes similares que reproduzem características da ideia de turba, de multidão do princípio do século XX estudadas por Gabriel Tarde.

IV

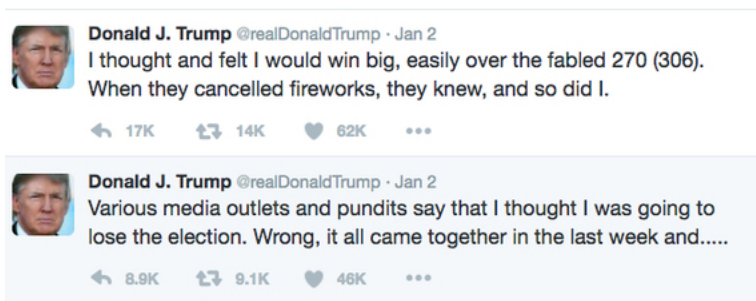
A ficção científica e muita da ficção distópica apresentada em televisão denunciam este espírito do tempo. “*The Waldo Moment*” é o terceiro e último episódio da segunda temporada da série de antologia e ficção científica britânica *Black Mirror*. Este episódio foi escrito por Charlie Brooker, o próprio autor da série, e foi originalmente exibido no Channel 4 no dia 25 de fevereiro de 2013, sendo pois inserido na plataforma de *streaming* da Netflix.

Waldo é um desenho animado por um comediante que executa a sua voz e o movimento. Normalmente, entrevista políticos e outras figuras públicas até ao momento que opta por refletir os fantasmas e ressentimentos do seu criador tornando-se numa primeira fase um entrevistador impertinente e boçal que insulta as elites que ele próprio entrevista, denunciando a sua natureza corrupta elusiva, incapaz de chegar ao que ele considera o verdadeiro povo de um modo direto. Numa segunda fase, a produção quis que Waldo competisse contra políticos reais em uma próxima eleição futura na cidade de Stentonford. Waldo recorre frequentemente ao *bullyng* público, ao insulto e a uma postura boçal e sarcástica para humilhar os seus adversários. Misteriosamente, Waldo capta o a simpatia do público e transmite algumas das suas frustrações e medos ao invetivar os seus adversários, ou pelo menos assim parece ser sugerido pelos autores. Charlie Brooker também comparou a campanha de Trump com “*The Waldo Moment*” e previu que Trump ganharia as eleições de 2016. Assim, apesar da recepção crítica deste episódio não ser idêntica à desta série de culto, o episódio ganhou uma notoriedade acrescida pela sua sintonia com algumas características que marcam fenómenos políticos recentes.

A ficção televisiva contemporânea tem sido atenta para a deteção de algumas pistas para o tão propalado populismo que hoje assombra a idade que nos coube viver. O ponto central que valerá a pena destacar é que o episódio da série *Black Mirror* parece apontar para um carisma mediático em que o irracionalismo parece substituir quer o carisma tradicional quer o carisma político tal como foi pensado em torno de um líder que se exprime de forma racional e moderada, com o recurso ao guião escrito pelas democracias consolidadas do pós guerra. Todavia, olhando com mais atenção, não é impossível admitir a hipótese cada vez mais confirmada que o populismo espreitava num conjunto de características para os quais os *media* já apontavam como o apelo aos afetos, a exacerbação da imagem, a contaminação da entrevista pelas regras *do talk-show* de um modo que prenunciava alguns dos traços que hoje preocupam académicos e analistas. Na noite da eleição, na hora em que a vitória de Trump estava se tornando clara para a nação, *Black Mirror* enviou um tweet proclamando: «Este não é um episódio, não é marketing, é a realidade.



Consultando as descrições dos anos 40, identificamos algumas características da abordagem predominantemente psicológica da propaganda xenófoba, racista e populista sendo que poderiam servir quase de legendas proféticas de imagens distópicas reais ou fictícias.



“É propaganda personalizada, essencialmente não objetiva. Os agitadores passam boa parte do tempo falando sobre si mesmos ou sobre o público. Apresentam-se como lobos solitários, como cidadãos sadios e saudáveis com instintos robustos, altruístas e incansáveis; incessantemente divulgam intimidades reais ou fictícias sobre suas vidas e as de suas famílias. Além disso, parecem ter um interesse humano caloroso nas pequenas preocupações diárias de seus ouvintes, que retratam como cristãos nativos pobres, mas honestos, de senso comum, mas não intelectuais. (Adorno, 1946)

Outro esquema favorito de personalização da demagogia autoritária consiste em substituírem os meios pelos fins. Apregoam o grande movimento como se apontassem um momento de um renascimento geral que estes líderes esperam trazer mas sobre o qual pouco se pronunciam. A glorificação da ação, de algo acontecendo, ao mesmo tempo oblitera e substitui o propósito do chamado movimento.



“Há uma certa imprecisão em relação aos objetivos políticos é inerente ao próprio fascismo. Isto deve-se em parte à sua natureza intrinsecamente não-teórica. Com relação a esse significado do dinamismo fascista, qualquer programa bem definido funcionaria como uma limitação, uma espécie de garantia até mesmo para o adversário. É essencial ao governo totalitário que nada seja garantido, que nenhum limite seja imposto a arbitrariedades implacáveis. O fim é que possamos demonstrar ao mundo que há patriotas, homens e mulheres cristãos tementes a Deus, que ainda estão dispostos a dar suas vidas à causa de Deus, pátria e terra natal.” (Adorno, 1946)

Como todo o peso dessa propaganda é promover os meios, a propaganda em si torna-se o conteúdo final. A. O desejo de vigiar, de denunciar é encorajado e é satisfeito. As histórias de escândalo, na sua maioria fictícias, particularmente de excessos e atrocidades sexuais, são constantemente contadas; a indignação com a imundície, a corrupção e a crueldade são olhadas por Adorno (1946) como uma racionalização muito fina e propositadamente transparente do prazer que essas histórias transmitem ao ouvinte.



Black Mirror: Waldo Moment, 3rd, 2nd season





Continuando o recurso à discrição de Adorno.

“A propaganda fascista ataca fantasmas emprega a lógica discursiva, mas sim, particularmente, em exposições oratórias, o que poderia ser chamado de um voo organizado de ideias. A relação entre premissas e inferências é substituída por uma vinculação de ideias que repousam na mera semelhança, muitas vezes através da associação, empregando a mesma palavra característica em duas proposições que são logicamente bastante não relacionadas. Este método não só evita os mecanismos de controle do exame racional, mas também torna psicologicamente mais fácil para o ouvinte seguir”. Ele não tem pensamentos precisos para fazer, mas pode se entregar passivamente a um fluxo de palavras nas quais ele nada”. (Adorno1946)

Conclusão

As distopias que conhecemos associadas ao totalitarismo referem-se frequentemente ao fenómeno taylorista e racionalista que parece emergir nas sociedades do século XX ao que é designado por Administração total

Simultaneamente, aparecem associadas a um prazer vicário do desabafo e da boçalidade turbal, ao culto da tradição popular romântica, ao carisma do líder não fundado na legitimidade racional, ao apelo à nação, à religião e à família numa abordagem unilateral que convive paradoxalmente mal com a racionalidade do Estado de Direito e da burocracia moderna sonhada por Weber e por outros autores por ele influenciados.


Neste sentido, fazem uma estranha síntese entre moderno, inovador e empreendedor e pré-moderno no sentido arcaico, contra-iluminista e baseado na mobilização afetiva.

As sinergias entre a apropriação do entretenimento pela comunicação política na Televisão e a participação “interativa” dos participantes no processo político (muitas das vezes confinados a grupos em redes sociais de pessoas que pensam de modo idêntico) parecem suscitar uma comunicação transmediática que se articula com estes fenômenos políticos e que merece ser dissecada.

Bibliografia

- Adorno, T. e Horkheimer, M., (2002) *Dialectic of enlightenment: philosophical fragments*, California, Stanford University of California
- Adorno, T.W., Else Frenkel-Brunswick, Daniel]. Levenson and R. Nevitt Sanford, (1950) *Authoritarian Personality*, *Studies in Prejudice*, Harper and Brothers
- Adorno, T.W, *Propaganda fascista e anti-semitismo [1946]**, in https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Theodor_Adorno_-_Propaganda_fascista_e_anti-semitismo__1946_.htm?1349568169 Consultado pela última vez em 11-11-2018
- Booker, M. K. (199) (*The Dystopian Impulse in Modern Literature. Fiction as Social Criticism*, Greenwood Press
- Fuchs, C. 2016. *Critical Theory of Communication: New Readings of Lukacs, Adorno, Marcuse, Honneth and Habermas in the Age of the Internet*. London: University of Westminster Press. DOI:<https://doi.org/10.16997/book>
- Fuchs, C., Vicent Mosco, (2017), *Marx in the Age of Digital Labour*, Boston, Leiden, Brill.
- Fukuyama, F. (1992), *o Fim da História e o Último Homem* , Lisboa, Gradiva.

- Naím, M. (2015). *The end of power: from boardrooms to battlefields and churches to states, why being in charge isn't what it used to be*. Nah, S. (2009). *Social Movements and Journalism*. In C.H. Sterling (ed.), *Encyclopedia of journalism*. London: Sage.
- Sunstein, C. R. (2008). Neither Hayek nor Habermas. *Public Choice*, 134, 87–95.
- Teixeira, C. P., (2018) *Qualidade da democracia em Portugal, Ensaios da Fundação, Fundação Francisco Manuel dos Santos*.
- Weber, M. (1989), *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica.



sinopse

Editora LabCom.IFP
www.labcom-ifp.ubi.pt